



CIENTÍSSIMO

REVISTA CIENTÍFICA DA FACULDADE SANTÍSSIMO
SACRAMENTO

Volume IV

Alagoinhas – BA

ISSN 2177-4528

Cientíssimo	Alagoinhas	v. 4	p.1-124	Dez. 2013
-------------	------------	------	---------	-----------

Cientíssimo – Revista Científica da Faculdade Santíssimo Sacramento, periódico científico de periodicidade anual que publica artigos, comunicações, resenhas críticas, ambos resultados de pesquisas originais.

Tiragem:
100 exemplares

Projeto Gráfico e Diagramação:
Clerivan Mascarenhas do Carmo

Imagem da capa:
(A foto de capa traz a imagem do Prédio da Faculdade Santíssimo Sacramento F.S.S.S), fundado no ano de 2000, e referência no ensino superior da cidade de Alagoinhas, formando nestes 13 anos profissionais capacitados e humanos.

Editora Book:
Rua Simões Filho, s/n – Boa Vista – Catu – Bahia
CEP: 48110-000
Tel: (71) 3641-1255 E-mail: book.grafica@hotmail.com

FICHA CATALOGRÁFICA

Biblioteca Maria Emília Riquelme / Faculdade SS Sacramento

CIENTÍSSÍMO: Revista Científica da Faculdade Santíssimo Sacramento /
Faculdade Santíssimo Sacramento. v.4, (Dez. 2013) – Alagoinhas:
NUPE, 2013.

Anual

ISSN: 21774528

1. Pesquisa Científica – Periódicos I. Faculdade Santíssimo Sacramento.
Núcleo de Pesquisa Extensão e Pós-Graduação.

CDU: 001.2

Bibliotecária: Iza Christina P. de A. Costa CRB: 5/1042

EXPEDIENTE

Cientíssimo – Revista Científica da Faculdade Santíssimo Sacramento, v. 4, Dez. 2013

DIRETORA GERAL

Lucia Maria Sá Barreto de Freitas

DIRETOR ACADÊMICO

Joilson Romanci Severo Borges

EDITORA CHEFE

Gracineide S. S. de Almeida

CONSELHO EDITORIAL

Adeildo Moacir Costa Magalhães

Alessia Costa de Araújo Cravo

Edvanda Sena de São Pedro

Fabrcio Santos de Faro

Fabrcio Leandro Fonseca Fiscina

Valmira Maria de Melo Vieira

COMITÊ CIENTÍFICO

Msc. Ana Luzia Sarno Castro – UEFS

Dra. Ana Paula Silva da Conceição – UFBA/UNEB/F.SS.S

Msc. Áurea da Silva Pereira Santos – UNEB/F.SS.S

Msc. Carla Maria Lima Santos – UEFS

Dra. Cláudia Cerqueira Graça – UEFS/F.SS.S

Msc. Gabriela Vianna Guerreiro de Noronha – F.SS.S

Dra. Maria de Fátima Berenice – UNEB/F.SS.S

Msc. Moacir Lira de Oliveira

Msc. Nilson Antonio Ferreira Roseira – UFRB

Enf. Esp. Simone Oliveira – SUS/FSSS

PERIODICIDADE

Anual

EDITORIAL

Cientíssimo – Revista Científica da Faculdade Santíssimo Sacramento, v. 4, Dez. 2013

A Revista Cientíssimo neste quarto volume dedica-se a divulgação do conhecimento científico produzido pelos pesquisadores que compõe o quadro de docentes da Faculdade Santíssimo Sacramento, realizadas em sua maioria em parcerias com alunos da graduação ou pós-graduação.

Mantendo a política de estímulo a publicação científica por parte desta Instituição aos docentes e discentes. Além do propósito de inclusão dos discentes na prática da pesquisa científica, função importante da academia em prol do desenvolvimento intelectual da comunidade.

São apresentados neste volume, seis artigos das áreas de Educação, Engenharia de Produção e Saúde ambos elaborados respeitando o rigor científico exigido por este periódico.

Primando pelos valores educacionais, responsabilidade social e cidadania, este volume traz artigos que discutem temas relacionados a aplicação da pesquisa qualitativa em educação com dois excelentes exemplos de pesquisas autobiográficas. Além de outros dois artigos, que abordam temas relacionados a tecnologia da informação e meio ambiente, possibilitando uma leitura reflexiva e a ampliação do conhecimento relacionado a temas da atualidade que apresentam grande relevância no cenário de transformação atual da sociedade. Completando o volume são apresentados artigos da área da saúde que tratam da necessidade de conscientização no que tange a violência familiar e a saúde no estado da Bahia.

Desta forma, entende-se que o papel de um periódico vai além da publicação de artigos, mas cabe a este, o objetivo de orientar e informar o seu público alvo com o intuito de possibilitar maiores reflexões e discussões essenciais à uma sociedade em plena transformação.

Mantendo o compromisso sócio-educacional, a Revista Cientíssimo continua sua busca constante de aprimoramento e qualidade nas suas publicações visando a excelência dos artigos apresentados, bem como uma maior disponibilidade de acesso a estes.

Profa. Dra. Gracineide S. S. de Almeida
Editora chefe da Revista Cientíssimo

SUMÁRIO

Cientíssimo – Revista Científica da Faculdade Santíssimo Sacramento, v. 4, Dez. 2013

Artigos

- **O CONTAR DE SI E A REPRESENTAÇÃO DO LETRAMENTO:
Saberes experienciais de D. Vitória 09**
Áurea da Silva Pereira; Kátia M.S. Mota
- **QUARTO DE DESPEJO: Autobiografia em
branco e preto de um diário resiliente 31**
Maria de Fátima Berenice da Cruz
- **TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E O
DESENVOLVIMENTO HUMANO 43**
Fabrício Santos Faro; Geovana Araujo Sandes; Inamarcia de
Moraes Sousa Gonzalez; Leandro dos Santos Gonzalez
- **DESTINOS DO ÓLEO DE COZINHA
PÓS-CONSUMO GERADO EM ESTABELECIMENTOS
COMERCIAIS DO MUNICÍPIO DE CAMAÇARI-BA 67**
Evaldo Pires; Ednilson S. de Lima; Jaílton Góes; Affonso
Sena; Maria José Dias Sales; Adeildo Moacir C. Magalhães
- **VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA A CRIANÇA E O
ADOLESCENTE E A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA:
Uma realidade e um grande desafio a ser enfrentado 79**
Danna Thaís Santos Moura; Ana Cláudia Matos; Marta
Mariados Santos; Maiza da Conceição Teles Dias
- **INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO:
Aspectos epidemiológicos no Estado da Bahia no período
de 2007 a 2011 97**
Carla dos Santos Souza; Ariana Ramos Dantas Rabello;
Claudia Cerqueira Graça

Anexo

- **Normas para publicação 113**

O CONTAR DE SI E A REPRESENTAÇÃO DO LETRAMENTO

Saberes experienciais de D. Vitória

Áurea da Silva Pereira¹
Kátia M. S.Mota²

RESUMO: A intenção deste texto é apresentar um recorte do *corpus* produzido em um contexto pedagógico na sala de aula do TOPA³, em uma atividade didática na qual a professora utilizou o espaço da oralidade para que as idosas e os idosos pudessem contar suas histórias de vida e os saberes construídos em suas trajetórias. Selecionamos para este texto uma das colaboradoras da pesquisa, D. Vitória, 73 anos, rezadeira e moradora de Saquinho. A metodologia é de cunho etnográfico e tem como base a pesquisa qualitativa e etnossociológica. Os instrumentos de pesquisa e técnicas selecionados foram: a) realização de observações com os devidos registros; b) condução de entrevistas narrativas; c) realização de filmagem dos espaços do TOPA I e II em momentos de aulas. Os conteúdos de vida expressos se constituem em sentimentos, desejos e sonhos que vão para além do que oferece um programa de alfabetização. Nesse sentido, a aquisição do letramento se impõe como projeto de vida para D. Vitória e para as outras idosas.

PALAVRAS-CHAVE: TOPA. Etnossociológica. Letramento

¹Licenciatura em Letras (UNEB). Especialista em Lingüística aplicada ao ensino da Língua Portuguesa (UEFS). Mestre em Educação (PPGEduC-UNEB). Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC-UNEB) Email:aureauneb@gmail.com

²Licenciatura em Letras (UFBA). Mestrado em Lingüística (UFBA). Doutora em Letras (Brown University, EUA). Professora do programa de pós-graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC-UNEB). Pesquisadora na área de Lingüística Aplicada linguagem e educação, com ênfase em narrativas autobiográficas de minorias estigmatizadas. E-mail: motakatia@hotmail.com.

³TOPA - Programa de Alfabetização do atual Governo da Bahia, governo do petista Jaques Wagner. A sigla é traduzida por Todos Pela Alfabetização. O Programa foi lançado na última semana de setembro de 2007.

ABSTRACT: This text intends to discuss the data registered in the teaching context of a classroom in a literacy program called TOPA; the focus is on a teaching activity in which the teacher explored the conversational interaction by which the elders could tell their life histories and express their own knowledge built through their trajectories. For this text we selected the performance of one of our research subjects - D. Vitória, 73 years old, a popular “prayer-woman” resident of Saquinho. The methodology is based on the ethnographic approach of qualitative and ethnosociological principles. The selected research techniques were: a) field observation and data registration, b) narrative interviews, c) video recordings of the classroom environment in TOPA I and II. The expressed life contents show their feelings, expectations and dreams which are much more than what is offered in a literacy program. The literacy acquisition is, then, part of a life project for D. Vitória and other older women.

KEYWORDS: TOPA. Ethnosociological. Literacy

Considerações iniciais

O texto que ora apresentamos faz parte do *corpus* do Projeto de Pesquisa de Doutorado em Educação de um Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado da Bahia, intitulado “Tempo de plantar, tempo de colher: mulheres idosas, saberes de si e aprendizagens de letramento na comunidade rural de Saquinho, município de Inhambupe, BA”. Nesta pesquisa, tomamos como protagonistas mulheres idosas, residentes na zona rural de Saquinho, município de Inhambupe, BA, que retornam aos bancos da sala de aula como estudantes do TOPA (Todos pela Alfabetização, Programa do Governo do Estado da Bahia). A pesquisa tem como objetivo principal analisar memórias de mulheres idosas do TOPA de Saquinho, observando como as narrativas de vida se entrecruzam entre os saberes da experiência construída nas suas trajetórias pessoais com os saberes escolares, no dever de ser mulher idosa. Na pesquisa propomos discutir os seguintes eixos temáticos: (a) Narrativas (auto)biográficas das idosas do TOPA de Saquinho; (b) Os processos envelhecimento e longevidade das mulheres do TOPA associados ao empoderamento e letramento; (c) Os espaços da sala de aula do TOPA e os eventos e práticas de letramento; d) Os suportes de leitura que as idosas utilizam na sua funcionalidade social do cotidiano.

Para a escrita deste texto selecionamos D. Vitória, uma das colaboradoras da pesquisa. Ela tem 73 anos, é rezadeira, parteira e moradora de Saquinho. No espaço das aulas do Programa de Alfabetização, D. Vitória narra experiências de vida e explica os significados do letramento em sua vida. A partir dessas narrativas, emolduramos a categoria de análise intitulada “Representações e mitos do letramento – empoderamento ou exclusão?”, apresentando dados registrados nas entrevistas narrativas e nas filmagens de cenas da sala de aula. É no cenário escolar que as idosas se encontram, na expectativa de aprender a ler e escrever. A convivência na sala de aula se configura em oportunidades de aprendizagens múltiplas, além das estritamente escolares. As cenas filmadas revelam como senhoras idosas narram e constroem seus próprios textos, tendo como base suas histórias de vida, suas práticas sociais e culturais da vida cotidiana. Através do processo de interlocução entre a professora e as idosas, essas estudantes idosas demarcam suas identidades na sala de aula e reafirmam desejos outros além do aprender a ler e a escrever.

O letramento que elas aspiram extrapola a dimensão da decodificação e codificação alfabética; buscam, sim, um letramento que dê empoderamento às suas atitudes e decisões cotidianas. Um letramento que contribua para sua autonomia na condição de mulher a partir do lugar social que ocupam na comunidade. Nesse sentido, o ato de contar sobre si permite que a idosa se perceba como protagonista e construtora de sua história e de seus saberes; ao fazer uso das suas narrativas, elas ressignificam seus saberes e valores associados ao conhecimento sobre o letramento escolar e o social. Enquanto rememoram o que lhes foi representativo, vão reconstruindo suas expectativas de vida e se reconhecendo como protagonistas de suas histórias.

A metodologia é de cunho etnográfico e tem como base a pesquisa qualitativa e etnossociológica. A pesquisa qualitativa exige do pesquisador o rigor na observação participante de campo, o registro de suas experiências, considerando que a etnografia permite ao leitor participar e sentir tudo que está sendo revelado através das descrições detalhadas. Nesta pesquisa, a metodologia qualitativa permite, ainda, observar, investigar e analisar os fenômenos da subjetividade humana, tais como: a percepção, a intuição, os gestos, a fala, a linguagem e a relação humana vivenciados nos espaços do TOPA, como também nos grupos de trabalho da comunidade, na igreja

e em suas residências. Os instrumentos de pesquisa e técnicas selecionados foram: a) realização de observações com os devidos registros; b) condução de entrevistas narrativas; c) realização de filmagem dos espaços do TOPA I e II em momentos de aulas; d) construção de oficinas no modelo metodológico de ateliês autobiográficos. A intenção deste artigo é apresentar um recorte do *corpus* produzido em um contexto pedagógico na sala de aula do TOPA, em uma atividade didática na qual a professora utilizou o espaço da oralidade para que as idosas e os idosos pudessem contar suas histórias de vida e os saberes construídos em suas trajetórias.

A pesquisa qualitativa é de caráter interpretativo, pois significa que o pesquisador faz uma interpretação dos dados. Inclui aqui o desenvolvimento da descrição de uma pessoa ou de um cenário, análise de dados para identificar temas ou categorias e, finalmente, uma interpretação ou formulação de hipóteses sobre seu significado pessoal. Todo esse processo significa que o pesquisador filtra os dados através de uma lente pessoal situada em um momento sociopolítico e histórico específico (CRESWELL, 2007).

Para acompanhar as aulas, adentramos nas salas de aula do TOPA que funcionam numa casa residencial e a outra sala, na Associação de Agricultores da Comunidade. O Espaço I fica na casa residencial de uma das professoras e o Espaço II fica na Associação de Agricultores. Para realizar as filmagens e fazer as gravações, solicitamos autorização às professoras, às idosas e ao grupo de estudantes que freqüentam as aulas. O objetivo do uso de filmagens durante aulas se constituía em observar a interação das idosas com a linguagem oral e escrita, conhecer os gêneros textos orais e escritos que são articulados e construídos durante as aulas e identificar as estratégias que as idosas recorriam para a apropriação da leitura e da escrita.

O uso de vídeos na pesquisa qualitativa merece aqui explicações: para Loizos (2008, p. 137) [...] “é que a imagem, com ou sem acompanhamento de som, oferece um registro restrito, mas poderoso das ações temporais e dos acontecimentos reais – concretos materiais”.

A filmagem para a produção do vídeo tem uma função importante na pesquisa que é o registro das conversas, a realização das atividades didáticas, as conversações entre as idosas, em meio às atividades, a busca de táticas e estratégias facilitadoras da leitura e escrita. As cenas garantem as falas

das mulheres e o controle dos turnos de fala de cada uma. Nessas cenas, pudemos observar as conversas “paralelas” às aulas, a busca de táticas em parcerias com os/as colegas para ler os textos e responder as atividades didáticas. Além disso, nas imagens que são produzidas na interação face a face, pode-se perceber como as idosas utilizam a comunicação verbal e não verbal na ordenação das falas e nas resoluções das atividades didáticas, enfim, como acontecem as interações comunicativas na sala de aula como cenário sociocultural. Por outro lado, permite conhecer as formas de interação e as estratégias de resolução que as idosas adotam para adquirir conhecimentos que possibilitem a inserção e participação nos eventos de letramento escolar / social.

A sala de aula é um dos cenários da nossa pesquisa. É ali que as idosas se encontram, a sala se torna o palco de aprendizagem. Ali, elas esperam aprender a ler e escrever. Assim, as manifestações lingüísticas verbais e não verbais são analisadas, observando as sinalizações, os gestos, as táticas e as estratégias que buscam para interagir com os eventos e práticas de letramento.

As filmagens não se constituem como meros registros, nem confirmação de um “estive lá” – tão característico dos trabalhos antropológicos (GEERTZ, 2005) –, nem a versão audiovisual de uma etnografia escrita. Trata-se de pensar, portanto, que entre os sujeitos/protagonistas das cenas e o leitor/ouvinte há um “encontro etnográfico”, pois, de um lado, está o sujeito que registra as cenas e a tessitura do espaço e, do outro lado, os sujeitos/personagens que interagem entre si, tecendo suas conversas.

Conforme Silva (2010, p.162),

As pessoas filmadas passam de objetos a sujeitos, pois a *mise en scène* sai das técnicas mudas que são acompanhadas apenas por um texto explicativo das atividades, geralmente escrito pelo antropólogo – caso de *Nanook of the North* (Robert Flaherty, 1922) e *O homem com a câmera* (Dziga Vertov, 1929) –, e passa a abranger a fala, a expressão corporal-sonora (gestos que acompanham a fala e vice-versa) e um universo aparentemente interior do indivíduo, mas que é construído numa relação ativa com a câmera.

Ao pensar na filmagem por esse viés, as mulheres idosas da pesquisa reconhecem o poder das imagens e que estas trazem uma representação fiel dos eventos. As cenas gravadas são frutos de uma linguagem audiovisual, pois de um lado, têm-se os sujeitos/protagonistas que não são mais objetos de estudo, mas personagens que narram e constroem seus próprios textos, tendo como base suas histórias de vida que trazem suas práticas sociais e culturais, objetos de análise para a pesquisadora.

Letramento: sinônimo de aquisição de bens culturais

Oralidade e letramento são práticas socioculturais construídas e utilizadas em contextos sociais, políticos e educacionais. Concebe-se “oralidade como prática social interativa para fins comunicativos que se apresenta sob variados gêneros textuais fundados na realidade sonora”. E letramento, “por sua vez, envolve as mais diversas práticas da escrita (nas suas variadas formas)” (MARCUSCHI, 2001, p. 25). A presença das idosas nas aulas do TOPA é demarcada por práticas de leitura orais e escrita que corrobora para construção de um letramento social e cultural. Parece-me que, as idosas buscam na escola um letramento para além da decodificação e codificação escolar. Elas desejam um letramento que dê empoderamento as suas atitudes e decisões cotidianas. Um letramento que contribua para sua independência na condição de mulher e do lugar onde elas estão.

A aprendizagem da leitura e da escrita se constitui para as mulheres idosas do TOPA como um objeto de desejo e ao possuí-lo, elas saíam da condição de analfabetas para o lugar de mulheres possuidoras de um saber letrado e cultural que representa um produto simbólico na sociedade, que é o conhecimento.

Assim, “para a maioria, estudar é a garantia primordial de melhorar de vida, embora o contato com a cultura letrada já ofereça benefícios” (MOLLICA, 2007, p.14). As práticas de letramento escolar deveriam ser os mecanismos lingüísticos para inclusão social e aquisição de bens culturais.

Conforme Signorini (1995, p.161),

No Brasil, onde a hierarquização socioeconômica se reproduz nas desigualdades de acesso à escrita e à cultura letrada, o fator letramento tende a ser visto como uma credencial para o sucesso nas várias formas de ação na comunidade através da linguagem e, por conseguinte, nas várias formas “civilizadas”, ou legítimas, de exercício de poder e de controle sobre situações e indivíduos. E como é a escola o principal, senão único, meio de acesso ao letramento do tipo valorizado pela sociedade burocrática, esse fator tende a ser confundido com a escolarização: quanto maior o nível de escolarização, maior o grau de letramento e melhor a performance do indivíduo na comunicação social; ou, inversamente, quanto mais baixo o nível de escolarização, menor o grau de letramento e mais insatisfatória a performance do indivíduo na comunicação social.

Neste sentido, a ida à escola, bem como permanência neste espaço, é visto como status social. A escola é o lugar que pode empoderar os sujeitos. Lembro-me de uma cena de sala de aula, quando observava uma aluna em estágio de regência, numa 6ª série, em uma escola pública, do município no interior da Bahia. A estagiária trabalhava um texto intitulado **É Deste Jeito Que É**, de Edicity⁴. Durante a aula, surgiu um debate com a temática **desigualdade social**. Um dos alunos da sala pediu a palavra e disse: - *Eu não sou da classe baixa, ora eu estudo, eu tenho uma escola. Eu sou classe média. Não me considero classe baixa.* A fala do aluno foi providencial para que a turma o apoiasse e em refrão todos disseram num burburinho: - *Nós estudamos, temos uma escola. Não somos analfabetos.* Educação é vista assim como um bem cultural e social.

Ora, a aquisição desse bem cultural se dá através da escola, que, enquanto agência de letramento deve ser espaço de aprendizagem, criando condições para que os sujeitos possam aprender a fazer uso de um letramento escolarmente rentável. É um direito do cidadão, embora saibamos que a difusão desse bem se restringe a poucos, como explica Gnerre (1994, p. 6):

⁴Edicity, como é conhecido, na verdade se chama Edecarlos da Conceição Santos, nasceu em Pojuca (interior da Bahia), no dia 28/03/1982 e foi criado na cidade de Catu. Em 2004, ele já havia passado por doze bandas e, ao chegar em Salvador foi o escolhido como vocalista da banda Parangolé, onde permaneceu por dois anos. No comando da banda Parangolé, Edicity emplacou seus primeiros sucessos como: Nego Bom e Tome Baculejo. Porém, a consagração veio em 2006, junto a banda Fantasmão, quando ele inovou, criando o Groove Arrastado. Hoje ele faz carreira solo com seu nome artístico de Edicity.

A língua padrão é um sistema comunicativo ao alcance de uma parte reduzida dos integrantes de uma comunidade; é um sistema associado a um patrimônio cultural apresentado como um 'corpus' definido de valores, fixados na tradição escrita. Uma variedade linguística 'vale' o que 'valem' na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais.

Pensemos na Carta Magna que assegura o direito de todos os brasileiros. Quantos brasileiros conhecem a lei, apesar de serem declarados como cidadãos? Esse direito lhes é negado, pois para ter acesso a este documento, é preciso ter o domínio da leitura crítica.

A escrita e a leitura assumem poder e seus usos passam a depender das necessidades de cada grupo social. Um dos espaços de acesso ao letramento é a escola. É na escola que os sujeitos fracassam, mas é lá também que ganham poder. A questão é que a escola usa a linguagem das classes dominantes. "Os alunos pertencentes a essas classes chegam à escola em condições de usá-la – para expressar ou para compreender – pois adquirem por familiarização" (SOARES, 2000, p.62). Bourdieu (1998) vai denominar a norma escolar de capital lingüístico escolarmente rentável. Nesse sentido, as pessoas das classes menos favorecidas que ainda não adquiriram a chamada "linguagem legítima", usam a "não-legítima" (BOURDIEU, citado por SOARES, 2000, p. 62). Por esse viés, os grupos sociais com baixa escolaridade não dispõem desse capital linguístico escolarmente rentável, pois a escolarização tem que ser mediada pelo uso da língua legítima. A escolarização é a peça fundamental, pois está ainda é para as idosas um meio para aprendizagem da leitura e da escrita.

A grande questão é que, naturalmente, se ensina para aqueles que já dominam o letramento escolar. Porém, a grande maioria ainda não o domina. Desse modo, o letramento pode possibilitar a escolarização ou descolarização, isso depende de quem e para quem estamos escolarizando. Essa forma de letramento tem suas raízes numa educação que é oferecida para aqueles que detêm o capital linguístico e cultural da classe dominante.

Segundo Bourdieu (1998, p. 50),

O sistema escolar dispõe da autoridade delegada necessária para exercer universalmente uma ação de inculcação duradoura em matéria de linguagem, tentando assim proporcionar a duração e a intensidade desta ação ao capital cultural herdado. Por isso mesmo, os mecanismos sociais da transmissão cultural tendem a garantir a reprodução da defasagem estrutural entre distribuição do conhecimento da língua legítima e a distribuição do reconhecimento desta língua, constituindo-se num dos fatores determinantes da dinâmica do campo linguístico e, por essa via, das próprias mudanças da língua.

O letramento enquanto conhecimento é distribuído de forma desigual entre as diferentes classes sociais. Esse “capital linguístico escolarmente rentável” constitui uma das mediações mais bem dissimuladas pelas quais se instaura a relação entre o fracasso e o êxito escolar. “As leis da transmissão do capital linguístico constitui um caso particular das leis da transmissão legítima do capital cultural entre as gerações” (BOURDIEU, 1998, p. 49).

Freire (2003), enquanto alfabetizador, propõe uma pedagogia da leitura e da escrita para a construção da autonomia crítica do sujeito, como podemos perceber numa de suas falas, ao abordar a temática da importância do ato de ler:

Como eu, o analfabeto é capaz de sentir a caneta, de perceber a caneta, de dizer a caneta, mas também de escrever a caneta e, conseqüentemente, de ler caneta. A alfabetização é a criação ou a montagem da expressão escrita da expressão oral. Esta montagem não pode ser feita pelo educador para ou sobre o alfabetizando. Aí ele tem um momento de sua tarefa criadora. A palavra tijolo, por exemplo, se inseria numa representação pictórica, a de um grupo de pedreiros, por exemplo, construindo uma casa. Mas, antes da devolução, em forma escrita, da palavra oral dos grupos populares, a eles, para o processo de sua apreensão e não de sua memorização mecânica, costumávamos desafiar os alfabetizando com um conjunto de situações codificados de cuja decodificação ou “leitura” resultava a percepção crítica do que é cultura, pela compreensão da prática ou do trabalho humano, transformador do mundo. No fundo, esse conjunto de

representações de situações concretas possibilitava aos grupos populares uma “leitura” anterior do mundo, antes da leitura da palavra. (FREIRE, 2003, p.19-20)

Partindo disso, acredita-se que é possível um letramento para a construção da autonomia e da cidadania. Percebe-se que Freire toma como ponto de partida a realidade linguística e cultural do sujeito. “Ele trouxe à tona o *currículo* oculto da opressão societal e construiu seus métodos educacionais em torno dessa desconstrução.” (MEY, 2001, p.18).

Que currículo oculto há na sala de aula do TOPA? Como os idosos e idosas interagem na sala de aula? Que mitos são construídos pelas idosas? Para pensarmos sobre essas questões, elegemos algumas micro-cenas das filmagens realizadas em sala de aula, durante as aulas do TOPA.

Imagens das cenas: interlocução entre D. Vitória e Professora

Das cenas gravadas e filmadas, selecionamos micro-cenas que foram transcritas integralmente traduzindo os desejos, angústias e concepções de mundo. As cenas demarcam a presença das idosas na sala de aula e reafirmam desejos de aprender a ler e a escrever, através do processo de interlocução entre professoras e idosas. As cenas reavivam os objetivos das idosas na busca pela aprendizagem da leitura e da escrita. Para este texto, apresentamos um recorte das falas da Professora Carla⁵ e de D. Vitória⁶, num processo de interlocução vivido no Espaço I do TOPA.

Elegemos para este texto três micro-cenas que foram transcritas e textualizadas para análise do conteúdo em foco de discussão. Goffman ([1964] 2002, p.18) sugere que o “ato de falar deve ser submetido ao estado de conversa que é sustentado através do turno da fala em particular e que este estado de conversa envolve um círculo de outros indivíduos ratificados como coparticipantes”. Assim sendo, o ato de narrar na sala de aula cria um espaço sócio-cognitivo que permite o desenvolvimento de esquemas explicativos que oportuniza aos sujeitos coparticipantes da narrativa conversacional, ao contar sobre si, eles/elas desvelam suas intenções naquele espaço sócio-cultural e educativo.

⁵Nome fictício da professora. A mesma não permitiu sua identificação, por isso optamos usar um pseudônimo.

⁶Nome real da colaboradora da pesquisa, uso autorizado pela mesma, através da Carta de Cessão de uso.

Utilizamos o termo “narrativa conversacional”, pois compreendemos que o texto oral, construído no diálogo entre a Professora Carla, D. Vitória e demais participantes do texto, constitui-se numa narrativa. As narrativas conversacionais na sala de aula são construídas em torno de uma temática ou várias temáticas. É nossa intenção demonstrar através de micro-cenas das narrativas conversacionais produzidas em sala de aula do TOPA, as representação de letramento como um bem cultural que inclui e exclui os sujeitos de participação social ativa numa sociedade letrada.

Dionísio (1996) aponta que ao focalizarmos o falante, ou seja, o narrador como elemento fundamental do processo de produção textual oral implica considerar a língua como enunciação, isto é, um fenômeno heterogêneo, um conjunto de variações históricas, geográficas, sócio-culturais, inter-individuais e individuais com funções ideacionais, interpessoais e textuais. As histórias dos sujeitos contadas na conversa são marcadas por um conjunto de variações linguísticas determinadas social e historicamente por um grupo de homens e mulheres num espaço-cultural específico.

Na sala de aula, na maioria das vezes, os educandos têm medo de falar de si ou escrever sobre, principalmente, os estudantes da EJA/TOPA, os quais, por pertencerem às classes menos favorecidas, são tratados como sujeitos sem identidade, como se não tivessem corpo, linguagem, história e memória. É como se sua biografia pessoal fosse esquecida, assim como seu modo de falar que é negado na sala de aula.

As histórias de vida orais contadas na sala de aula permitem que o sujeito dê visibilidade a si. Essa prática é diametralmente oposta ao que a escola tem feito no seu cotidiano; ressaltamos que, através de sua narrativa, o aluno se percebe como sujeito construtor de sua história e de seus saberes; e vai descobrindo os significados que tem atribuído aos fatos que viveu e, assim, vai reconstruindo a compreensão que tem de si mesmo. É através das palavras faladas e escritas que cada sujeito pode falar de si. Daí, a importância da escuta sensível no que tange ao estudante da EJA. É preciso saber o que eles sabem, o que eles querem e como eles vivem, porque as suas falas são os seus desejos e são os seus textos.

Nas aulas observadas e filmadas nos espaços do TOPA, em Saquinho, selecionamos micro-cenas que demarcam o espaço da oralidade, tomando como parâmetro as estratégias linguísticas que conduzem os sujeitos a pensarem sobre si. Neste espaço, Professora Carla oportuniza aos sujeitos adultos e idosos e idosas contarem sobre suas experiências, desejos e gostos pessoais:

A Professora diz - Quase sem nada para fazer, o que vocês gostam de fazer naqueles momentos livre?

Diz Dona Vitória: - Naqueles momentos livres se não for para limpar a casa suja ou fazer comida?

A alfabetizadora diz: - Fora isso, o que a senhora gosta de fazer nesses momentos?

D. Vitória diz: - O que eu gosto de fazer quando não tenho nada para fazer, porque se eu não tiver nada para fazer, eu vou fazer leitura das minhas letrinhas. Quando canso, me deito no sofá, coloco meus livros do lado e durmo, assisto televisão e durmo.

O ato de contar sobre si permite que a idosa se perceba como protagonista e construtora de sua história e de seus saberes; e vai descobrindo os significados que tem atribuído aos saberes linguísticos e, assim, vai reconstruindo a compreensão que tem de si mesmo. Daí, a importância da escuta sensível no que tange aos estudantes afastados dos bancos escolares durante anos; e, outros, durante décadas. É preciso saber o que eles sabem, o que eles querem e como eles vivem, porque as suas falas são os seus desejos e são os seus textos.

Para Arfuch (2010, p.35),

A narração da própria vida como expressão da interioridade e afirmação de si mesmo parece remeter tanto a esse caráter universal do relato postulado por Roland Barthes ([1966] 1974) como à ilusão à eternidade, que segundo Philippe Lejeune (1975), acompanha toda objetivação da experiência.

Ao narrar sua experiência de vida, D. Vitória não fala apenas de si, mas de um grupo, de uma família. Desse modo, a versão do sujeito tem um conteúdo marcado pelo coletivo porque é parte da experiência vivida por um grupo. As histórias de vida se constituem de momentos e ocasiões que levam os sujeitos da pesquisa à auto-reflexão sobre suas trajetórias de vida a partir do próprio processo conversacional (PEREIRA, 2009).

Há outra questão no texto de D. Vitória, que merece ser pontuado, que é o uso do livro como prática social, ao afirmar que em casa consegue organizar tempo para escrever atividades escolares por ela intituladas de “as letrinhas”. O livro aparece como uma peça importante em sua vida que é nutrido pelo desejo de aprender a ler e escrever. É o desejo que a impulsiona a ir à escola. O uso do livro, mesmo sem saber decodificar as palavras e os textos, se faz presente no cotidiano de D. Vitória. Assim, pode-se afirmar que ela vai atrás deste conhecimento, objeto de satisfação e desejo.

Numa outra cena de sala de aula, a professora explica a importância da aprendizagem da leitura e da escrita e esclarece sobre os objetivos que cada um almeja naquele espaço. Então, pergunta para eles e elas que buscam a noite, nos espaços de aula do Programa TOPA.

D. Vitória aproveita a oportunidade e diz: - Eu mesma quero oportunidade para aprender coisa melhor. De muitos anos para cá eu tenho observado que quanto a gente anda na pisada de quem sabe mais como a gente aprende, fica até parecendo gente, foi o que eu vir fazer aqui. Então, eu estou pensando que eu quero oportunidade melhor pra mim. Aprender para saber falar melhor. Para a minha família eu também desejo que ande sempre nos caminhos bons, nos caminhos de Deus. Se a gente é analfabeto, a gente fica mais prático sabendo das coisas. Fica gente. Vocês concordam com o que eu disse? D. Áurea quer saber se a gente se interessa. Eu mesma quero saber porque o dia que ela aparecer aqui, a gente já sabe falar melhor e explicar melhor.

Percebe-se que o conceito de conhecimento que D. Vitória apresenta se relaciona com o conhecimento escolar. O conhecimento da leitura e da escrita traz poder social. A metáfora de “andar na pisada” pode ser comparada com educação enquanto um patrimônio cultural. Para ser reconhecida como “gente importante”, é preciso ter acesso ao conhecimento? A escola garante o conhecimento ao cidadão? São questões a serem repensadas. São mitos construídos por uma sociedade capitalista.

No texto de D. Vitória, ela atesta a escola como lugar de oportunidade para aprender e o estudo como um valor, “um bem a ser adquirido que, no entanto, não constitui garantia de inserção e prestígio social” (MOLLICA, 2007, p.19).

Como afirma Signorini (1995, p.162):

A sobrevivência na escola é comumente vista como sinônimo de aquisição dos bens culturais de prestígio – ser “estudado” é ser “educado”, mais elevado – e ao mesmo tempo, como sinônimo de aquisição dos recursos necessários ao sucesso na ação social de base discursiva, independentemente dos contextos situacionais em jogo – ser “estudado” é saber falar “direito”, é raciocinar/agir/avaliar “certo”.

Compreende-se então que o fato de não ter acesso a escola ou não saber ler e escrever podem ser considerados como sinônimo de déficit, de sujeito inferior, ou “o estigma do sujeito menor” (RATTO, 1995, p.267). Para as idosas, a escola é espaço de renovação, de expectativas e de aprendizagens. Ali, elas esperam adquirir um letramento que lhes permita ler, conhecer e adentrar em outros espaços, em outros mundos. Estar freqüentando a sala de aula, participar das aulas e fazer uso da leitura e da escrita se constitui como direitos do cidadão. Nos espaços do TOPA, elas projetam outros sonhos. São sonhos simples para alguns, mas para elas aprender a ler e escrever é ganhar autonomia. Ser uma idosa independente, para elas é: envelhecer aprendendo, envelhecer conquistando direitos e cidadania, envelhecer lendo e escrevendo. É o sonho de ir ao mercado e poder realizar suas compras, é colocar no papel seus desejos.

As mulheres idosas após cuidar do marido, dos filhos, dos netos, da lavoura, da cozinha vão/estão na sala de aula em busca de aprendizagem, conhecimento e empoderamento; em busca do direito de se posicionar socialmente, de assumir sua cidadania. Percebe-se que no ato de estudar, de aprender a ler e a escrever, há também outra realização, a afirmação de sua independência perante o marido, os filhos e a comunidade. Como diz Beauvoir (1967, p.02), “elas começam a afirmar sua independência ante o homem; não sem dificuldades e angústias porque, educadas por mulheres num gineceu⁷ socialmente admitido, seu destino normal seria o casamento que as transformaria em objeto da supremacia masculina”.

⁷Gineceu é a denominação dada ao conjunto reprodutor feminino de uma flor. Essa estrutura agrega carpelos e óvulos, sendo que o carpelo é composto por *estilete*, *estigma* e *ovário*. E o ovário guarda os óvulos ou o óvulo, a quantidade vai variar de espécie para espécie. O gineceu pode ainda ser classificado de acordo com o número e disposição de seus carpelos. Na antiguidade grega, aposento reservado às mulheres.

Então, o desejo de ler e a representação do letramento na vida de D. Vitória e das outras idosas, colaboradoras da pesquisa, vão para além da efetivação real das práticas escolares de letramento, embora a metodologia utilizada nas aulas do TOPA, não dê conta dos desejos daquelas mulheres.

A leitura como bem cultural e desejo de muitos não é algo recente. Se fizermos um estudo sobre a história sociocultural da leitura, poderemos encontrar dados históricos acerca da leitura que explicam alguns fenômenos dos nossos dias. Conforme Fischer (2006, p.92), “a leitura ocidental permaneceu um pequeno capítulo de um tomo muito maior”. Argumenta o autor, que até a metade do séc. XVIII d.C, por exemplo, maior parte dos livros publicados era em chinês. Assim, a China, Coréia, Japão, Américas e Índia adotaram a leitura porque o milagre da escrita havia sido concretizado e adaptado para atender às necessidades sócio-culturais locais (FISCHER, 2006).

No Brasil, desde suas origens a educação foi modelada para servir uma elite, sendo assim, inacessível para atender a uma grande parte da população, principalmente às populações rurais, pois para as elites do Brasil agrário, as famílias rurais pobres, os índios e os negros não precisavam aprender a ler e a escrever, pois precisavam trabalhar na lavoura e no campo e para tal atividade não precisava de letramento algum (PEREIRA, 2010).

Alfabetização para as mulheres era um caso a parte. Conforme Fischer (2006, p. 101), “antes do séc. XX, as mulheres chinesas não contavam com a aprovação nem com o fornecimento sistemático de nenhuma forma de ensino oficial”. No Brasil não foi diferente, as mulheres de classes menos favorecidas não tinham acesso a leitura e as mulheres de classes favorecidas tinham acesso a leitura, tal benefício foi adquirido em “virtude da convivência em casa com homens letrados, tinham em geral, acesso mais livre à educação e a materiais de leitura” (FISCHER, 2006, p. 101). Como “as mulheres eram consideradas seres inferiores, não tinham permissão para ler os clássicos confucianos no original, apenas as versões femininas” (FISCHER, 2006, p. 102).

Seguindo a narrativa conversacional construída entre a Professora Carla e os/as estudantes do TOPA, apresentamos mais uma micro-cena filmada, transcrita e analisada. Nesta cena, a professora pergunta se as aprendizagens de leitura e de escrita têm contribuído para a vida social deles e delas no cotidiano familiar.

D. Vitória diz: - Hoje eu me sinto triste quando meus netos chegam da escola que vão me fazer uma pergunta que a professora pede para a gente ensinar e colocar no livro deles. E a professora quer que o que a gente ensine eles colocarem nos livros deles. Às vezes, a gente não sabe responder, a gente não sabe ensinar. Eu queria saber responder. O que eu sei eu digo. Eu fico assim sem saber o que responder, mas eu queria responder melhor pra eles. O que eu sei, eu respondo.

A fala de D. Vitória envolve sentimento frente à escolarização dos netos, remetem aos constituintes não visíveis das práticas de letramento, como por exemplo: os saberes lingüísticos das práticas de letramento escolar, bem como os valores materiais, os saberes curriculares das disciplinas curriculares, os modos de pensar tais conhecimentos e sentimentos de não possuir habilidades para orientar seus netos nas tarefas de casa.

Parece-nos adequado afirmar que a presença das idosas na escola do TOPA se dá pela aquisição de um letramento não puramente escolar, mas um letramento que permita as idosas à construção de outras habilidades que lhes dê condições de orientar aos seus netos na resolução das atividades escolares.

Brandão (2002, p.33) na sua obra, *Educação como cultura*, faz alguns questionamentos que remetem a discussão deste texto, que são: O que fazer com o povo? Como trabalhar com ele? Ao questionar, ele pontua também que é preciso que os sujeitos sejam libertados. E diz, “libertá-los, primeiro dos males que sua condição de subalternos deixou impressos na consciência e na cultura. Libertá-los, depois – convocando-os a que participem disso – da sua própria condição de subalternos”. D. Vitória faz essa convocação quando conta suas fragilidades, no sentido de não saber como orientar seus netos nas atividades escolares.

Essa convocação também está presente no discurso de Freire (1987, p.29), ao dizer que:

Mais uma vez os homens, desafiados pela dramaticidade da hora atual, se propõem a si mesmos como problema. Descubrem que pouco sabem de si, de seu posto no cosmos, e se inquietam por saber mais. Estará, aliás, no reconhecimento do seu pouco saber de si uma das razões desta procura. Ao se instalarem na quase, senão trágica descoberta do seu pouco saber de si, se fazem problema a eles mesmos. Indagam. Respondem, e suas respostas os levam a novas perguntas.

O ato de ler criticamente o mundo, ler a vida, ler a escola pode ser compreendido como caminhos, estratégias, táticas que oportunizam os sujeitos a se libertarem da condição de subalternos. Assim, D. Vitória revela em seu texto ser uma educadora, que apesar de não ser escolarizada, orienta seu neto nas atividades escolares, pois afirma perceber que a escola é o espaço que permite aos sujeitos o acesso à cultura letrada. Ao fazer o relato de sua experiência de vida, ela não fala apenas de si, mas de um grupo, de uma família. Ela se narra contando-nos os subterfúgios que recorreu e as formas de aprendizagem que experienciou sem sucesso. Seu texto se configura em um espaço-tempo que figura os limites de sua existência no papel de avó e educadora. É nesse ato de falar de si, como protagonista de sua história que vai reconstruindo seus caminhos.

Arroyo (1982, p. 5) traduz a fala de D. Vitória ao afirmar que:

... a luta do homem do campo pela escola, pela instrução de seus filhos, se situa neste contexto de conquista de um direito, ou de um mínimo de igualdade de oportunidades, sendo uma forma de se defender de uma ignorância que percebe estar vinculada à sua situação de exclusão política e econômica. Conseqüentemente, a luta pelo acesso ao saber vai se tornando um ato político. Os programas de educação rural que podem atender ou negar esta reivindicação serão uma resposta ou uma negação, antes de tudo, de natureza política.

Se a educação tem como uma das suas finalidades a de formar sujeitos de acordo com as exigências de sua sociedade cabe reconhecer o espaço onde a escola está inserida, bem como os sujeitos participantes da comunidade escolar: alunos, pais e membros da comunidade. Então, o conhecimento produzido na escola deve servir como arma para que homens, mulheres, idosos e idosas possam se apropriar da cultura letrada para o exercício da cidadania. Não é preciso apenas ler e escrever o nome, mas é preciso se reconhecer como cidadão co-participante dos movimentos sociais da comunidade que lutam pelo direito à educação, a saúde, o lazer, a escola de qualidade e a todos os benefícios garantidos pela Carta Magna. Para legitimar tal direito, faz-se necessário o uso de práticas de letramento.

Para além das considerações finais...

As cenas em destaque expressam a consciência coletiva que as pessoas não-alfabetizadas constroem ao longo da sua história de vida em referência ao acesso à língua escrita, representado como uma competência que extrapola suas possibilidades cognitivas e que faz parte de um patrimônio cultural distante da sua realidade.

A escola é o lugar social onde os sujeitos podem interagir com a escrita e com a ciência enquanto modalidade de construção de conhecimento que acontece de forma sistematizada e intensa (OLIVEIRA, 1995). Entretanto, esse conhecimento está longe de ser materializado nos espaços escolares rurais pelos Programas de alfabetização do governo, visto que todo material didático é organizado por uma equipe que não conhece as realidades sócio-culturais e lingüísticas dos estudantes do TOPA e nem sabe os desejos e os objetivos desses sujeitos. Por outro lado, as professoras alfabetizadoras que vão ministrar as aulas não são as autoras e co-autoras do material didático. Então, os espaços das aulas são reinventados, e as aulas do TOPA tem outro colorido, como se pode observar na narrativa conversacional, através das micro-cenas, entre D. Vitória e a Professora Carla.

Sabidamente, a Professora Carla abriu espaço para que os/as estudantes pudessem contar as histórias de vida. E neste “pequeno” espaço de narrativas, D. Vitória, ao contar sobre si, trouxe à tona desejos, sonhos e expectativas pessoais e cenas da vida familiar. Assim sendo, as histórias de vida podem constituir-se num instrumento pedagógico, pois, através das narrativas de vida dos educandos, podemos conhecer a sua gramática natural, bem como suas marcas fonéticas, seu léxico, sua sintaxe e os sentidos semânticos por eles atribuídos; além disso, eles trazem consigo não só trajetórias pessoais e familiares, como também conteúdos amplos que revelam a trajetória histórica e a realidade sociocultural da coletividade como um todo (PEREIRA, 2009).

Partindo dessas considerações, a educação rural para homens e mulheres, idosas, idosos, jovens, adolescentes e crianças poderia, de fato, concretizar seu objetivo primordial de proporcionar conhecimentos, cidadania e cultura letrada; além de poder dar visibilidade ao patrimônio cultural rural, resgatando as experiências e valorizando os conhecimentos do homem, da mulher, do jovem, da criança e do idoso do campo (2008).

Idosos e idosas, sujeitos dos espaços do TOPA, desejam um letramento que possibilite o exercício e uso de práticas de letramento para a construção de uma cidadania consciente, que esses sujeitos possam se apropriar do

letramento para desconstruir discursos de dominação, como o racismo e outros preconceitos sociais em relação ao idoso, ao homossexual, aos negros e moradores da zona rural, geralmente reproduzido nos vários contextos sociais de forma estereotipada. Para D. Vitória, “o letramento legitima e dá vez e voz ao sujeito” (PEREIRA e MOTA, 2010, p.209).

REFERÊNCIAS

- ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Trad. Paloma Vidal. Rio de Janeiro:EdERJ, 2010.
- ARROYO, Miguel G. Escola, cidadania e participação no campo. *Em Aberto*. Brasília, INEP 1(9), 1-6, set. 1982.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: a experiência vivida*. 2.ed.Trad. Sergio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A educação como cultura*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.
- CRESWELL, J. W. *Projeto de Pesquisa – Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2 ed. Trad. L. O. Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DIONÍSIO, Angela Paiva. *A narrativa conversacional em sala de aula*. Universidade Federal de Pernambuco. mimeo.1996.
- DURANTE, Marta. *Alfabetização de adultos: leitura e produção de textos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- FISCHER, Steven Roger. *História da leitura*. Trad. Cláudia Freire. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 2003.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GEERTZ, Clifford. *Obras e vidas – o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2005.
- GNERRE, Maurício. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- GOFFMAN, Erving. A situação negligenciada. In: RBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M.(Orgs.) *Sociolinguística Interacional*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

LOIZOS, Peter. Vídeos, filmes e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, Martin W e GASKELL, George.(Orgs.) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Trad.Pedrinho A. Guareschi. 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.

MEY, Jacob L. *As vozes da sociedade*. Trad. Ana Cristina de Aguiar. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001

MOLLICA, Maria C. *Fala, letramento e inclusão social*. São Paulo: Contexto, 2007.

OLIVEIRA, Marta Kohl. Letramento, cultura e modalidades de pensamento. In: KLEIMAN, Angela B. (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social*. São Paulo, SP: Mercado de Letras, 1995.

PEREIRA, Áurea da Silva. *Percursos da Oralidade e Letramento na comunidade rural de Saquinho, município de Inhambupe, BA*. 2008. 190 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade. Departamento de Educação – Campus I, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2008.

PEREIRA, Áurea da Silva, Histórias de vida: por uma pedagogia da oralidade na EJA -uma possibilidade para o ensino da linguagem . In: Encontro de Pesquisa Norte e Nordeste -19º EPENN, GT 018 EJA João Pessoa: UFPB, 2009.

PEREIRA, Áurea da Silva; MOTA, Kátia M. S. Eventos de letramento: histórias e lembranças de D. Vitória e D. Catarina. In: COSTA, Lívia Fialho; MESSEDER, Marcos Luciano L. (Orgs.). *Educação, multiculturalismo e diversidade*. Salvador,: EDUFBA, 2010.

RATTO, Ivani. Ação política: fator de constituição do letramento do analfabeto adulto. In: KLEIMAN, Angela B. (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social*. São Paulo, SP: Mercado de Letras, 1995.

SIGNORINI, Inês. Letramento e (in)flexibilidade comunicativa. In: KLEIMAN, Angela B. (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social*. São Paulo, SP: Mercado de Letras, 1995.

SILVA, Marcos Aurélio da. Eduardo Coutinho e o Cinema etnográfico para além da antropologia. *Revista Científica do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão - UFMA - São Luís - MA, Janeiro/Dezembro de 2010 - Ano XIX - Nº 7*.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva Social*. São Paulo: Ática, 2000.

QUARTO DE DESPEJO

Autobiografia em branco e preto de um diário resiliente¹

Maria de Fátima Berenice da Cruz²

RESUMO: O texto literário assume muitas vezes a força de uma ferramenta de poder e emancipação do sujeito. Esse poder conferido pela linguagem literária permite que as palavras assumam vida própria, com novas significações, instituindo a língua como lugar da liberdade. Partindo deste pressuposto este trabalho analisará o conceito de resiliência como mecanismo natural das representações literárias, evidenciando o lugar de fala de Carolina Maria de Jesus como um sujeito resiliente que tem habilidade para reconhecer a dor, perceber seu sentido e tolerá-la até resolver os conflitos de forma construtiva, através do exercício autobiográfico que mobiliza e ativa a capacidade do sujeito para sobreviver ao estigma da invisibilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Autobiografia. Resiliência. Texto literário.

ABSTRACT: The literary text takes many times the force of a power tool and emancipation of the subject. This power conferred by literary language allows the words take on a life of its own, with new meanings, instituting the language as a place of freedom. Starting from this premise this paper will examine the concept of resilience as natural mechanism of literary representations, evidencing the speech place of Carolina Maria de Jesus as a resilient subject that has ability to recognize the pain, to realize their sense and tolerate it to resolve conflicts constructively through the autobiographical exercise that mobilizes and activates the subject's ability to survive the stigma of invisibility.

KEYWORDS: Autobiographical. Resilience. Literary text

¹Trabalho apresentado na modalidade de Comunicação Coordenada, durante o XIV Seminário Nacional e V Seminário Internacional Mulher e Literatura - 2011, realizado nos dias 4, 5 e 6 de agosto de 2011, na Universidade de Brasília - UnB - DF.

²Doutora em Educação pela UFBA; Professora de Literatura brasileira da Universidade do Estado da Bahia - UNEB; Líder do grupo de Pesquisa GEREL/UNEB/CNPq; desenvolve pesquisa sobre a apropriação do texto literário por alunos da escola noturna, tomando como base o conceito de Resiliência, a logoterapia e a noção de pedagogia do desejo. E-mail: gereluneb@hotmail.com

Ao escrever seu diário Carolina de Jesus não tem grandes pretensões com a confecção da obra. Ela quer somente escrever um livro que lhe possibilite sair da favela para dar melhores condições de vida a seus filhos. Contudo, ao fazê-lo, sua escrita acaba criando o espaço da denúncia social e política, resultante da experiência de moradora de um ambiente marcado por dissabores, oriundos das dificuldades financeiras e da solidão de um ser que buscava na escrita a sua forma de prazer, através da sua capacidade de ver a realidade pela ótica da crítica de si, do outro e do mundo. Na tristeza do seu cotidiano Carolina encontra um instrumento de desabafo, isto é, a escrita. A escrita de si, a sua autobiografia revela-se como companheira inseparável da escritora. Apesar de considerar aquela escrita como um passaporte para uma vida melhor, a mulher Carolina logo percebe que não pode separar-se do exercício escreva. Partindo deste pressuposto, abro este espaço para analisar o projeto de autoconhecimento elaborado por Carolina Maria de Jesus quando escreve uma autobiografia negra, pobre e feminina como um intercurso de poder pelas entranhas de um ser invisibilizado pelo paradigma social.

O silêncio foi o grande norteador da construção identitária da nação brasileira e como vítima desse silêncio, a mulher sempre se comportou, seja na ficção ou na história, como sujeito obediente frente às imposições de um mundo que se mantinha sob as configurações masculinas. Sendo assim, faz-se necessário discutir o projeto feminino de reconstrução de si a partir de um olhar voltado para o modo como foi construído esse silêncio feminino, providencialmente associado à função de procriadora e zeladora do lar.

Dessa forma, proponho repensar a ausência da inscrição do feminino no universo literário da cultura ocidental, enfatizando os jogos e relações representativas que homens e mulheres mantiveram no âmbito do tecido textual. Isso nos leva a salientar o desvio que o diário autobiográfico de Carolina de Jesus inaugura, no instante em que representa o feminino com autonomia e poder de voz sobre a sua vida. Com seus traços fortes, Carolina apresenta-nos *Quarto de despejo* como a metáfora da podridão e do abandono a que é submetido o ser humano. Mas pensemos: Por que retomar uma obra publicada nos anos 60 para encontrar uma escrita autobiográfica?

A singularidade dessa obra reside no fato de ela ser ao mesmo tempo uma escrita do individual e do coletivo. Ao contar sua vida Carolina toca na questão do coletivo feminino, negro e pobre.

A escrita de si é a representação máxima do despojamento humano frente às conveniências sociais, pois romper os limites da dor e da vaidade se revelando através do registro escrito é tarefa complexa, visto que se configura na revelação da própria subjetividade. Colocar-se inteira no diário é desnudar-se dos padrões construídos e corporificados por uma histórica ideologia dominante. Marie-Christine Josso salienta em *Experiências de vida e formação* que o caminhar para si é um projeto que construímos no decurso de nossa vida, cuja atualização se faz no conhecimento daquilo que somos, pensamos e fazemos. E diz mais:

O que está em jogo neste conhecimento de si mesmo não é apenas compreender como nos formamos por meio de um conjunto de experiências, ao longo da nossa vida, mas sim tomar consciência de que este reconhecimento de si mesmo como sujeito, mais ou menos ativo ou passivo segundo as circunstâncias, permite à pessoa, daí em diante, encarar o seu itinerário de vida, os seus investimentos e os seus objetivos na base de uma auto-orientação possível, que articule de uma forma mais consciente as suas heranças, as suas experiências formadoras, os seus grupos de convívio, as suas valorizações, os seus desejos e o seu imaginário. (JOSSO, 2004, p. 58)

A proposta salientada por Josso de criar um novo projeto de vida nos remete a uma fala de Lygia Fagundes Telles em entrevista à Folha de São Paulo, que nos diz: “Sempre fomos o que os homens disseram que nós éramos. Agora somos nós que vamos dizer o que somos.”³

Esta afirmativa revela que pensar o feminino é, antes de tudo, nomeá-lo e inscrevê-lo dentro de um contexto histórico-literário que se negou a reconhecê-lo como sujeito determinante de sua própria história. A história literária está povoada de mulheres. Paradoxalmente, é uma história sem mulheres, uma história exclusivamente masculina. Em geral o feminino não

³Cf. “Folha de São Paulo,” 17/08/1999.

aparece como sujeito da narrativa, pois nos acostumamos a vê-lo como objeto de uma história contada por homens. É o que chamamos de silêncio feminino na narrativa. Por muito tempo a mulher incorporou o personagem pacífico, subserviente ou ligeiramente bestial; ausente da chamada *revolução molecular*⁴ denominada por Felix Guattari. Esses fatores de resistência e desobediência que Guattari chama de revolução molecular, certamente existiram na história das mulheres no mundo ocidental. Mas essas resistências foram caçadas ou silenciadas à medida que iam se fortalecendo.

É exatamente por isso que, ao recorrermos ao texto literário em busca de inscrição feminina, quase nada encontramos que lhe nomeie e lhe dê voz. Michel de Montaigne, em um bem escrito parágrafo do Capítulo XXXV dos Ensaios, dizia: “As mulheres verdadeiramente boas não existem às dúzias, como todos sabem. Em particular, quando as encaramos do ponto de vista dos deveres matrimoniais, pois é o casamento um contrato tão espinhoso que dificilmente uma mulher mostra força de vontade suficiente para observá-lo.”⁵ Há, no discurso de Montaigne, um elogio para com as mulheres subservientes, pois a estas será mais fácil impor os valores de uma cultura falocrática.

Desconstruindo esse lugar marcadamente subserviente surge o poder da palavra de Carolina Maria de Jesus. Na imensidão do branco da folha de papel Carolina desenha incansavelmente a sua luta cotidiana. Podemos observar que no contexto de vida em que Carolina luta diariamente pela sobrevivência, o diário se torna instrumento terapêutico de produção de resiliência. Olhando a tarefa escrita de Carolina Maria de Jesus de maneira superficial poderíamos até afirmar que essa mulher quer apenas ser conhecida, comprar sua casa, sair da favela, criar com dignidade seus filhos. Mas será que é somente esta representação que ela nos passa? Reflitamos: por que o diário estava sempre presente entre os afazeres domésticos e a labuta da rua? Por que a escrita protagoniza a narrativa autobiográfica? O diário é marcado por tensões políticas, econômicas, religiosas e sexuais. Como estas tensões continuam presentes na mulher do século XXI? Após 50 anos, o que nós, Carolinas negras e pobres conseguimos avançar?

⁴ GUATTARI, Felix. Políticas In: *Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Vozes, 1999.

⁵ MONTAIGNER, Michel de. Três boas mulheres, In: *Ensaios*. Porto Alegre: Cultural, 1972.

Quando falamos de ausência de inscrição feminina, não se trata de buscar, aqui, uma igualdade entre o feminino e o masculino, pois isso seria altamente deletério para a construção da representação feminina, na medida em que isto levaria, inexoravelmente, a uma essência masculina ou a uma essência feminina. Tampouco se trata de negar diferenças entre homens e mulheres, o que representaria intolerância. Buscamos somente compreender como a identidade feminina se constrói dentro desse universo masculino. Pois se pensarmos numa visão biológica, que define a mulher como inferior ao homem do ponto de vista da força física; ou numa visão religiosa, que define a mulher como subproduto da costela de um homem; ou ainda do ponto de vista cultural, que define um campo específico para a atividade feminina e outro, para atividade masculina, concluiremos que todos esses argumentos se prestam a construir uma identidade negativa para a mulher e, assim, todos os níveis de subordinação, opressão e exclusão serão justificados mediante o papel omissivo que a mulher internaliza.

Para pensarmos o conceito de identidade, não poderíamos encontrar melhor terreno do que a narrativa autobiográfica, pois definir-se é, em última análise, narrar. Uma coletividade (ou um indivíduo) se definiria, portanto, através de histórias que ela narra a si mesma sobre si mesma e, dessas narrativas, poder-se-ia extrair a própria essência da definição implícita na qual a coletividade se encontra. Portanto, a construção da identidade é indissociável da narrativa e, conseqüentemente, da literatura.

É por tudo isto que a identidade feminina, enquanto projeto de construção, é a própria construção da plena cidadania para as mulheres. E este projeto depende da aquisição de um conjunto de direitos capazes de garantir às mulheres o exercício da cidadania. Todavia, incorremos num erro, aqui no Brasil, ao falarmos de identidade feminina. Promovemos discursos unívocos e esquecemos que, ao atacarmos o mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção e a opressão paternalistas, referimo-nos apenas a uma pequena parcela feminina da sociedade brasileira – a mulher branca. Pois à mulher negra nunca foi dado reconhecer, em si mesma este mito da fragilidade; uma vez que nunca foram tratadas como frágeis. Desta sorte, observamos que o problema da mulher negra é muito mais “delicado”

do que se possa imaginar. E muitas vezes fica distante dos cuidados do movimento feminista no Brasil, que ainda não conseguiu apreender em toda sua plenitude a problemática desse segmento.

Sabemos que historicamente a mulher negra sustentou a economia deste país trabalhando como escrava nas lavouras, na casa-grande, nas ruas como vendedora, quituteira, prostituta etc. Portanto, essa mulher negra faz parte de uma identidade-objeto. Ontem a serviço de frágeis sinhazinhas. Hoje, empregada doméstica do mundo tecnocrata. Logo, podemos observar que a mulher negra advém de uma experiência histórica diferenciada, e que o discurso e a pesquisa sobre a opressão da mulher não dão conta da diferença qualitativa de opressão sofrida pelas mulheres negras em toda a história factual e ficcional brasileira.

Partindo desta perspectiva, é que tomaremos a escrita de Carolina Maria de Jesus como foco principal de análise, no intuito de apresentar ao leitor a consistência da ideologia oponente como marco de construção de uma escrita forte que se contrapõe à representação de mulher negra subserviente, costumeiramente apresentada no texto literário. Para isso, estabalecerei como fulcro de análise alguns valores da escrita literária traçados por Italo Calvino em *Seis propostas para o próximo milênio*, evidenciando a atualidade de um diário de ressignificação do sujeito. Assim sendo, apresento a Leveza, a Rapidez e a Exatidão como marcas contemporâneas de escrita na construção autobiográfica resiliente de Carolina.

Cyrulnik (2009) afirma que: “diante da perda, da adversidade e do sofrimento que defrontamos um dia ou outro na nossa vida, várias estratégias são possíveis: podemos nos entregar ao sofrimento ou fazer alguma coisa para transcendê-lo”. Foi exatamente o que fez Carolina de Jesus em seu diário. Ultrapassando os limites da denúncia social, a produção de Carolina impulsiona o leitor a vislumbrá-la como uma poética da serenidade contemplativa e reflexiva sobre o peso da vida. Uso o termo peso para iniciar o estabelecimento de um diálogo com o elemento leveza discutido por Calvino.

A vida de Carolina de Jesus é transcrita diariamente em seus cadernos como uma rotina necessária de sua lida cotidiana. “Estou cansada, mas preciso escrever.” Diz ela. Com essa tarefa diária, a sua descrição autobiográfica

persegue o caminho sísifico de uma repetição malvada que machuca tanto a escritora, quanto ao leitor. O leitor observa que as ações diárias da escritora são desenhadas na perspectiva da repetição de ações realizadas no dia anterior. Contudo, Nessa repetição incansável, percebemos que o peso da vida é o principal protagonista. Mas o que Carolina faz com o ingrediente peso? A sua escrita o transforma em elemento promotor da leveza. Vejam esta passagem:

... O céu é belo, digno de contemplar porque as nuvens vagueiam e formam paisagens deslumbrantes. As brisas suaves perpassam conduzindo os perfumes das flores. E o astro-rei sempre pontual para se despontar e se recluir. As aves percorrem o espaço demonstrando contentamento. À noite surge as estrelas cintilantes para adornar o céu azul. Há várias coisas belas no mundo que não é possível se descrever. Só uma coisa nos entristece: os preços, quando vamos fazer compras. Ofusca todas as belezas que existe. (JESUS, p. 38)

Ao empurrar a pedra ao cume da montanha, Sísifo desenha a trajetória do peso que a vida/morte lhe impõe. Porém, ao retornar ao chão, a pedra busca a leveza natural daquilo que rola em liberdade sem amarras e sem empecilhos. Levar a pedra novamente ao cume é o desafio de Sísifo em regular e/ou normatizar a leveza da vida. A escrita de Carolina representa essa pedra que rola na rocha do papel. As palavras fluem no branco da folha, buscando o caminho da liberdade e o peso da vida miserável, logo é transformado em condição de percepção resiliente sobre o que ela era e o que queria ser no âmbito daquele universo pobre, miserável e inóspito. Ela diz: “Tive sonhos agitados. Eu estava tão nervosa que se eu tivesse asas eu voaria para o deserto ou para o sertão. Tem hora que eu revolto comigo por ter iludido com os homens e arranjado estes filhos” (p. 78).

Nesse sentido a escrita de Carolina funciona como a possibilidade de exercício do auto-conhecimento. Em outra passagem do diário ela diz:

... Para mim o mundo em vez de evoluir está retornando à primitividade. Quem não conhece a fome há de dizer: “Quem escreve isto é louco”. Mas quem passa fome há de dizer “Muito bem, Carolina. Os gêneros alimentícios deve ser ao alcance de todos”. (p.32).

Tomando de empréstimo a consciência de si que tem a Carolina de Jesus é que abro um parêntesis para dialogar com o contexto da educação. Penso que o ensino da literatura pode ser o filão que necessitamos para conduzir os discentes a perceberem a escrita de si como um lugar de entendimento do eu, do outro e do mundo, isto é, construção da sua identidade a partir da diferença do outro. Carolina em seu diário não consegue dissociar estes três universos. O eu é a marca peremptória do seu diário; mas ele só se estabelece física e ideologicamente a partir da penetração sobre o outro e sobre o mundo a sua volta. A esse respeito Tomaz Tadeu da Silva (2009) assim nos fala:

Uma política pedagógica e curricular da identidade e da diferença tem a obrigação de ir além das benevolentes declarações de boa vontade para com a diferença. Ela tem que colocar no centro uma teoria que permita não simplesmente reconhecer e celebrar a diferença e a identidade, mas questioná-las. Por outro lado, os estudantes e as estudantes deveriam ser estimulados, nessa perspectiva, a explorar as possibilidades de perturbação, transgressão e subversão das identidades existentes. (p. 100).

Ao penetrar no universo de si e de outro, Carolina mantém com a escrita uma relação de espontaneidade como se conversasse com o leitor numa linguagem oral. “Puis feijão no fogo” (p.41) ou “A fome era tanta que ele não pode deixar assar a carne” (p.35) são expressões nitidamente orais trazidas para contexto de uma escrita rápida e dialógica carregada de elementos que dão movimento ao texto, resultando numa leitura agradável ao leitor apesar do sofrimento transmitido. Carolina descreve passo a passo no seu diário uma vida difícil. Todavia, a sua forma dinâmica de escrever não a faz tributária da pressa, mas marca a necessidade da escritora em passar com o máximo de precisão a sua luta diária pela sobrevivência na cidade grande. É por isso que o diário é marcado por uma mobilidade de fatos, que apesar da marcação cronológica estabelecida por ela, os fatos vão se sucedendo aos borbotões, tendo a liberdade do contar como parâmetro de escrita. Vejamos como a mobilidade é marca primeira de sua escrita:

27 de maio - ... Percebi que no frigorífico jogam creolina no lixo, para o favelado não catar a carne para comer. Não tomei café, ia andando meio tonta. A tontura da fome é pior do que a do álcool. (p.39).

28 de maio - Amanheceu chovendo. Tenho só três cruzeiros porque emprestei cinco para Leila ir buscar a filha no hospital. Quero escrever, quero trabalhar, quero lavar roupa. Estou com frio e não tenho sapato para calçar. (p.39).

A velocidade da informação no diário de Carolina rompe com os padrões de uma escrita exigente de coesão textual, pois o que se torna importante é a coerência informacional. O texto se faz coerente pela dinamicidade do jogo da informação imagética. Segundo Lúcia Kopschitz Bastos (1998, p.9) “o discurso possui coesão na medida em que permite um desenvolvimento proposicional, ou seja, quando exprime proposições que se integram ao desenvolvimento proposicional do discurso”. Mas para a autora a coerência pode ser percebida pelas ligações proposicionais implícitas ao texto. Por isso é possível uma interpretação plausível para uma narrativa desprovida de marcas de coesão. É o que podemos perceber no diário de Carolina de Jesus, que se utiliza de uma velocidade narrativo-descritiva para pensar o seu lugar autobiográfico.

Com esta mobilidade de informação Carolina dialoga com a essência da cidade grande através da relação de sensibilidade e exatidão com que conduz a sua descrição. Para Calvino (p.71) a exatidão da narrativa significa um projeto de obra bem definido, a elaboração de imagens visuais nítidas, incisivas e memoráveis e uma linguagem precisa, capaz de traduzir as nuances do pensamento. Muito embora Carolina não tenha certa preocupação com os postulados normativos da gramática, se aproximando daquilo que Calvino chama de linguagem aproximativa, casual e descuidada; mas o que nos interessa observar é o modo econômico com que ela trata a linguagem escrita. Ao mesmo tempo em que ela busca uma precisão na racionalidade, ela circunscreve a sensibilidade na profundidade da existência humana. Quando ela diz:

... Quando cheguei do palácio que é a cidade os meus filhos vieram me dizer que havia encontrado macarrão no lixo. E a comida era pouca, eu fiz um pouco do macarrão com feijão. E o meu filho João José me disse:

- Pois é. A senhora me disse que não ia mais comer as coisas do lixo.

Foi a primeira vez que vi a minha palavra falhar. Eu disse:

- É que eu tinha fé no Kubitschek. (p.32)

Observa-se aí a consciência histórico-política desta mulher que afirma constantemente “sou favelada, sou rebotalho” (p.31). Mas esta reflexão sobre si não traduz o sentimento de enfraquecimento ou vitimização diante da vida. Esta reflexão é o que leva Carolina a criar uma atitude resiliente diante do sofrimento. Em *O murmúrio dos fantasmas* Boris Cyrulnik afirma que: “o itinerário mais saudável e menos penoso é constituído pela ação de narrar. A competência de narrar a si mesmo é necessária para compor uma imagem da própria personalidade”. (p.97). E mais adiante ele reitera: “a atitude resiliente consiste em se perguntar: o que vou fazer com minha ferida? Onde posso me refugiar para tornar o real suportável? Carolina usa a escrita como ferramenta política de luta contra os discursos opressores. Ao dizer: “os políticos sabem que eu sou poetisa. E que o poeta enfrenta a morte quando vê o seu povo oprimido” (p.33), ela abre o espaço da denúncia e da reflexão.

Denunciar através da narrativa de si é a tarefa cotidiana de Carolina Maria de Jesus. A denúncia não se efetiva, como querem muitos, somente como instrumento gerador de soluções imediatas. A denúncia é na escrita de Carolina a arma disponibilizada para burilar as consciências opacas de um povo que se acostumou a obedecer, servir e bajular as instâncias superiores com o intuito de conseguir os favores que essas instâncias podem oferecer.

Finalizo tomando de empréstimo uma pergunta feita por Boris Cyrulnik em *O murmúrio dos fantasmas*: Seria possível tornar-se humano fora da humanidade? Carolina mostra que sim. Usando a escrita para costurar a sua história de vida, Carolina diz: “o poeta enfrenta a morte quando vê o seu povo empobrecido”(p.33). A pobreza cantada por Carolina não é material. Ela tem consciência da condição econômica em que vive. Contudo, o que lhe aflige é o

abandono afetivo a que foi jogado o seu povo, pois na sua consciência poeta ela percebe que as dificuldades afetivas são responsáveis pelos transtornos da socialização do indivíduo, jogando-o portanto, no abismo das mazelas sociais como a violência, o racismo, a delinquência juvenil e ao desamor. “Espero que 1960 seja melhor do que 1959. Sofremos tanto no 1959, que dá para a gente dizer: Vai, vai mesmo! Eu não quero você mais. Nunca mais!” diz Carolina Maria de Jesus.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Lúcia Kopschitz. *Coesão e coerência em narrativas escolares*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 194p.

CALVINO, Italo. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. 141p.

CYRULNIK, Boris. *Autobiografia de um espantelho: histórias de resiliência – o retorno à vida*. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 206p.

CYRULNIK, Boris. *Os alimentos afetivos*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 239p.

CYRULNIK, Boris. *O murmúrio dos fantasmas*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 184p.

CYRULNIK, Boris. *Os patinhos feios*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 215p.

FRANKL, Viktor E. *Em busca de sentido*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 186p.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Círculo do livro, 1960. 182p.

JOSSO, Marie-Christine. *Experiências de vida e formação*. São Paulo: Cortez, 2004. 285p.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO HUMANO

Fabrício Santos Faro¹

Geovana Araujo Sandes²

Inamarcia de Moraes Sousa Gonzalez³

Leandro dos Santos Gonzalez⁴

RESUMO: O progresso da sociedade tem acontecido em muitas áreas do conhecimento com o auxílio da ciência e da tecnologia da informação. Esta área do conhecimento tem proporcionado transformações de ordem econômica, política e social. A utilização da tecnologia da informação tem modificado as relações intra e interpessoais, de trabalho e comercialização. A inovação proporcionada pela tecnologia estimula pessoas a buscarem qualificação, a fim de estar aptas a usufruir dos benefícios oriundos do uso da mesma. Utilizando a pesquisa bibliográfica, o artigo pretende refletir sobre a tecnologia da informação e sua relação com o desenvolvimento humano, despertando o leitor para a influência quanto à inserção da tecnologia nos dias atuais. Constatou-se a evolução da tecnologia da informação na sociedade e como esta usufrui dos benefícios, a exemplo dos avanços na Medicina, sua importância e vantagens. Conclui-se que o uso da tecnologia pela sociedade modificou as relações humanas, a produção de bens e serviços. Conclui-se que o conhecimento é indispensável para que a pessoa possa viver como ser humano integral. Este conhecimento diz respeito a si mesmo, seus objetivos, o cultivo de valores e convicções, mantendo-se aberto a diálogos e mudanças. Como também é indispensável o conhecimento do outro e do mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade da Informação. Tecnologia da Informação. Desenvolvimento Humano.

¹Mestre em Modelagem Computacional pela Fundação Visconde de Cairu. Professor do Curso de Análise de Sistemas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Coordenador do Curso Subsequente em Manutenção e Suporte em Informática do IFBAIANO- Governador Mangabeira, Diretor Administrativo Financeiro, Docente e Coordenador da Faculdade Santíssimo Sacramento. E-mail: fabriciofaro@hotmail.com

²Mestranda do Curso de Pós- Graduação Strictu Senso em Pós-crítica Cultural (UNEB) Coordenadora de Recursos Humanos da Faculdade Santíssimo Sacramento e Docente da UNIASSELVI.

³Mestra em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social do Centro de Pós-graduação e Pesquisa Visconde de Cairu (CEPPEV). Docente do Centro de Pós-graduação e Pesquisa Visconde de Cairu (CEPPEV), Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS); Docente da Faculdade Regional da Bahia (UNIRB) campus Salvador, Faculdade São Camilo (FSC) e da Academia da Polícia Militar no curso de formação de Oficiais PM (CFOPM).

⁴Mestre em Modelagem Computacional. Docente e coordenador do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas da Fundação Visconde Cairu (FVC), Docente assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Faculdade Regional da Bahia (UNIRB).

ABSTRACT: The progress of society has happened in many areas of knowledge with the help of science and information technology. This area of knowledge has brought changes in the economic, political and social. The use of information technology has changed the intra and interpersonal relationships, work and marketing. The innovation provided by technology encourages seniors to seek qualification in order to be able to enjoy the benefits arising from the use thereof. Using the literature, this paper aims to reflect on information technology and its relationship to human development, awakening the reader to the influence on the integration of technology nowadays. It was observed the evolution of information technology in society and how it enjoys the benefits of such advances in medicine, its importance and benefits. We conclude that the use of technology by society changed human relations, production of goods and services. We conclude that knowledge is essential for the person to live as a whole human being. This knowledge relates to yourself, your goals, the cultivation of values and beliefs, while remaining open to dialogue and change. As it is also essential to know the other and the world

KEYWORDS: Information Society. Information Technology. Human Development.

INTRODUÇÃO

No final do século XX a sociedade avançou em várias áreas do conhecimento, devido ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e, fundamentalmente, da sua capacidade de comunicação. A descentralização das informações, em tão pouco espaço de tempo, ocasionou verdadeira revolução do saber. Assiste-se hoje o poder migrando das mãos de instituições e corporações seculares para as mãos dos que detêm mais informações e por isso, melhor se adaptaram à nova realidade capitaneada pelos meios de comunicação, especialmente, a Internet.

As transformações ocorridas e as que prometem acontecer indicam apenas o início de um ciclo, que provavelmente afetará a estrutura das relações comerciais, de trabalho e as interpessoais. Nessas mudanças, o questionamento e a redefinição de conceitos são primordiais. Desta forma, torna-se imperativo a elevação do nível de conhecimento por parte daqueles que buscam ingressar, se desenvolver e permanecer ativos na sociedade.

Diante do quadro de transformações aceleradas, faltam profissionais que atendam às novas exigências. Ter conhecimentos específicos para exercer determinadas atividades já não é suficiente. É necessário que o profissional procure agregar cada vez mais valor a sua carreira e amplie seus conhecimentos em outras áreas.

Estudar os aspectos intrínsecos à tecnologia da informação e desenvolvimento humano é extremamente necessário, com vistas ao entendimento das relações ser humano – máquina, e ser humano – ambiente de trabalho ressaltando as peculiaridades de cada e a busca por um convívio harmônico. Nesse contexto, se a posição e permanência das corporações em seus mercados são vulneráveis, é vital que os profissionais e as organizações, de forma conjunta, procurem rapidamente alinhar seus interesses, sob o risco de comprometerem suas participações.

O problema de pesquisa é: Qual a relação da tecnologia da informação com o desenvolvimento humano?

Nesse contexto, o objetivo geral deste artigo é refletir sobre a tecnologia da informação e sua relação com o desenvolvimento humano, despertando o leitor para a influência da tecnologia, quer seja no âmbito das relações intra ou interpessoais.

Os objetivos específicos são: dialogar sobre a tecnologia da informação e o desenvolvimento humano e analisar a importância da tecnologia da informação em prol do desenvolvimento humano.

A metodologia aplicada foi à abordagem qualitativa e descritiva cujo tipo de pesquisa foi a bibliográfica, que possibilitou o diálogo com os seguintes autores: Castells (1999), Freeman e Soete, Laurindo, Shimizu, Carvalho e Júnior (2001), Moore (2008), Negroponte (1995), Oliveira (2003), Oliveira e Mañas (2004), Paiva (2002), Patrocínio (2002), Rezende e Abreu (2000), Stair (1998) e Toffler (2007). Estas referências garantiram a fundamentação teórica necessária para o aprofundamento da temática.

O artigo possui cinco seções. Na primeira, introduz o tema contextualizando a sociedade da informação na atualidade. Na segunda parte, apresenta-se a definição de tecnologia da informação, o seu surgimento e quais os reflexos da tecnologia na sociedade. Na terceira parte, trabalham-se as consequências da tecnologia da informação na sociedade, salientando os benefícios e os ma-

lefcios para a sociedade. Na quarta parte fala-se da tecnologia da informação e o desenvolvimento humano. A quinta parte têm-se as considerações.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A expressão tecnologia da informação substituiu, nos últimos anos, o termo Informática, designando o conjunto de recursos tecnológicos e computacionais para a geração e uso da informação, abrangendo desde as redes de computadores às centrais telefônicas inteligentes, fibra óptica e comunicação por satélite.

Segundo Castells (1999) e Toffler (2007), existe um consenso entre os especialistas das mais diversificadas áreas de que as organizações bem sucedidas no século XXI serão aquelas centradas no conhecimento, intenso fluxo de informações e pessoas treinadas participando de decisões.

Assim, as tecnologias da informação adquirem uma importância sem precedentes, invadindo todo o processo produtivo, inclusive distribuição, transporte, comunicação, comércio e finanças.

Conforme Castells (1999), ainda que seja relativamente fácil, embora seja caro adquirir a tecnologia da informação, não é tão simples incorporá-la com sucesso, porque é extremamente complexo mudar-se a estrutura, a cultura, as pessoas, os processos e os hábitos de uma organização ou das pessoas, e muito difícil encontrar líderes capazes de levar esse processo adiante. Todavia, faz-se necessário enfrentar as dificuldades enfrentadas pela humanidade em estar adquirindo e usufruindo dos benefícios da tecnologia.

Entender o uso das tecnologias juntamente com os impactos que ela pode trazer para as pessoas, o negócio e os profissionais passaram a ser uma competência essencial para o sucesso profissional em qualquer área de atuação.

Para elucidar o que é a tecnologia da informação é importante distinguir o que vem a ser dados, processo de transformação, informação e conhecimento. É o que faremos a seguir.

Dados são os fatos em sua forma primária, como, por exemplo, o nome de um funcionário e o número de horas trabalhadas em uma semana, o número de um determinado tipo de peça presente no estoque. Quando esses fatos estão organizados ou arranjados de maneira significativa, eles passam a ser considerados como informação. Este, por sua vez, é um conjunto de fatos

organizados de tal forma que adquire valor adicional, além do valor do fato em si. A transformação de dados em informação é um processo ou uma série de tarefas logicamente relacionadas, executadas para atingir um resultado definido. O processo de definição de relações entre dados requer conhecimento. Conhecimento é o corpo ou as regras, diretrizes e procedimentos usados para selecionar e manipular os dados, para que assim se possa torná-los úteis para uma tarefa específica.

Segundo Rezende e Abreu (2000), o termo tecnologia da informação serve para designar o conjunto de recursos tecnológicos e computacionais para a geração e uso da informação. A tecnologia da informação está fundamentada nos seguintes componentes: hardware, seus dispositivos e periféricos, software e seus recursos, sistemas de telecomunicações e gestão de dados e informações.

O conceito de tecnologia da informação é mais abrangente do que os de processamento de dados, sistemas de informação, engenharia de software, informática ou o conjunto de hardware e software, pois também envolve aspectos humanos, administrativos e organizacionais (KENN, 1993, apud LAURINDO; SHIMIZU; CARVALHO; JÚNIOR, 2001).

Alguns autores, como Alter (1992 apud LAURINDO; SHIMIZU; CARVALHO; JÚNIOR, 2001), fazem distinção entre tecnologia da informação e sistemas de informação, restringindo à primeira expressão apenas os aspectos técnicos, enquanto que à segunda corresponderia às questões relativas ao fluxo de trabalho, pessoas e informações envolvidas. Outros autores, no entanto, usam o termo tecnologia da informação abrangendo ambos aspectos, como é a visão de (HENDERSON; VENKATRAMAN), 1993, apud LAURINDO; SHIMIZU; CARVALHO; JÚNIOR, 2001).

Neste texto, adota-se o conceito mais amplo de tecnologia da informação, incluindo os sistemas de informação, o uso de hardware e software, telecomunicações, automação, recursos multimídia, aspectos humanos, administrativos e organizacionais para fornecer dados, informações e conhecimento.

Segundo Stair (1998, p.06), sistema de informação é um conjunto de elementos ou componentes que interagem para se atingir objetivos. Os elementos e as relações entre eles determinam como o sistema trabalha, sendo que os mesmos são dotados de entradas, mecanismos de processamento, saídas e feedback.

Os sistemas podem ser simples ou complexos dependendo da finalidade que se espera obter na sua utilização. Os sistemas ajudam as pessoas e as organizações a atingirem suas metas, contribuem para o aperfeiçoamento dos processos pessoais, profissionais e empresariais e adicionam valor aos produtos, bens e serviços.

Um sistema de informação efetivo (eficácia x eficiência) pode ter um grande impacto na estratégia corporativa como também no sucesso da organização. Tal impacto pode beneficiar a organização, os usuários dos sistemas de informação como qualquer indivíduo ou equipe que venha a interagir direta ou indiretamente com o eles.

Segundo Stair (1998, p.17), destacam-se alguns benefícios desses sistemas: valor agregado aos produtos, bens e serviços, maior segurança, melhor serviço, vantagens competitivas, menos erros, maior precisão, produtos de melhor qualidade, aperfeiçoamento no sistema de saúde, aperfeiçoamento das comunicações, maior eficiência, maior produtividade, administração mais eficiente, mais oportunidades, carga de trabalho reduzida, custos reduzidos, tomadas de decisões financeiras superiores, maior e melhor controle sobre as operações e tomadas de decisões gerenciais superiores.

Os sistemas de informação, independentemente de seu nível ou classificação, têm auxiliado e muito nos processos de tomada de decisões nas organizações. Se os Sistemas de Informação não atendessem a esse objetivo, não haveria sentido na sua existência para as organizações.

Surgimento da tecnologia da informação

As origens e causas das sociedades da informação encontram-se, fundamentalmente, em dois tipos de desenvolvimento interdependentes: o econômico a longo prazo e a mudança tecnológica que vem ocorrendo ao longo dos últimos anos.

A longo prazo, a estrutura das economias tem evoluído. No início, tudo recai sobre o setor primário: agricultura, silvicultura e indústria de mineração. Depois, progressivamente, o secundário – indústria manufatureira – aumenta sua importância, contribuindo em maior escala para o produto interno bruto e, em geral, também para as exportações. O crescimento do setor secundário é seguido pela expansão do terciário. Os setores do comércio e dos serviços

desenvolvem-se e contribuem mais fortemente para a renda nacional.

Para Oliveira (2003), a cada etapa desta progressão, a produtividade do trabalho aumenta e mais valor é agregado pelo trabalhador, os investimentos em capital crescem e a economia se expande. Um fator muito significativo é a importância relativa dos diferentes setores a se modificar.

A economia agrícola, em grande medida, foi um ponto de partida no desenvolvimento social humano e caracterizou-se pela preparação e cultivo da terra e pela busca por condições de sobrevivência até então não existentes.

Segundo Toffler (1980), no século XIX o ser humano cultivou a terra e nela se fixou para a produção de bens alimentícios. A terra com isso tornou-se, mais do que nunca, o alicerce da economia, da sobrevivência, da cultura, das estruturas familiares e da política ainda em ascensão.

Tomando-se como base o século XVIII, onde se deu o início da Revolução Industrial na Inglaterra, até então manifestavam-se as características de uma sociedade agrícola. Mas os primeiros passos rumo à Revolução Industrial já haviam sido desencadeados na Europa, alterando os processos de produção e comercialização.

A Revolução Industrial ultrapassou fronteiras, revolucionou processos fabris, construindo um sistema social rico, dotado de divergências que ainda se refletem direta ou indiretamente nas relações sociais. Segundo Kung (apud PATROCÍNIO, 2002, p.42-43):

[...] a primeira revolução industrial, no século XIX, permitiu substituir o esforço físico dos seres humanos por máquinas e sistemas mecanizados (vapor, eletricidade, processos químicos). A segunda revolução industrial ocorreu já no século XX, depois da Segunda Grande Guerra, e veio quer substituir quer reforçar o esforço intelectual do homem através de máquinas, com o auxílio de computadores e telecomunicações”.

Como menciona Patrocínio (2002), os progressos tecnológicos inovadores (eletrônica, miniaturização, digitalização e software), que penetram em domínios especializados de atividade e também influenciam a totalidade da vida social, parecem concretizar-se as grandes utopias da humanidade. Segundo Fukuyama, apud PATROCÍNIO, 2002, p. 16.

De fato, atualmente, as tecnologias, sejam as tecnologias agrárias e industriais ou as ligadas à biotecnologia, sejam as associadas atecno-medicina e à engenharia genética, sejam as que são mais utilizadas por todas as pessoas — as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), encontram-se na base do desenvolvimento das sociedades contemporâneas, pois proporcionam uma acumulação ilimitada de riquezas e, nessa medida, num certo sentido, a satisfação das aspirações humanas.

Pode-se, assim, dizer que vive-se numa sociedade “tecnológica”, expressão que reforça a ideia de uma nova ordem social, de uma transformação paradigmática nas formas de produção, de consumo e de circulação de bens e pessoas, que só com as novas tecnologias infocomunicacionais (rádios, televisões, explosão da microinformática, telecomunicações móveis, redes digitais, videoconferência, produtos multimídia, Internet) começou a emergir. Para Negroponte (1996, p.86):

O mundo se está a tornar num mundo digital e que se chegou a um ponto em que as grandes mudanças nos computadores e nas telecomunicações emanam hoje das aplicações, das necessidades humanas básicas e não tanto das ciências materiais básicas.

Reflexos da tecnologia da informação na sociedade

O mundo todo tem sofrido esta mudança ao longo do último milênio. O setor terciário, ou o setor de serviços, orienta-se cada vez mais rumo ao tratamento da informação sob diferentes formas. A mudança tecnológica contribui amplamente para o processo de desenvolvimento econômico. Não há dúvida de que o rápido desenvolvimento por onde passaram as Tecnologias da Informação e das Comunicações nestes últimos anos tem incrementado consideravelmente nossa capacidade de tratamento da informação, fazendo com que se acelere cada vez mais o crescimento do setor terciário intensivo em informação. (OLIVEIRA, 2003).

De acordo com Freeman e Soete (2008), é possível identificar - além de ciclos econômicos relativamente curtos, períodos de crescimento econômico sustentável provocado pela mudança tecnológica. Assim, afirmam que a

invenção da máquina a vapor impulsionou a expansão econômica na Europa e na América durante a revolução industrial, e a eletricidade e o motor ocasionaram o espetacular crescimento econômico, vislumbrado na metade do século XX. Agora têm-se a Tecnologia da Informação e Comunicação.

Segundo Moore (1999, p.94), no final do século XX, as sociedades do mundo inteiro estavam em plena evolução nos mais diversificados setores. Em diferentes países, a informação desempenha um papel crescente na vida econômica, social, cultural e política. Este fenômeno existe independentemente do tamanho do país, seu nível de desenvolvimento ou sua filosofia política.

Segundo Oliveira (2003), uma das principais características contemporâneas e que proporciona um novo sentido à questão da economia baseada no conhecimento é a explosão informacional propiciada pelas tecnologias da informação e comunicação liberadas pela Internet.

Porém, o ingresso de parte da humanidade na Era da Informação é um fato, mas ainda apenas para uma pequena parcela da população. As novas tecnologias, em particular a Internet, vieram para ficar e já começaram a alterar o comportamento de uma parcela da humanidade. Atualmente, tem-se uma infinidade de soluções digitais cada dia mais surpreendentes e avançadas. Entretanto, deve-se estar atento para não se iludir. Se esse conhecimento não for democratizado, corre-se um grande risco de reforçar o abismo que separa os ricos dos pobres, os que possuem qualificação dos que não a tem como, também, daqueles que buscam, constantemente, de maneira motivada, estar aptos e dispostos a usufruir dos benefícios da tecnologia.

Mediante a abertura comercial entre os países, a difusão e expansão das tecnologias da informação e comunicação se consolidam, entretanto o que a humanidade deve almejar e buscar, constantemente, é a qualidade de vida haja vista estar-se diante de recursos tecnológicos que podem vir a proporcionar tal fato.

Um aspecto marcante presente na sociedade atual é o processo de globalização, que vem a ser um fenômeno precisamente suportado pelo extraordinário desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação que a tudo condicionam e tendem a colocar a funcionar e a relacionar em rede, nas escolas, universidades, organizações, residências.

A abertura da economia e a globalização são processos irreversíveis, que atingem a sociedade no dia-a-dia das mais variadas formas, restando apenas saber lidar com as mudanças que podem ser positivas ou negativas. Um exemplo de mudança positiva é o intercâmbio maior entre os diversos países do mundo, por outro lado, um exemplo negativo é a questão da influência da crise econômica mundial podendo acarretar em desemprego.

Segundo Castells (1999), em se tratando do Brasil, a abertura da economia foi relevante no combate à inflação e para a modernização da economia com a entrada de produtos importados permitindo o consumidor adquirir produtos importados mais baratos, com melhor qualidade, levando, também, à disponibilidade dos produtos nacionais a preços mais acessíveis e de melhor qualidade. Ilustram-se vários setores como eletrodomésticos, roupas, carros, serviços e muitos outros.

Conforme Castells (1999), a globalização das comunicações tem sua face mais visível na Internet, à rede mundial de computadores, possível graças a acordos e protocolos entre diferentes entidades privadas da área de telecomunicações e governos no mundo. Isto permite um fluxo de troca de ideias e informações sem precedentes na história da humanidade, se antes uma pessoa estava limitada à imprensa local, agora ela mesma pode se tornar parte da imprensa e observar as tendências do mundo inteiro, tendo apenas como fator de limitação a barreira lingüística.

Todavia, o processo denominado de globalização deve também estar atento às mudanças não só no trato econômico, mas, também, no que se refere à cultura, relações interpessoais, relações entre ser humano e máquinas visando galgar com todos esses recursos tecnológicos, no mínimo, qualidade de vida.

O processo de globalização é um fato já consolidado, mas que necessita ainda ser disseminado de forma igualitária para a humanidade sem que haja uma maioria em estado de pobreza e sem informações e uma minoria detentora de riquezas e de informações.

Patrocínio (2002) afirma serem de fato, as tecnologias da informação e comunicação que estão na base da afirmação de uma mudança de paradigma, do técnico para o tecnológico, uma mudança da civilização, sendo que to-

dos os sinais do desenvolvimento social, nos seus melhores e piores aspectos, levam-nos a constatar a existência de uma era antes das tecnologias da informação e da comunicação e de uma era depois das tecnologias da informação e da comunicação, ou seja, o antes e o depois das tecnologias de informação e comunicação. Em suma, as TICs favoreceram o processo “revolução digital” versus “revolução industrial”, proporcionando - em termos geopolíticos - a abertura progressiva de fronteiras econômicas e a mundialização dos mercados financeiros, a implantação das teorias do comércio livre e a liberalização das atividades econômicas e o fim do mundo bipolar.

CONSEQUÊNCIAS DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA SOCIEDADE

A tecnologia da informação transformou o modo como as pessoas e as organizações se relacionam. Tais processos são compostos por diversificadas ferramentas tecnológicos, a exemplo dos sistemas de informação.

É relevante conhecer as ferramentas ofertadas pela tecnologia para saber usufruir, assim, como estabelecer limites para não se tornar dependente da tecnologia. Mas também, poder dar a humanidade formas iguais de acesso ao novo mundo; o mundo digital.

BENEFÍCIOS PARA A SOCIEDADE

Com relação à informatização modernizada, é notável o aproveitamento e o crescimento do desenvolvimento de meios de educação, cultura, saúde e lazer, racionalizando e tornando muito mais ágeis e eficientes as tarefas, antes desempenhadas por pessoas.

A competição, cada vez mais presente na arena dos negócios, antes regional e próxima, agora é profissional e global. Sobreviveram aqueles que se muniram de tecnologia, organização, visão e recursos produtivos e financeiros.

A estratégia para se chegar a este objetivo, antes simples e relativamente inconsequente, agora deve ser avaliada a cada instante, focar-se em metas bem definidas e ter sua rota corrigida, tão logo seja detectado um desvio.

A informação exata e atualizada é fator essencial para a administração veloz, ágil e com a mínima chance de erro. Antes, a reação do mercado era

lenta e perdoava. Agora, age de forma implacável e cruel. Um erro pode ser fatal, e o produto está fora do mercado. Considere-se ainda a concorrência.

Por muito tempo, a tecnologia da informação foi considerada um mero item de suporte à organização, um “centro de custo” que a princípio não gerava qualquer retorno para o negócio. Mas as aplicações da tecnologia da informação foram crescendo dentro das organizações - se antes a tecnologia era usada apenas para automatizar tarefas e eliminar o trabalho humano, aos poucos ela começou a enriquecer todo o processo organizacional, auxiliando na otimização das atividades, eliminando barreiras de comunicação e assim por diante. E, nesse novo cenário, a tecnologia da informação começou a assumir um papel muito mais importante nas organizações: o de fator de crescimento de lucros e de redução de custos operacionais.

Empresa do ramo de serviços financeiros, como bancos e companhias de seguro, sempre tiveram mais facilidade de reconhecer o papel crítico da tecnologia da informação para seus negócios: nelas, a tecnologia da informação é fundamental para a composição dos serviços e produtos ofertados (cartões magnéticos, home banking, caixas eletrônicos dentre outros). Com o passar do tempo, empresas de outras áreas começaram a constatar que também precisavam de informações oportunas para agregar valor e qualidade aos produtos e serviços oferecidos, melhorar seus processos decisórios e garantir a sobrevivência num mercado cada vez mais competitivo e turbulento.

O processo de modernização tecnológica tem contribuído para as inovações organizacionais na estratégia de modernização nas empresas, sendo assim utilizado em todas as áreas funcionais, ou divisão de operações, dos negócios.

A informática trouxe vários benefícios: desde pesquisas, visualização do indivíduo pelo mapa astral informatizado até diagnósticos médicos. Enquanto isso, arquivos de papéis cheios e desordenados, erros nos cálculos em folha de pagamento e rotinas burocráticas, como o cadastramento manual de funcionários, vão aos poucos sendo substituídos por sistemas informatizados, que realizam as mesmas tarefas com uma maior precisão, eficiência e velocidade. Tudo isso com um menor custo e tempo. Estudantes de todas as idades já podem ter acesso às obras de referência, como dicionários, enciclopédias,

ou temas específicos e também a um vasto material para aprender ou praticar uma língua estrangeira.

Com a utilização e o avanço da informática, a contagem dos votos, por exemplo, passou a ser realizada através das chamadas urnas eletrônicas. Isto torna o processo mais efetivo, ou seja, eficaz e eficiente, garantindo à sociedade a diminuição das margens de erros e da ocorrência de fraudes, o impacto das fraudes e a divergência da opinião pública e dos interesses sociais.

De acordo com Oliveira (1988), Stair (1998), (*apud* REZENDE e ABREU 2000, p.63), o aprendizado em sistemas de informação ajuda tanto em termos pessoais quanto profissionais, e, na medida do seu entendimento, ajuda também a gestão das organizações. Um sistema de informação efetivo pode causar um grande impacto na estratégia corporativa e contribuir para o sucesso da organização. Este impacto beneficia a organização, os clientes e/ou usuários e qualquer indivíduo ou grupo que interagir com os sistemas de informação.

Citam-se alguns benefícios dos Sistemas de Informação: suporte para se tomar uma decisão profícua, valor agregado ao produto (bens e serviços), melhor serviço e melhor vantagens competitivas, qualidade nos produtos e serviços, aumento da rentabilidade, redução dos erros nas informações proporcionando mais segurança, reduções dos custos e desperdícios e maior controle operacional (REZENDE; ABREU 2000, p.64).

É a informação cada vez mais ágil, mais democratizada, estreitando as barreiras da distância a partir dos recursos tecnológicos. Ela é um diferencial quando propicia alternativas estratégicas e contribui para a lucratividade, retornos profícuos, vantajosos para a organização, seja implementando negócios atuais ou criando novas oportunidades de negócio.

Não se pode deixar de mencionar que o ser humano é parte integrante e peça fundamental neste processo, porque faz as engrenagens da empresa funcionarem plenamente, daí ser importante respeitar seus valores, experiências e habilidades, pois sua capacidade é imprescindível.

O capital intelectual é um bem intangível. As organizações, no entanto, que detiverem, organizarem e valorizarem mais as informações e o conhecimento do meio ambiente interno e externo, através desse capital intelectual

terá mais condições de enfrentar a competitividade nos negócios, que giram num mercado globalizado e sem fronteiras.

Outro aspecto importante são os novos meios de interação interpessoal oriundos do uso do e-mail, redes sociais, chats, enfim, novas formas de comunicação e socialização através do uso das tecnologias da informação e comunicação o que, conseqüentemente, desperta no ser humano a vontade, o anseio de inserir-se nesse contexto em prol de uma vida mais ativa e saudável quando se conhece e se impõe limites em meio a tantos recursos tecnológicos. Ilustra-se o uso demasiado da tecnologia na medicina proporcionando às pessoas longevidade por meio dos estudos na busca pela prevenção e cura de doenças.

Todos os aspectos acima mencionados proporcionam a uma organização uma gestão efetiva, porém a tecnologia também tem outro lado que não são os benefícios e sim os malefícios, quando não se sabe lidar ou manusear gerando o desemprego.

Malefícios para a sociedade

No ápice da revolução industrial, o mecanicismo era um grande mal, aliado às jornadas de trabalho extensas e o trabalho exaustivo e repetitivo do ser humano e da máquina. Isso fez com que surgissem as associações de classe para lutar pelos direitos do trabalhador. Segundo Castells (1999, p. 224):

Qualquer processo de transição histórica, uma das expressões de mudança sistêmica mais direta é a transformação da estrutura ocupacional, ou seja, da composição de categorias profissionais e do emprego. Na verdade, as teorias do pós industrialismo e informacionalismo utilizam como maior prova empírica de mudança de curso histórico o aparecimento de uma nova estrutura social caracterizada pela mudança de produtos para serviços, pelo surgimento de profissões administrativas e especializadas, pelo fim do emprego rural e industrial e pelo crescente conteúdo de informação no trabalho das economias mais avançadas.

Desde a primeira revolução industrial até a atualidade tem acontecido muitos debates sobre a relação entre inovação tecnológica e emprego. Quan-

do ocorre forte crescimento econômico há uma tendência a se valorizar os efeitos positivos do progresso técnico. Em contrapartida, quando se tem períodos de crise e quando se introduz mais máquinas, equipamentos e formas de produção, proliferam-se as análises que visam o progresso técnico como grande responsável pela redução de empregos. Segundo Oliveira e Mañas (2004, p. 94):

O progresso técnico pode ser ao mesmo tempo fonte de crescimento e, portanto, de empregos, e origem da elevação da produtividade, que permitiria a supressão de pontos de trabalho. Em contrapartida, a inovação tecnológica e a elevação da produtividade, ao mesmo tempo em que destruiriam produtos, empresas, atividades econômicas e empregos também poderiam criar novos produtos, novas empresas, novos setores e atividades econômicas e, portanto, novas empresas, novos setores e atividades econômicas e, portanto, novos empregos.

Segundo Castells (1999), a necessidade de modernização e de aumento da competitividade das empresas produziu um efeito também negativo, que foi o desemprego. Para reduzir os custos e poder baixar os preços, as organizações tiveram que aprender a produzir mais com menos pessoas. As organizações passaram a incorporar novas tecnologias e máquinas levando o trabalhador a perder espaço e esse é um desafio que as economias do mundo estão enfrentando, ou seja, crescer o suficiente para que possa absorver a mão de obra disponível no mercado, além disso, houve o aumento da distância e da dependência tecnológica dos países periféricos em relação aos desenvolvidos.

Conforme Oliveira (2003), o número crescente de trabalhadores excedentes desencadeado pelo desenvolvimento tecnológico, particularmente pela informatização das atividades, que resulta em altas taxas de desemprego quer seja em países desenvolvidos como menos desenvolvidos, resulta cada vez mais da forma pela qual a globalização se intensifica e como a internacionalização das atividades se amolda às vantagens comparadas aos inúmeros países com relação à composição e qualidade de sua força de trabalho e da infraestrutura ligada à economia da informação.

Cada vez mais necessitam de mão de obra qualificada e especializada para poder manusear as ferramentas assim como, cada vez mais torna-se notória a substituição da mão de obra humana pelas máquinas. A humanidade tem demonstrado a cada dia descontentamento, revolta e indignação quanto ao crescente aumento no número de desempregados.

Segundo Castells (1999), a indústria capitalista não vem demonstrando preocupação quanto ao crescente número de desemprego; a mesma está inclinada à produção em massa e ao consumo desenfreado.

Outro aspecto relevante que deve ser salientado é a exclusão digital em especial no Brasil, onde a infraestrutura que possibilita o acesso aos recursos tecnológicos ainda encontra-se muito precária ou até mesmo inexistente, em áreas mais longínquas, dificultando os meios de acesso ao mundo virtual assim como a falta de oportunidades de alfabetização de jovens, adultos e idosos para que assim possam desfrutar dos benefícios do mundo digital.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

A sociedade e as organizações são sistemas complexos que independentemente da classificação do setor ao qual se inserem são organismos vivos que constantemente estão interagindo com o ambiente interno e externo. O ser humano em toda a sua vida desfruta de estágios e os mesmos devem ser aperfeiçoados paulatinamente para que não haja perdas no decorrer do processo de crescimento e transformação evitando-se, ao máximo, o processo de alienação.

Os avanços dos meios tecnológicos nas mais diversificadas áreas remetem a repensar e rever os valores inerentes ao convívio social.

Segundo Leite, Battisti, Berlezi e Scheuer (2008), o ser humano, em condições normais, por sua natureza deseja estar inserido em um determinado meio social, seja no ambiente doméstico, de trabalho ou grupo de amigos. Desse modo, naturalmente, os indivíduos que compartilham estes espaços são, também, os provedores de suporte social. Neste cenário, os indivíduos procuram interagir, conhecer e relacionar-se com outras pessoas, vivenciando momentos de lazer, de trabalho e convívio social.

Conforme Leite, Battisti, Berlezi e Scheuer (2008), o grupo familiar e a comunidade são espaços naturais de proteção e inclusão social. Além disso, estas estruturas possibilitam a conservação dos vínculos relacionais e a inclusão em projetos coletivos, permitindo melhoria na qualidade de vida. É no ambiente doméstico, na família, no relacionamento com vizinhos que as pessoas estabelecem relações primárias, as quais constituem a sustentação para o enfrentamento das dificuldades cotidianas.

Segundo Leite, Battisti, Berlezi e Scheuer (2008), estudos mostram que o rompimento de vínculos sociais altera as defesas orgânicas das pessoas, deixando-as mais suscetíveis às doenças. Assim, os laços sociais têm influência no estado de saúde e dispor de uma rede de suporte social, a qual proporciona ajuda aos indivíduos que a ela pertencem beneficiam a saúde e o bem-estar de todos.

Quando se trata do contingente populacional, formado por idosos, observa-se que estes estão inseridos no meio social de várias formas: integrando-se a família e mantendo interação com seus vizinhos; participando de grupos de terceira idade, nos quais estreitam vínculos de amizade e afetividade; no ambiente de trabalho, desenvolvendo atividades laborais e convivendo com colegas de ofício ou, se aposentado, mantendo vínculo social com ex-colegas de profissão.

Dentre os aspectos acima citados, não há dúvida de que o desenvolvimento tecnológico tem assumido uma velocidade de crescimento vertiginoso e de que o ser humano comum, nem de longe, consegue acompanhar nem entender o que acontece. Isso frustra, estressa, passa medo e traz doenças.

Há algum tempo, os profissionais e, em especial, as pessoas idosas tem apresentado algum tipo de dificuldade em acompanhar as novidades divulgadas nos meios de comunicação e informação com vistas a manterem-se competitivos quer seja na sua vida pessoal e/ou profissional. O que se pode notar é que tanto as pessoas mais jovens quanto os executivos, assim como as pessoas da terceira idade têm apresentado dificuldades como incapacidade e insuficiência em estar acompanhando e absorvendo as inovações e tendências devido ao grande número de inovações tecnológicas assim como a baixa capacidade em absorver as novas informações, inovações, novos conceitos,

tendências, ou seja, os aspectos que tem impactos diretos na vida pessoal e profissional podendo acarretar frustrações, medo, estresse e doenças.

Segundo Toffler (2007), de lá para cá, poucos anos após, a situação, sob o aspecto do desenvolvimento humano, não melhorou. Dificuldades humano-profissionais para assumir tanta “informação importante e aprendizado obrigatório” para o trabalho aumentaram, crescendo também a incapacidade de entendimento para onde se está indo e o que isso tem a ver com o futuro profissional de cada um e sua permanência no mercado de trabalho. Têm ocorrido mudanças rápidas, misteriosamente demais e a competência do agora está morrendo.

O século XXI é uma nova trajetória para o desenvolvimento humano. Como já aconteceu anteriormente, a humanidade se adaptará e encontrará, por fim, a forma para a continuidade produtiva em sua vida profissional e pessoal. O que se percebe é um aumento do espaço existente entre a velocidade e os saltos do desenvolvimento tecnológico e a capacidade, competência humana, em absorver e usufruir os artefatos tecnológicos sem que haja prejuízos no trato da saúde física e psíquica.

Tratando-se um pouco de questões profissionais, o mundo corporativo, necessariamente rápido na utilização da informação e do conhecimento para melhoria de sua produtividade, encontra na tecnologia um papel decisivo nas definições e mudanças dos perfis de habilidades e competências solicitados dos profissionais que queiram iniciar ou continuar atuando profissionalmente nesse meio.

Nesse momento, travam-se batalhas diárias, sem tréguas e sem o ócio criativo profetizado pelo De Masi recomendando a utilização de práticas mais produtivas provenientes da utilização de novas tecnologias, práticas essas “descobertas” após períodos de reflexão fora do estressante e rotineiro cotidiano operacional.

Levando-se em consideração que o desenvolvimento tecnológico deve estar a serviço do ser humano e não contra ele, sendo utilizado como instrumento para a melhoria de sua vida familiar, pessoal e profissional. Para que funcione dessa forma é salutar que as pessoas e as organizações igualmente cresçam em suas estruturas, aprendendo a manusear esse novo mundo tecnológico em prol de si, no convívio pessoal e profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os avanços tecnológicos estão atualmente em vários lugares: na vida dos profissionais, nas organizações, na vida particular. O gestor de negócios se depara com a presença das inovações a todo momento. O comércio eletrônico está mudando a forma como as organizações fazem negócios. O comportamento do consumidor on-line é cada vez mais diferenciado. A cadeia de suprimentos está sendo revolucionada com a ligação entre produtores e fornecedores *viagroupware*¹, *workflow*² e *intranets*³.

Acompanhar as mudanças atualmente não é uma tarefa fácil, mas é absolutamente necessário num ambiente cada vez mais competitivo e globalizado. Outro ponto que deve ser muito valorizado, pois é de grande valia, apesar de ser um bem intangível, é o chamado “capital humano” ou “capital intelectual”, através do qual pode-se encontrar uma nova alternativa de expressão e valorização. A agilidade dos processos internos está aumentando vertiginosamente, impactando a forma como se estrutura e gere as organizações.

Com o processo de globalização, o mundo passa por enormes transformações e também por muitas expectativas. Há pouco tempo vivenciou-se a passagem da sociedade pós-industrial para a Era da Informação, a correria para a informatização, o nascimento da Biotecnologia, da Telemedicina, a Era do Conhecimento. Assim ganham cada vez mais espaço as novas formas de Relações Humanas.

A globalização torna a concorrência cada vez mais acirrada, o ritmo das inovações tecnológicas desafia as estratégias mais brilhantes, confirmando as previsões de Alvin Toffler: “Quando se fazem novas descobertas, desvendam-se novas verdades e as maneiras e opiniões mudam com a mudança das circunstâncias, as instituições devem avançar também e acompanhar o andamento dos tempos”.

¹Groupware: nome pelo qual são conhecidos os programas aplicativos cujo objetivo é aumentar a cooperação e produtividade conjunta de pequenos grupos de trabalho.

²Workflow: um conjunto de regras formais que são definidas para melhorar a eficiência de um processo específico.

³Intranet: uma rede local projetada para atender às necessidades internas de uma única organização que pode ou não estar conectada à Internet, mas que não é acessível a partir do ambiente externo.

As organizações, para serem competitivas, não podem ignorar os desejos dos seus clientes internos e externos, e os administradores não podem dar ordens e esperar que sejam cumpridas cegamente. As relações interpessoais não podem mais ser aceitas como verdadeiras e, tampouco, a criatividade humana pode continuar a ser desprezada e ignorada.

A mudança cultural, mais do que nunca, será de grande importância para as organizações. Os recursos humanos terão que pensar mais rápido, trabalhar inteligentemente, pensar diferente, sonhar de maneira ambiciosa e, mais do que nunca, relacionar-se entre si de maneira mais amigável.

Os líderes de hoje deverão ser capazes de adaptações rápidas, de promover mudanças em contraste com a administração tradicional. Terão que destruir as barreiras, paradigmas antigos, erguidos pelas lideranças passadas, e construir pontes, implantando um novo estilo de gestão, voltado para ajudar os colaboradores a realizarem o que são capazes de fazer. Deverão também criar um ambiente propício ao diálogo, assegurando a liberação da capacidade criativa, formulando uma visão para o futuro próximo, encorajando, emocionando, contextualizando, treinando, ensinando, facilitando, cultuando o desprendimento e a diversidade, admirando e respeitando as divergências. Por fim, deverá aproveitar as peculiaridades de cada um para que se obtenham as melhores ações possíveis, intenções e soluções a serem almejadas e galgadas.

Inúmeros acontecimentos de importância histórica têm contribuído para a transformação do cenário social da vida humana. Uma revolução tecnológica concentrada nas Tecnologias da Informação está remodelando a base material da sociedade em um ritmo cada vez mais acelerado. Até o próprio capitalismo passa por um processo de profunda reestruturação, caracterizado por maior flexibilidade de gerenciamento, descentralização das organizações, estruturação das organizações em redes, tanto internamente quanto nas relações externas com as outras empresas.

As mudanças sociais são tantas quanto às transformações tecnológicas e econômicas. Tomando-se como base este enfoque, um novo paradigma tecnológico começa a ser delineado neste início de século. A era da inteligência em rede é marcada por diversas tendências relativas às Tecnologias de Infor-

mação. Esse novo momento caracteriza-se pela crescente interpenetrabilidade dos computadores nas organizações, pela convergência entre a mídia, computadores e redes de telecomunicações, automação da organização, processo de trabalho, maior agregação de valor proporcionado pelas Tecnologias de Informação, aceleração da competição global e difusão e adoção de padrões tecnológicos globais.

Na era da Tecnologia da Informação, não basta empenhar força física e tempo para as tarefas repetitivas para se garantir o pouco salário ao término do mês. É necessário, mais do que nunca, empregar inteligência e criatividade na labuta diária.

Pensando assim, os empresários das diversas partes do mundo começam a investir para fazer com que o ambiente de trabalho se aproxime cada vez mais do ambiente de lazer, fazendo-se imprescindível a criação de um ambiente agradável para os funcionários, não só dentro das organizações como também fora dela.

É evidente que os ganhos de produtividade, atualmente, não dependem somente do mero cumprimento do dever, como era visto anteriormente, mas estão ligados ao empenho total tanto do corpo como da mente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARCELOS, V. *Software Novo em Hardware Antigo* -Informática e Terceira Idade. [Dissertação] Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FREEMAN, Christopher; SOETE, Luc. *A Economia da Inovação Industrial*. Campinas: Unicamp, 2008.
- IBGE – *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Estatísticas populacionais, sociais, políticas e culturais, 2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 jan. 2013.
- Laurindo, Fernando José Barbin; Shimizu, Tamio; Carvalho, Marly Monteiro de; Júnior, Roque Rabechini. *O Papel da Tecnologia da Informação (TI) na Estratégia das Organizações*. 2001. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v8n2/v8n2a04>>. Acesso em: 12 jan. 2013.
- LEITE, Marinês Tambara; BATTISTI, Iara Denise Endruweit; BERLEZI, Evelise Moraes; SCHEUER, Ângela Inês. *Idosos Residentes no Meio Urbano e Sua Rede de Suporte Familiar e Social*. Florianópolis, 2008.
- MOORE, Nick. *A informação: tendências para o novo milênio*. Brasília: IBICT Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 1999.
- NEGROPONTE, Nicholas. *A vida digital*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. _____ *Ser digital*. Lisboa: Editorial Caminho, 1996.
- NUNES, V. *A inclusão digital e sua contribuição no cotidiano de idosos: Possibilidade para uma concepção multidimensional de Envelhecimento*. Dissertação mestrado em Gerontologia Biomédica, Porto Alegre Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.
- PAIVA, Mário Antônio Lobato de; OJEDA, Raúl Horácio. *O impacto da alta tecnologia e a informática nas relações de trabalho na América do Sul*. Disponível em: <<http://www.oab-pa.org.br/artigos/ImpactoAmericaSul.pdf>> Acesso em: 07 jan. 2013.
- OLIVEIRA, Jayr Figueiredo. *T.I.C. Tecnologias da Informação e da Comunicação*. 9. Ed. São Paulo: Érica, 2003.

OLIVEIRA, Jayr Figueiredo de; MAÑAS, Antonio Vico. *Tecnologia, Trabalho e Desemprego*. Um Conflito Social. 1. Ed. São Paulo: Érica, 2004.

PATROCÍNIO, Tomás. *Educación e dimensões duma tecnologia “humanizada”*. Disponível em: <<http://www.edutec.es/edutec01/edutec/comunic/TSE53.html>>. Acesso em: 07 jan. 2013.

REVISTA ÉPOCA, disponível em <http://revistaepoca.globo.com/> Acesso: jan. 2013.
REZENDE, Denis Alcides; ABREU, Aline França. *Tecnologia da Informação: aplicada a sistemas de informação empresarial*. São Paulo: Atlas, 2000.

REZENDE, Denis A., ABREU, Aline F. *Tecnologia da Informação Aplicada a Sistemas de Informação Empresariais*. São Paulo: Atlas, 2000.

STAIR, Ralph M. *Princípios de Sistemas de Informação: uma abordagem gerencial*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

TEIXEIRA, R. *O Idoso e o Computador: Um Estudo Dos Obstáculos Comunicacionais*. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro, 2004.

TOFFLER, Alvin. *A Terceira Onda*. 29. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

VIANNA, Nadia Wacila Hananaia; BACHA, Maria Lourdes e SANTOS Jorgina F. Severino dos. *Tecnologia da Informação e Terceira Idade: uma análise na ótica de estado de espírito com relação à atual fase da vida e nível de independência*. SEGet – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2007.

DESTINOS DO ÓLEO DE COZINHA PÓS-CONSUMO GERADO EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DO MUNICÍPIO DE CAMAÇARI-BA

Evaldo Pires¹
Edenilson Souza de Lima¹
Jaílton Góes¹
Affonso Sena¹
Maria José Dias Sales²
Adeildo Moacir Costa Magalhães³

RESUMO: Este estudo tem como objetivo estimar a quantidade e destinos do óleo de cozinha pós-consumo gerado nos principais estabelecimentos do ramo de alimentação do município de Camaçari, sendo realizado em oito empresas, por meio da realização de entrevista e preenchimento de questionário semi-estruturado. Foi possível observar, a partir da análise dos resultados que 88% dos entrevistados armazenam resíduo óleo de cozinha para destinar para reciclagem e justificou este procedimento como mecanismo de preservação ambiental. Ao serem questionados sobre qual é a quantidade de óleo pós-consumo gerada por semana, 63% dos entrevistados afirmaram que a quantidade é maior do que 20 L, sendo que 25% afirmaram gerar entre 15 e 29 L, e 12% de 5 a 10 L, consideravelmente alta. Quanto à destinação do óleo de cozinha pós-consumo, 50% dos entrevistados informaram que encaminham para empresas que reciclam o ROC, 38% mencionam que doam para catadores independentes e 12% afirmaram que descartam no lixo.

¹FSSS – Faculdade Santíssimo Sacramento – Alagoinhas – Bahia – Brasil. Estudantes do Curso de Engenharia de Produção da Faculdade Santíssimo Sacramento, Alagoinhas-BA, 2013.

²FSSS – Faculdade Santíssimo Sacramento – Alagoinhas – Bahia – Brasil. Professora do Curso de Engenharia de Produção da Faculdade Santíssimo Sacramento. Bióloga Mestre em Agroecossistemas (UFS) e Especialista em Gestão Ambiental em Municípios (UTFPR). Professora do Curso de Engenharia de Produção da Faculdade Santíssimo Sacramento. maria_uneb@yahoo.com.br

³FSSS – Faculdade Santíssimo Sacramento – Alagoinhas – Bahia – Brasil. Coordenador e Professor do Curso de Engenharia de Produção da Faculdade Santíssimo Sacramento. Engenheiro Químico Mestre em Gestão Integrada de Organizações. adeildomoacir@gmail.com

Percebe-se aqui a necessidade não só de orientar a população, como também de propor uma logística reversa que estimule a segregação e doação do resíduo gerado em seus estabelecimentos para posterior reciclagem. Trata-se de um estudo pioneiro na região, e ponto de partida para implantação de um sistema de coleta diferenciada do ROC no município, o qual, aliado às ações de Educação Ambiental, propiciará a preservação e manutenção da qualidade ambiental e, desta forma, alcance do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Resíduo. Óleo de cozinha. Descarte.

ABSTRACT: This study aims to estimate the amount and destination of cooking oil post consumer raised the main establishments of branch power Camaçari, being held in eight companies, by conducting interviews and completing semi-structured questionnaire. It was observed from the analysis of the results that 88% of respondents store waste cooking oil for recycling to appropriate and justified this procedure as a mechanism for environmental preservation. When asked what is the amount of post-consumer oil generated per week, 63% of respondents said that the amount is greater than 20 L, and 25% said they generate between 15 and 29 L, and 12% from 5 to 10 L, considerably high. Regarding the allocation of cooking oil post-consumer, 50% of respondents reported they refer to companies that recycle the ROC, 38% mentioned that donate to independent collectors and 12% said they discard in the trash. Realize here the need not only to guide the population, but also to propose a reverse logistics that encourages segregation and donation of the waste generated in their establishments for recycling. This is a pioneering study in the region, and the starting point for implementing a system of separate collection of ROC in the city, which, combined with the actions of environmental education, foster the preservation and maintenance of environmental quality and thus achievement of sustainable development.

Keywords: Waste. Cooking oil. Disposal

INTRODUÇÃO

No processo de transformação de matérias-primas, efetuado pelos restaurantes, são utilizadas várias formas de energia e são gerados diversos resíduos, como os óleos utilizados no processo de fritura, o que pode causar impactos negativos ao meio ambiente quando não recebem a destinação adequada. O resíduo óleo de cozinha (ROC), quando descartado incorretamente, acarreta uma série de problemas que vão desde a elevação do custo de manutenção e reparo das tubulações da rede coletora de esgoto (o óleo incrusta-se nas tubulações, e ao diminuir o diâmetro, provoca aumento da pressão interna da tubulação, provocando rompimentos) até mesmo a problemas ambientais relacionados à contaminação do solo (uma vez que dificulta a percolação da água), da água (impede a fotossíntese, já que forma uma película que compromete a penetração da radiação solar) e do ar (sua decomposição anaeróbia libera metano) (OLIVEIRA & SOMMERLATTE, 2008).

Segundo Paraíso (2008), a presença do ROC em esgotos domésticos não só afeta o desempenho do sistema de tratamento por meio de reatores aeróbios, pois alteram o pH do efluente, como ainda encarece o tratamento desses efluentes em cerca de 45%, uma vez que implicam em maior carga orgânica, e conseqüentemente, maior geração de lodo. Albercini e Pontes (2004) afirmam ainda que ao entrar em contato com mananciais aquáticos, o ROC gera graves problemas, uma vez que o ROC, sendo menos denso que a água, fica na superfície, criando uma barreira que dificulta a entrada de luz e a oxigenação da água, comprometendo assim, a base da cadeia alimentar aquática - os fitoplânctons. Christoff (2006, p.13) também destaca que:

A pequena solubilidade dos óleos vegetais na água constitui um fator negativo no que se refere à sua degradação em unidades de tratamento de despejos por processos biológicos e, quando presentes em mananciais utilizados para abastecimento público, causam problemas no tratamento da água. A presença deste material, além de acarretar problemas de origem estética, diminui a área de contato entre a superfície da água e o ar atmosférico impedindo a transferência do oxigênio da atmosfera para a água e, os óleos e graxas em seu processo de decomposição, reduzem o oxigênio dissolvido elevando a demanda bioquímica de oxigênio (DBO), causando alterações no ecossistema aquático.

Fica evidente a urgência de um plano de gerenciamento integrado que propicie a participação popular por meio da implantação de postos de coleta bem como de estímulos a estas ações – incentivo à produção de biodiesel a partir do ROC, por exemplo. No Brasil são poucas as ações de políticas públicas de coleta e orientação da população sobre o descarte adequado do óleo de cozinha. A iniciativa privada também se mobiliza com pouca frequência.

A falta de postos de coleta e programas que recolham o óleo reciclado desestimula a população que continua usando os destinos incorretos para o produto.

Diante desse contexto, este estudo tem como objetivo conhecer a quantidade e destinos do óleo de cozinha pós-consumo gerado nos principais estabelecimentos do ramo de alimentação (restaurantes, lanchonetes, entre outros) de Camaçari. Além disso, pretende-se, a partir da deste estudo, elaborar e propor à prefeitura do município um plano de gestão estratégica, constituído por um sistema de coleta, reciclagem e destinação do óleo de cozinha pós-consumo, utilizando como parceiros as cooperativas de reciclagem da cidade de Camaçari-BA.

METODOLOGIA

O estudo foi realizado no município de Camaçari, o qual possui 759,8 quilômetros quadrados de faixa costeira, maior território da região metropolitana. De acordo com o último censo do IBGE (2010), Camaçari possui 225.510 habitantes e situa-se entre as cidades de Simões Filho e Dias D'Ávila, estando a 41 km de Salvador. Foi realizado em 08 estabelecimentos comerciais do ramo alimentício do município de Camaçari. A pesquisa realizada foi de natureza exploratória e descritiva, em que foi desenvolvido um estudo de caso. Um dos objetivos da pesquisa exploratória é possibilitar uma maior aproximação do pesquisador com o problema, objetivando explicitá-lo (GIL, 2002). Já a descritiva é utilizada quando o pesquisador tem o intuito de descrever e caracterizar algum fenômeno, por exemplo, as características de um grupo específico (SANTOS et al., 2007).

Os dados foram coletados através de entrevistas semi-estruturadas, com proprietários e representantes de dez estabelecimentos comerciais e empresariais, do município de Camaçari, o que exigiu visitas *in locu*. Na pesquisa de campo, os aspectos abordados durante a entrevista com os respectivos representantes, estão disponibilizados no Anexo – Apêndice A

Destinos do resíduo oleoso de cozinha no município de Camaçari –BA

Ao serem perguntados se a empresa em que atuam realiza a coleta diferenciada de óleo de cozinha pós-consumo, 88% dos entrevistados afirmaram que sim, e justificaram este procedimento como mecanismo de preservação ambiental - este é um dado importante pois, uma vez lançado na rede coletora de esgoto ou no solo, o ROC causa sérios prejuízos econômicos e ambientais. A coleta diferenciada é o ponto de partida para que a reciclagem se efetive. Essa afirmação foi comprovada, pois todos os estabelecimentos permitiram registros do local de armazenamento do resíduo em questão; contudo, em um estabelecimento pode-se observar que o armazenamento estava sendo realizado em recipientes reutilizados (tipo bombona), os quais estavam sujos de óleo externamente. Recomenda-se o armazenamento em recipientes plásticos reutilizados atente para o perigo da contaminação do ROC, e que o acondicionamento destes seja feito em ambiente limpo, arejado, para não atrair animais vetores de doenças, como ratos e baratas, Dos 12% que informou não realizar coleta diferenciada, quando perguntados se a empresa já levantou a possibilidade de não descartá-lo no lixo, a maioria (80%) dos entrevistados não respondeu e mesmo os que responderam, não informaram o motivo. Este fato pode estar relacionado ao desconhecimento dos malefícios relacionados ao descarte inadequado do óleo comestível pós-consumo e revela a necessidade de atuação do Poder Público no sentido de sensibilizar, orientar e viabilizar, por meio de um plano de gerenciamento para o resíduo oleoso de cozinha, e assim, promover a destinação correta do ROC. Para entender o comportamento adotado por estes entrevistados, foi inquirido se acreditam que o descarte inadequado do óleo pós-consumo causa prejuízos ambientais, 100% responderam que sim; contudo, apesar de a maioria responder corretamente quais seriam os impactos consequentes

do descarte inadequado do óleo de cozinha, é possível perceber uma contradição: sabem que não devem descartar no ambiente, mas afirmaram que o fazem.

Ao serem questionados sobre qual é a quantidade de óleo pós-consumo gerado por semana, 63% dos entrevistados afirmaram que a quantidade é maior do que 20 L, sendo que 25% afirmaram gerar entre 15 e 29 L, e 12% de 5 a 10 L. Sendo assim, pode-se perceber que a quantidade de óleo gerada é consideravelmente alta. De acordo com Reis et al. (2007), após o processo de aquecimento envolvido na fritura dos alimentos, o óleo de cozinha sofre alterações das suas características físico-químicas, como escurecimento, viscosidade e desenvolvimento de odor, passando à condição de exaurido, tornando-se nocivo à saúde, logo não passível de reutilização para fins alimentícios.

Além disso, segundo estudos realizados por Oliveira e Sommerlatte (2008) para implantação de um plano de gerenciamento integrado de resíduo oleoso de cozinha em Belo Horizonte, Minas Gerais, cada 1L de óleo polui cerca de 1 bilhão de litros de água, o que denota a relevância da interferência do poder público para a preservação e manutenção do equilíbrio dos corpos d'água. É válido destacar que nenhum dos entrevistados estimou corretamente quantos litros de água são contaminados com apenas 1L de óleo comestível pós-consumo.

Ao serem perguntados sobre qual a destinação do óleo de cozinha pós-consumo, 50% dos entrevistados informaram que encaminham para empresas que reciclam o ROC, 38% mencionam que doam para catadores independentes e 12% afirmaram que descartam no lixo. Esta resposta confirma que dentre os resíduos gerados que representam riscos de poluição ambiental considerável estão os óleos vegetais usados em processos de fritura.

Segundo Reis et al. (2007), esses óleos são largamente consumidos para a preparação de alimentos tanto nas residências domiciliares quanto nos estabelecimentos industriais e comerciais de produção de alimentos. Devido à falta de informação da população e dos empresários, o resíduo do óleo de cozinha gerado acaba sendo despejados em corpos d'água – como rios

ou riachos – causando a sua contaminação, ou nas pias e vasos sanitários, indo parar nos sistemas de esgoto e causando o entupimento dos canos, encarecendo os processos das estações de tratamento de efluentes. Percebe-se aqui a necessidade não só de orientar a população, como também de propor uma logística reversa que estimule a segregação e doação do resíduo gerado em seus estabelecimentos para posterior reciclagem, fato esse já discutido por Costa et al. (2011) em estudo sobre o fluxo do óleo vegetal residual e condições de gerenciamento desse resíduo em João Pessoa - PB.

No município, há coleta de ROC para produção caseira de sabão – os estabelecimentos confirmaram doar para pessoas que realizam esta prática; contudo a coleta não é periódica e não há nenhuma cooperativa que atue nesse ramo. É interessante ressaltar que a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) estimula a formação de cooperativas e o ROC seria mais um resíduo para agregação de valor e renda. Os dados levantados no estudo aqui presente trazem contribuições em dois aspectos: socioambiental e econômico, uma vez que a prática eficiente da coleta e reciclagem do ROC beneficiará toda uma comunidade, proporcionando uma melhor qualidade de vida para o cidadão local, além da geração de empregos, treinamento e formação da mão de obra local. Como consequência, a reciclagem do óleo pós-consumo, através da implantação de um sistema uma coleta e reciclagem e/ou destinação mais eficiente, pode garantir melhor rentabilidade aos cooperados envolvidos nesse processo de coleta e reciclagem. Sem dúvida, as vantagens sociais unem-se as ambientais e econômicas, uma vez que a gestão ambiental além de combater os impactos ambientais decorrentes do descarte incorreto de óleos residuais de fritura, contribui para o incremento salarial de famílias de baixa renda, os catadores (CIENTEC, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização da pesquisa bibliográfica e das visitas de campo, constatou-se que não há um sistema integrado de coleta de óleo de cozinha entre as empresas pesquisadas no município. Constatou-se também que já existe a preocupação em não descartar o resíduo em ralos e pias, o que indica que, na presença de um sistema integrado de coleta e reciclagem o óleo pós-

consumo, a segregação diferenciada deste resíduo não seria um problema para os estabelecimentos.

É necessário sensibilizar a população quanto ao descarte adequado do óleo em parceria com a prefeitura municipal, a qual, além de promover ações educativas por meio de palestras, debates, deve implantar pontos de coleta em diferentes locais do município promovendo assim a logística reversa do ROC; além do exposto, sugere-se que o poder público estimule a formação de cooperativas que trabalhem ao lado de os empresários e donos dos estabelecimentos para a destinação adequada, já comprovadamente vantajosa em termos socioambientais e econômicos em outros municípios, a exemplo da produção de sabões e biodiesel. Trata-se de um estudo pioneiro na região, e ponto de partida para implantação de um sistema de coleta diferenciada do ROC no município, o qual, aliado à ações de Educação Ambiental, propiciarão a preservação e manutenção da qualidade ambiental e, desta forma, alcance do desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

ALBERICI, R. M.; PONTES, F. F. F. Reciclagem de óleo comestível usado através da fabricação de sabão. *Engenharia ambiental*, Espírito Santo do Pinhal, v.1, n.1, p. 073-076, jan./dez., 2004.

BRASIL. Lei 12.305 de 12 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm> . Acesso em: 20. abr. 2013.

COSTA, L. C. A.; LUCENA, A. D.; ADISSI, P. J. VASCONCELOS, P.E.M. Diagnóstico do fluxo de reaproveitamento do óleo vegetal residual no município de João Pessoa. *XXXI ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUCAO*. Belo Horizonte, MG, 2011

CHRISTOOF, P. 2006. *Produção de biodiesel a partir do óleo residual de fritura comercial. Estudo de caso: Guaratuba, litoral paranaense*. Curitiba, Paraná:Universidade federal do Paraná. 82f. Dissertação (Mestrado).

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4.ed. São Paulo: Atlas 2002. 175 p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br

LEITE, P. R. *Logística Reversa: meio ambiente e competitividade*. 2. ed., São Paulo: Prentice Hall, 2009.

OLIVEIRA, Breno Machado Gomes de; SOMMERLATTE, Breno Resende. *Plano de Gerenciamento Integrado Resíduo Óleo de Cozinha*. Belo Horizonte: Fundação Estadual do Meio Ambiente, 2008. 20 p. Disponível em: <http://www.projutoreciclar.ufv.br/docs/cartilha/pgi_oleo_cozinha.pdf>

SANTOS, G.R. C.M.; MOLINA, N.L.; DIAS, V.F.. *Orientações e dicas práticas para trabalhos acadêmicos*. Curitiba: Ibpex, 2007. 165p.

REIS, M. F. P.; ELLWANGER, R. M.; FLECK, E.. Destinação de Óleos de Fritura. *24º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental*. Belo Horizonte, MG. 2007. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/sga/oleo_de_fritura.pdf>

APÊNDICE A - Roteiro da entrevista aplicada com donos de estabelecimentos comerciais e empresariais

QUESTÕES

A empresa realiza a coleta do óleo de cozinha, pós-consumo?

() sim () não () raramente

Caso ainda não haja coleta de óleo residual: já pensou em separar o óleo – não descartá-lo no lixo?

() não - por que? _____ () sim

Qual é a quantidade óleo pós consumo gerada por semana?

() até 5L () entre 5 e 10 L () entre 10 e 15L () entre 15 e 20L
() outro: especificar _____

Há um acondicionamento especial (guarda o óleo usado em pets, bombonas)?

() sim () não

Qual é a destinação do óleo de cozinha pós uso?

() descarta no lixo comum
() doa para catadores independentes
() encaminha para empresa que recicla Qual? _____

6) A empresa possui um modelo de gestão para o controle de coleta do óleo de cozinha usado.

() não; () sim – poderia disponibilizar? _____

7) Acredita que o descarte inadequado do óleo pós-consumo causa prejuízos ambientais?

() não ; () sim – quais?

DESTINOS DO ÓLEO DE COZINHA PÓS-CONSUMO GERADO EM ESTABELECIMENTOS
COMERCIAIS DO MUNICÍPIO DE CAMAÇARI-BA

impactos no solo? _____

Impactos na água? _____

Impactos na atmosfera? _____

8) Você poderia estimar quantos litros de água são contaminados por um litro de óleo?

() até 100L

() 1000L

() 10000L

() 100000L

() até 1000000L

9) Em caso de realização de coleta, quais as estratégias utilizadas pelos comerciantes e empresas para divulgar e tornar esse programa mais atrativo à população?

VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE E A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

Uma realidade e um grande desafio a ser enfrentado

Danna Thaís Santos Moura¹

Ana Cláudia Matos¹

Marta Maria dos Santos¹

Maiza da Conceição Teles Dias²

RESUMO: Este estudo analisa a atuação da equipe de Saúde da Família frente à situação de violência intrafamiliar contra a criança e o adolescente. O campo de pesquisa foi numa Unidade de Saúde da Família (USF), localizada num bairro populoso do município de Alagoinhas, visando identificar de que forma os profissionais de saúde percebem a situação de violência intrafamiliar; apresentar os tipos de violência intrafamiliar que mais acomete crianças e adolescentes no município, além dos mecanismos disponíveis na Rede Social e de Atenção à Saúde para resolução da situação de violência contra crianças e adolescentes. Para este trabalho, optou-se por um estudo descritivo, com abordagem qualitativa cujos dados foram coletados por meio de entrevista com sete profissionais de nível superior da USF, norteadas por questões orientadoras. Os resultados apontaram que os profissionais de saúde das USF não atendem casos de violência intrafamiliar contra a criança e o adolescente, pois a população busca ajuda em outros níveis de atenção à saúde, além disso, foi constatada a falta de integração entre os setores de saúde e a Rede de Proteção social, o que dificulta a descoberta e prevenção dos casos de maus-tratos contra crianças e adolescentes.

PALAVRAS-CHAVE: Unidades de Saúde da Família; Violência intrafamiliar; Rede de Proteção social.

ABSTRACT: This study examines the performance of the Family Health Team facing the family situation violence against the child and the teenager, was accomplished in Family Health Units (FHU) located in a densely populated neighborhood in the city of Alagoinhas aimed identify how health professionals perceive the situation of domestic violence, showing the types of domestic violence that affects most children and teenagers in the municipality, apart from the mechanisms available in the Social Network and Health Care in order to solve the violent situation against children and teenagers. For this work, we have chosen a descriptive study with a qualitative approach.

¹ Enfermeiras e acadêmicas da pós graduação em Saúde Coletiva. E-mail: danna.thais@hotmail.com

² Enfermeira, Especialização em Saúde da Família e Gestão em Saúde.

ach whose data were collected through interviews with seven top-level professionals from FHU, conducted by guiding questions. The results showed that health professionals don't meet the FHU cases of family violence against children and teenagers, because the population seeks help at other levels of health care, in addition, we noticed the lack of integration between the sectors of health and social safety net which makes the discovery and prevention of cases of abuse against children and teenagers.

KEYWORDS: Family Health Units; Family violence; Network Social Protection.

INTRODUÇÃO

A violência contra crianças e adolescentes é uma lamentável realidade que cresce a cada dia, sendo responsável por elevadas taxas de morbimortalidade. Segundo Brasil (2009) as agressões aparecem como a quarta causa de mortalidade entre crianças de 0 a 9 anos, é também, uma das principais causas de óbito entre púberes de 10 a 19 anos (52,9%). Dessa maneira, o Sistema de Saúde e seus profissionais, bem como toda a sociedade deve se mobilizar para juntos enfrentar essa problemática de tão grave repercussão.

Conforme Eisenstein; Souza apud Santos *et al.* (2006) conceitualmente, a violência pode ser considerada toda ação nociva à saúde e à vida do indivíduo, caracterizada por maus-tratos, imposição da força ou restrição da liberdade. A criança e o adolescente por sua maior dependência e vulnerabilidade são vítimas freqüentes de atos abusivos. A maior parte destes atos ocorre no próprio ambiente doméstico e, geralmente, são praticados pelos familiares mais próximos.

Segundo Araújo (2002) a violência intrafamiliar institui a agressão que acontece na família, envolvendo parentes que habitam ou não a mesma residência, embora a possibilidade de ocorrência seja maior entre parentes que convivem diariamente no mesmo domicílio.

Brasil (2009) afirma que a violência pode originar problemas emocionais, cognitivos, sociais e psicológicos durante toda a vida, podendo apresentar também condutas nocivas à saúde geralmente manifestada por meio do abuso de substâncias psicoativas, do álcool e outras drogas e da iniciação, precoce à atividade sexual, tornando-os mais vulneráveis à gravidez, à exploração sexual e à prostituição. Assim como o risco de contrair doenças sexualmente

transmissíveis incluindo a AIDS devido à exposição precoce de crianças e adolescentes a violência.

De acordo com Silva (2002) atualmente, são apresentadas como manifestações de Violência Doméstica/Intrafamiliar a negligência, o trabalho infantil, a violência psicológica, a violência física e a violência sexual.

De acordo com Araújo apud Araújo (2002) crianças que vivem em situação de violência familiar aprendem a usá-la como forma de vida e têm grande probabilidade de reproduzi-la em suas relações, tanto durante a infância quanto na juventude e na idade adulta.

Segundo Brasil (2010) o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considera criança a pessoa até 11 anos de idade e o adolescente entre 12 e 18 anos. Já o Ministério da Saúde classifica criança a pessoa de 0 a 9 anos e o adolescente de 10 a 19 anos. Esta separação em períodos de vida, seguida pelo Ministério da Saúde, deseja atender as especificidades nas etapas de crescimento e desenvolvimento da criança e o início da puberdade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei 8.069/90, em seu artigo 5º estabelece que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.” Contudo, há muitas crianças e adolescentes sofrendo violência de natureza física, sexual e psicológica, assim como negligência/abandono (BRASIL, 2010, p.24).

Conforme Silva (2002) atualmente, no Brasil, a violência cometida por pais ou responsáveis contra suas crianças e adolescentes é considerada pelo Ministério da Saúde como um problema de saúde pública de tamanha expressividade que a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências define como devem ser tratadas e notificadas às ocorrências deste fenômeno, apoiando as preocupações daqueles que, em função das atividades que exercem, deparam-se cotidianamente com seus efeitos e consequências.

Conforme Brasil (2010) as equipes de Saúde da Família têm espaço privilegiado para a identificação dos casos de violência devido ao grande número de atividades e pelo envolvimento dos profissionais com as ações de saúde

individual e coletiva desenvolvidas no território. Devido à maior proximidade geográfica das famílias, os profissionais da atenção primária têm mais possibilidades de identificar sinais e sintomas de agressões em crianças e adolescentes, ofertar o acolhimento, atendimento (diagnóstico, tratamento e cuidados), notificar os casos e encaminhar para rede de cuidados e proteção social.

No entanto percebe-se que na realidade da maioria dos municípios brasileiros, o sistema de saúde de atenção a criança e adolescente encontram-se desestruturados, não dispendo de uma rede de cuidado e proteção social interligada. A estratégia saúde da família, enquanto modelo de atenção à saúde primária, responsável pela porta de entrada do sistema de saúde, encontra dificuldades na fixação de profissionais devido aos vínculos precarizados e consequentemente não priorizam as ações de promoção e prevenção; centralizando o atendimento individual, curativo, reafirmando o paradigma hegemônico.

Segundo Brasil (2002) a rede de proteção social ampara as crianças e adolescentes através do Conselho Tutelar uma instituição criada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente nos artigos 131 a 140, com a importante missão de se fazer cumprir todos os direitos garantidos a esses indivíduos em desenvolvimento. Existe também o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) uma instituição pública estatal responsável pelo auxílio às famílias e aos indivíduos com seus direitos infringidos

No que tange a rede de proteção social percebemos que não há uma integração entre os próprios profissionais desta organização assim como entre esses e os profissionais da rede assistencial de saúde. Além disso, o dispositivo de amparo social não dispõe de estrutura capaz de contemplar o mínimo de proteção garantida por Lei.

Partindo dessas considerações, objetivamos pelo presente estudo analisar como o profissional da equipe de Saúde da Família se comporta frente à situação de violência intrafamiliar contra a criança e o adolescente, incluindo identificar de que forma os profissionais de saúde percebem a situação de violência intrafamiliar contra criança e adolescente, apresentando os tipos de violência intrafamiliar que mais acomete crianças e adolescentes no mu-

nicípio de Alagoinhas, além de identificar os mecanismos disponíveis na Rede Social e de Atenção à Saúde para resolução da situação de violência contra crianças e adolescentes.

1. MATERIAL E MÉTODO

O estudo foi realizado em Alagoinhas que está localizada na região nordeste do Brasil, macrorregião leste, no Estado da Bahia. Este município se encontra na Gestão Plena do Sistema Municipal. Na Atenção Básica operam as estratégias de reorganização – Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde.

Segundo dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), Alagoinhas conta com 24 Unidades de Saúde da Família e uma Unidade Básica de Saúde em Planejamento Familiar. Dentre estas, as utilizadas para esta pesquisa foram: Unidade de Saúde da Família Santa Terezinha, Unidade de Saúde da Família São Jose Operário Pirinel e a Unidade de Saúde da Família Taizê, situadas no Bairro Santa Terezinha.

Optou-se pela pesquisa qualitativa que conforme Minayo (2002) se preocupa, nas ciências sociais, com um coeficiente de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, trabalha com o universo de crenças, significados, anseios, atitudes, causas e valores que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

O instrumento de coleta de dados foi entrevista estruturada com perguntas previamente formuladas e realizada com os profissionais de saúde de nível superior (dentistas, enfermeiros e médicos) que atuam em Unidades Básicas de Saúde da Família, e constituem a porta de entrada da rede de atenção à saúde e referência local para suspeita diagnóstica e também com os membros do Conselho Tutelar para comparar as informações das Unidades de Saúde.

Após a coleta de dados houve o tratamento do material recolhido no campo, o qual foi ordenado, classificado e analisado. De acordo com Minayo (2002) o tratamento do material nos dirige a teorização sobre as informações coletadas, gerando o confronto entre a abordagem teórica anterior e o que a investigação de campo aporta de singular como contribuição.

1.1 ASPECTOS ÉTICOS

Os aspectos éticos fundamentais foram assegurados nesta pesquisa garantindo que não houve discriminação na seleção dos entrevistados, nem a exposição a riscos desnecessários. É importante dizer que as pesquisadoras tiveram especial respeito com relação à idade deles, a posição que ocupam na sociedade, desde a linguagem utilizada à forma de abordagem do tema apresentado.

Além desses cuidados, a coleta de dados foi feita mediante consentimento informado, com garantias de que houve resguardo da privacidade dos entrevistados. A forma de obtenção do Consentimento Informado encontra-se descrita, assim como o Termo de Consentimento devidamente anexado a este Artigo. Nele serão discriminadas as garantias de preservação dos dados, da confidencialidade e do anonimato dos indivíduos pesquisados.

2. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Brasil (2002) afirma que a maior parte das violências contra crianças e adolescentes que ocorre atualmente no Brasil não é conhecida pelo Sistema de Saúde.

Os profissionais das Equipes de Saúde da Família estão territorialmente mais próximos das famílias e constitui o primeiro nível de atenção do sistema de saúde, se estabelecendo como entrada preferencial ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Em relação ao atendimento dos profissionais de saúde nas Unidades de Saúde da Família diante de casos de violência intrafamiliar contra criança ou adolescente pode ser analisado nos relatos abaixo dos entrevistados:

“... quando acontecem esses casos eles nem saem de casa para os vizinhos não saberem. Não buscam ajuda na Unidade e tentam esconder de todo mundo. Agora, se for um caso muito grave eles vão direto à polícia ou no hospital. E se a criança tiver com consulta marcada aqui na Unidade ela não vem, só vai vir quando o machucado desaparecer.” (USF 1)

Nota-se que os casos são descobertos apenas quando são muito graves onde as vítimas necessitam de cuidados médicos ou quando são denunciados

levando ao conhecimento de toda comunidade. E ainda o agressor tem noção que sua atitude é criminosa e inaceitável pela sociedade, por isso tentam esconder a criança até que as marcas de sua agressão desapareçam.

“Atendi apenas um caso de suspeita de violência sexual. A menina foi trazida pela mãe que morava com outro homem que não era o pai dessa criança. Fiz o exame físico e a criança não apresentou nenhum sinal de violência e apresentava hímen intacto.” (USF 1)

Há casos de violência sexual onde a vítima não apresenta sinais nítidos de agressão como afirma Araujo (2002) que muitas vezes o abuso sexual infantil é cometido sem o uso da força física e não deixa marcas aparentes, o que dificulta a sua comprovação, principalmente em crianças pequenas. O abuso sexual pode apresentar ou não penetração, além de atos em que não há contato sexual, como o voyeurismo e o exibicionismo.

“... aqui eu nunca atendi casos de violência. Os casos de violência da área são atendidos primeiramente e diretamente no Hospital Dantas Bião e na maternidade, porém eu não sou informada sobre o atendimento de pacientes daqui da área nesses lugares, porque não há mais comunicação, ou seja, um retorno de informações entre o hospital, a maternidade, o PSF e outros serviços como havia antes.” (USF 2)

Observa-se que as famílias não consideram a Unidade de Saúde da família como referência e porta de entrada inicial ao sistema para o atendimento a criança e adolescente vítima de maus tratos e violência. Além de que não existe intersetorialidade na rede de atenção à saúde dificultando a comunicação entre os setores, encaminhamentos dos casos suspeitos, amparo às vítimas de violência.

Brasil (2010) considera que dentre as atribuições dos profissionais das USF os mesmos tenham a maior possibilidade de visualizar os sinais e sintomas de violência em crianças e adolescentes, realizar acolhimento, atendimento, notificação e referência para rede de cuidados e de proteção social.

Em relação à forma que o profissional de saúde identifica uma situação de violência intrafamiliar na USF, verifica-se que o contato com o paciente ainda é de extrema importância, pois através de uma conversa, de um exame físico ou da interpretação de sinais no comportamento da vítima pode-se levantar suspeita de agressão ou realizar um diagnóstico preciso como mostra os relatos:

“Através do machucado, quando a criança é agredida no rosto fica um machucado característico de uma agressão.” (USF 1)

“Através do exame físico, do comportamento da criança e da história familiar. Durante os exames de puericultura fico atenta a qualquer sinal físico ou emocional. Inclusive participei de uma capacitação para os profissionais de saúde a mais ou menos dois anos sobre violência contra criança e adolescente.” (USF 2)

Conforme Brasil (2010) ao avaliar ou identificar os riscos os profissionais podem romper ou evitar as agressões e abusos; e esta atitude pode se tornar uma oportunidade única ou um caminho para resolução.

A rede de cuidado e de proteção social voltada para criança e adolescente em situação de violência deve estar articulada e com fluxo definido para atendimento e garantia dos direitos estabelecidos por Lei.

Nessa rede são traçadas as normas e definidas as atribuições de cada profissional e instituição envolvida. Definem-se normas relativas ao atendimento ambulatorial e hospitalar e coloca-se como prioridade a orientação familiar.

Quanto à conduta do profissional de saúde após a suspeita de violência intrafamiliar contra criança e o adolescente acontece da seguinte forma:

“Se atendesse algum caso de violência encaminharia ao NASF, pois o PSF possui uma Unidade do NASF em suas dependências. Primeiro acolheria, atenderia a criança ou adolescente; depois mandaria o ACS acompanhar a criança e sua família e também a encaminharia ao NASF que possui sede na própria Unidade.” (USF 1)

O Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), estratégia proposta pelo Ministério da Saúde para atuação em conjunto com os profissionais das Equipes Saúde da Família, é composto por profissionais de várias especialidades. Possui como objetivo de promover a interdisciplinaridade, a intersetorialidade, a educação popular, a integralidade, o controle social, a educação permanente em saúde, a promoção da saúde e a humanização. Foi implantado no município de Alagoinhas em julho de 2010 e possui dentre os profissionais, o Assistente Social que atuam em conjunto com os profissionais das Equipes Saúde da Família. Porém, além de contar com o NASF é necessário que o caso de violência seja notificado ao Conselho tutelar pelo profissional de saúde.

“Se houvesse algum caso denunciaria no Conselho Tutelar e pediria auxílio à Secretaria de Saúde da cidade.” (USF 2)

A rede social e a rede de atenção à saúde devem estar integradas no combate a violência e na assistência as vítimas, para isso, os profissionais de saúde devem conhecer a rede de atenção disponível e dispor de protocolos de encaminhamentos. Importantes destacar o papel do conselho Tutelar que segundo Brasil (2002) atua a partir de uma denúncia ou notificação de que os direitos de uma criança ou adolescente estão sendo infringidos ou ameaçados, não necessitando de provas evidentes para investigação de uma denúncia que poderá ser feita anonimamente.

“Atenderia a criança ou adolescente e depois encaminharia ao CRAS.” (USF 1)

O Centro de Referência de Assistência Social- Cras atua como a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (Suas), é responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica em localidades de vulnerabilidade e risco social. Constitui um Serviço de Proteção e Atendimento Individual à Família com objetivo de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

Os profissionais da Equipe de Saúde da Família devem conhecer o papel de cada serviço para realizar encaminhamentos à rede social, conforme necessidade, com vistas a garantir o atendimento e evitando fragmentação da assistência e colaborar para omissão de casos de violência e de auxílio as vítimas.

“Denunciar no Conselho. Se for um caso de violência sexual, devo encaminhar para acompanhamento no PSF do Parque Floresta.” (USF3)

O município conta com uma Unidade de Referência em Doenças Sexualmente Transmissíveis que atende as vítimas de Violência Sexual com objetivo de prevenir, detectar ou tratar possíveis doenças sexualmente transmissíveis.

Conforme Brasil (2002) outro problema frequente é que não há um fluxo de dados adequado sobre as ações planejadas no nível central das Secretarias Municipais de Saúde por meio das Gerências de Programas de Saúde da Criança e do Adolescente que chegue aos profissionais da rede, alimentando-os com informações necessárias para a realização de procedimentos e indicação da notificação. Por outro lado, muitos profissionais resistem em mandar informações ao nível central da Secretaria Municipal de Saúde, pois crêem que a notificação não resultará em retorno concreto para o seu trabalho.

Considera-se também, um grande problema na geração de fluxo de dados o temor dos profissionais que compõem a equipe de saúde em denunciar os casos de agressão contra crianças e adolescentes, tanto pela gravidade da situação como pelo índice de violência do território onde se encontra a USF.

Em relação ao perigo para o profissional de saúde que denuncia a violência contra criança e adolescente foi expresso que há um grande temor em notificar as autoridades competentes os casos de agressão como pode ser verificado nos relatos de dois dos entrevistados:

“Eu temo pela minha segurança caso denuncie. Eu prefiro encaminhar ao NASF, pois lá possui Assistente Social.” (USF 1)
“Sim, ainda mais que aqui é um bairro violento.” (USF 1)

Brasil (2010) afirma que o profissional de saúde em seu trabalho cotidiano muitas vezes desconfia ou identifica que criança ou adolescente está sendo agredida, seja na sua comunidade ou na sua própria família. Esta circunstância pode causar sentimento de impotência e perplexidade aos profissionais pelo medo ou pelo que a violência causa, por isso temem identificar a situação e comunicá-la ao Conselho Tutelar. Deste modo, é importante que esse conte com o apoio da equipe de saúde da qual participa.

As informações geradas por denúncias ou notificações são extremamente importantes, pois farão com que o Conselho Tutelar investigue e encaminhe as informações para o Poder Público o qual, estabelecerá políticas públicas para prevenção de maus-tratos contra crianças e adolescentes e promoção de saúde.

Em relação à existência de algum tipo de proteção por parte do Poder Público para os profissionais que denunciam ou notificam casos de violência contra crianças e adolescentes foi relatado:

“Não. Nenhum tipo de apoio ou proteção.” (USF 1)

A falta de apoio suscita insegurança no profissional de saúde o que pode levar diminuição de notificação de casos de violência contra crianças e adolescentes.

“Não. A área é muito violenta com vários pontos de tráfico de drogas e prostituição onde se vê a presença de menores de idade. As autoridades sabem que é comum essa situação aqui. No micareta tem um bloco que sai desse bairro e durante a festa encontramos políticos, profissionais de saúde e pessoas de boa posição social participando do bloco e todos eles sabem que essa festa é promovida e conta com a participação de menores que trabalham em pontos de tráfico e prostíbulos deste bairro.” (USF2)

Assim, como a falta de apoio gera insegurança a impunidade também faz com que o profissional perca a credibilidade na atenção à saúde colaborando para que a violência aumente em grandes proporções.

Coexistindo uma integração entre a rede de cuidado e proteção social mediado pela Gestão, o receio dos profissionais de saúde em denunciar os casos de agressão pode ser suprimido, proporcionando um atendimento integral a criança e a família prevenindo e interrompendo o ciclo de violência.

Conforme Brasil (2010) a organização da atenção integral à criança, ao adolescente e suas famílias em rede é uma ação importante para garantir a assistência e o amparo social desse público. Trata-se de uma concepção de trabalho que necessita de uma articulação intrasetorial e intersetorial de forma complementar, que objetiva agregar políticas e ações governamentais e não governamentais, considerando as características dos serviços ofertados no território e as especificidades das políticas sociais.

Brasil (2002) cita como exemplo o município de Vitória da Conquista que conta com uma estruturada Rede de Atenção e Defesa da Criança e do Adolescente, composta por onze entidades, que entre muitas atividades visa: unir as entidades de atendimento, articulando ações com instituições governamentais e não-governamentais; oferecer formação específica e capacitação aos profissionais que atuam nos diferentes serviços e programas; garantir fluxo contínuo de recursos ao fundo, avaliando e monitorando as prestações de contas das entidades da rede; construir uma rede de informações dotada de banco de dados e sistema informatizado.

O Conselho Tutelar, que compõe a rede de proteção social no município é um importante dispositivo no combate e prevenção aos maus-tratos contra crianças e adolescentes, apresentou dado de cinco meses de registros de um membro, total de 43 casos: 25 negligências, 01 Trabalho infantil, 10 violências psicológica, 06 violências físicas, 01 violência sexual. Lembrando que são dados de denúncias e nem sempre a denuncia se constitui fato.

Percebe-se que dentre os maus-tratos intrafamiliar que acomete as crianças e adolescentes nos registros foi negligencia:

“Infelizmente a maior incidência em numero de casos são os de negligencia, infelizmente a família deixou de ser uma referência.”
(Conselho Tutelar)

A família é a grande responsável pela formação de caráter e princípios de todo ser humano que compõe a sociedade, segundo Correia (2001) a família representa a segurança das relações humanas, a base da sociedade e a moral. Porém, a realidade da vida moderna origina fatores de ordem sentimental, moral, jurídica e econômica que levam ao desvirtuamento do conceito tradicional de família. Uma grande parte dos pais está despreparada para orientar seus filhos. Em inúmeras famílias o modelo de educação mais comum parece incluir a violência física contra a criança/adolescente como um de seus métodos.

Para exercer sua função de proteção e garantia do cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes o Conselho Tutelar conta com uma série de dispositivos de assistência e amparo social, no município, podemos citar o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Centros de Referência da Assistência Social - CRAS e Delegacias.

Segundo Brasil (2010) O Sistema Único da Assistência Social (SUAS) associa uma política pactuada em âmbito nacional, que prevê uma estruturação participativa e descentralizada da assistência social, com serviços e ações direcionadas para o fortalecimento da família, contando com Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) essenciais para o cuidado e proteção social de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências.

A Estratégia Saúde da Família é considerada o elo entre o Sistema Único de Saúde e a comunidade, sendo assim espera-se que esta estratégia de assistência esteja sempre informada sobre a situação de saúde da população do território ao qual é responsável. No entanto, em relação ao encaminhamento de casos suspeito de violência contra crianças e adolescentes, predominantemente originam da Maternidade e Hospital Regional.

“A Maternidade e Hospital, os mesmos possuem as escalas de plantões. Infelizmente não temos muitas denúncias oriundas dos PSF.” (Conselho Tutelar)

Deslandes apud Brasil (2002) afirma que pesquisas têm mostrado que a precária infra-estrutura dos Conselhos e a falta de profissionais prepara-

dos para atuar como conselheiros vêm desestimulando bastante as relações entre eles e os serviços de saúde. Muitas equipes de saúde ficam com dúvidas e sentem receios de notificar, dificultando a prática das ações de encaminhamento. Esses receios são pontuados como: uma experiência negativa anterior no trato com a família da criança agredida; temor do menino ou da menina ser enviado para uma instituição pública que o (a) afaste do núcleo afetivo da família; a visão de que um problema familiar não é responsabilidade de uma instituição de saúde; receio de estar equivocando, notificando uma suspeita sem fundamentos; desconhecimento da exata ocorrência que deve ser notificada; e falta de clareza sobre o método de notificação.

Para Brasil (2010) a notificação compõe a linha de cuidado, competindo ao serviço de saúde, através de sua equipe, analisar qual o momento mais apropriado para realizar o registro na ficha de notificação, da responsabilização pelo preenchimento, assim como o seu encaminhamento ao Conselho Tutelar. Mesmo se a família não aceitar ou não desejar a notificação, o profissional de saúde deverá informá-la que notificará a ocorrência aos órgãos responsáveis, auxiliado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (artigos 13 e 245). A notificação é obrigatória em casos de suspeita ou confirmação de agressão contra crianças e adolescentes, devendo ser realizada em três vias, sem dano de outras providências legais (Portaria nº 1.968/ GM/MS, de 25/10/ 2001).

Brasil (2002) traz que um dos desafios para construir um sistema de notificação é o de capacitar e sensibilizar profissionais de educação e de saúde para entenderem as manifestações, o significado, e as implicações dos maus-tratos para o crescimento e desenvolvimento das crianças e dos adolescentes. Da mesma maneira, habilitá-los para o diagnóstico, a notificação e os encaminhamentos dos problemas que averiguaram. Trata-se de uma campanha que não diz respeito apenas ao conhecimento e à informação sobre a temática, mas, principalmente, depende do desenvolvimento da consciência social a respeito.

Verificou-se a superficial articulação da rede de cuidado e de proteção social principalmente na realização de capacitações, cursos ou palestras sobre Violência Infantil para profissionais da educação e saúde.

“O trabalho do Conselho Tutelar é um trabalho de esclarecimento e encaminhamento, sempre que solicitado este Órgão se dispõe a fazer esclarecimento bem como palestras e capacitações. Infelizmente nunca organizamos nenhum tipo de trabalho como esse.” (Conselho Tutelar)

Verifica-se que, as Unidades de Saúde da Família, não constituem porta de entrada para casos de violência contra a criança e adolescente. Os profissionais de saúde identificam sinais de maus tratos e violência, adotam referências diversificadas da rede de cuidado e de proteção social, porém receiam denunciar os casos de agressão e violência devido a falta de proteção judicial.

Em relação à rede de proteção social, ainda observamos que apesar da existência dos serviços estes não trabalham de forma articulada, os profissionais de saúde não conhecem o papel de alguns serviços de proteção social, implicando assim na garantia deste direito à saúde e de proteção social garantido conquistado por Lei.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possibilitou identificar a difícil realidade vivida pelos profissionais das ESF em sua prática cotidiana diante de casos de violência contra criança e adolescente. As Unidades de Saúde da Família, não representa o primeiro contato das famílias diante de casos de violência, ao passo que o reflexo da priorização das ações individuais em detrimento das ações coletiva e territoriais não permite a identificação das situações de violência.

Nota-se também a desarticulação intrasetorial presente entre Sistema de Saúde e Social, onde não se processa de forma satisfatória a comunicação e troca informações tornando a assistência fragmentada. Demonstrando assim, a fragilidade da Gestão no enfrentamento de um problema de tamanha magnitude como é a violência não infância e juventude.

Esta fragilidade dos Serviços de Saúde e da Gestão Pública gera falta de credibilidade da população na Atenção Básica, levando os indivíduos que se tornam vítimas do grave problema que é violência, a buscar auxílio em outros níveis de assistência como Hospitais e Maternidades, refletindo na ausência de atendimentos de casos de maus-tratos contra crianças e adolescentes na Rede Básica de Saúde.

Percebeu-se também, a ausência de estrutura tanto física como gerencial na Rede de Proteção Social. A ausência de integração entre o Conselho Tutelar e os Serviços de Saúde e Educação impede uma capacitação de profissionais que trabalham diariamente com um público infantil e jovem.

Portanto, a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes desafia não só os profissionais da Equipe de Saúde da Família, a rede de cuidado e de Proteção Social, mas também toda população e o Poder Público. A ausência de políticas públicas intersetoriais consolidadas e da estruturação básica de rede que garanta os direitos de cuidado e de proteção regulamentados por Lei, reflete no cenário de violação dos direitos da criança e do adolescente e contribui para o crescimento da violência que na maioria das vezes não se revela em atos e sim em omissões. Sendo necessário seu enfrentamento em defesa da infância e juventude cidadã, responsável pelo futuro desse país.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. *Violência e abuso sexual na família*. Psicol. estud. vol.7 no.2 Maringá Jul./ Dec. 2002.

AZEVEDO, M e GUERRA, V. N. A. *Violência doméstica contra crianças e adolescentes .Um cenário em (des)construção*. Disponível em:< http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_01.pdf >> acessado em 20/nov/2010. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Impacto da violência na saúde das crianças e adolescentes prevenção de violências e promoção da cultura de paz*. Disponível em:< www.saude.gov.br/bvs>> acessado em 20/nov/2010. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. *Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde: um passo a mais na cidadania em saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002.*

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violência: Orientações para gestores e profissionais de saúde / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde,2010.*

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. *Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço / Secretaria de Políticas de Saúde. –Brasília: Ministério da Saúde, 2001.*

BRAZ, M. e CARDOSO, M. H. C.A. *Em contato com a violência - os profissionais de saúde e seus pacientes vítimas de maus tratos*. Rev. Latino-Am. Enfermagem vol.8 no.1 Ribeirão Preto Jan. 2000.

CNES - DATASUS/MS Disponível em: < <http://189.28.128.178/sage/?saude=http%3A%2F%2F189.28.128.178%2Fsage%2F&botaoook=OK&obj=http%3A%2F%2F189.28.128.178%2Fsage%2F> > acessado em 24/jul/2011.

CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE (CNES). <http://cnes.datasus.gov.br/> acessado dia 08/10/13.

CORREIA, S.S. *Violência Familiar: Um estudo de caso da ação repressiva do Estado*. Relatório final do Programa de Iniciação Científica. (PROINCI/ UEPB)-QUOTA 2000/2001.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> acessado em 23/Nov/2010.

MARTINS, C.B.G e JORGE, M.H.P.M. *Maus-tratos infantis: um resgate da história e das políticas de proteção*. Acta Paul Enferm 2010;23(3):423-428.

MINAYO, M.C.S (Organizadora). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 20ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2002.

NUNES, E.S. *Violência contra a criança e o adolescente: tipos mais frequentes e papel do enfermeiro*. Disponível em:<<http://www.webartigos.com/articles/21602/1/violencia-contr-a-crianca-e-o-adolescente-tipos-mais-frequentes-e-papel-do-enfermeiro/pagina1.html#ixzz16jb6cwtL>> acessado em 20/nov/2010. 2009.

SANTOS et al. *Maus-Tratos Infantis: Conhecimento e Atitudes de Odontopediatras*. Pesq Bras Odontoped Clin Integr, Jo o Pessoa, v. 6, n. 3, p. 2 -2 , set./dez. 2006.

SILVA, L.M.P. *Violência doméstica contra a criança e adolescente* / Recife: EDUPE, 2002. 240 p. : il.

INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO

Aspectos epidemiológicos no Estado da Bahia no período de 2007 a 2011

Carla dos Santos Souza¹

Ariana Ramos Dantas Rabello²

Claudia Cerqueira Graça³

RESUMO: O infarto agudo do miocárdio (IAM) é uma doença grave que atinge milhares de pessoas em todo o mundo, havendo alto índice de letalidade e consequências cardíacas permanentes quando não diagnosticado e tratado em tempo hábil. O presente estudo tem como objetivo descrever o perfil da morbimortalidade baiana vitimada por IAM, mensurando os índices de morbimortalidade por IAM da população baiana nos períodos de 2007 a 2011; classificando os fatores de risco para o IAM, abordando condutas de socorro frente ao risco iminente de IAM no atendimento pré e intra-hospitalar e destacando as consequências dessa problemática diante da Saúde Pública. Trata-se de um estudo bibliográfico descritivo, com abordagem quantitativa. Foram utilizados como fonte de dados artigos, livros, revistas e dados estatísticos do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde/ Ministério da Saúde DATA-SUS e a classificação internacional de doenças CID-10, sendo selecionados e interpretados os últimos cinco anos; pondo em foco a patologia e a faixa etária selecionada de 20 a 80 anos ou mais idade para ambos os sexos, visando identificar a atual situação de morbimortalidade com relação ao IAM no Estado da Bahia. Obteve-se como resultados da pesquisa um indicativo de elevados índices de morbidade e mortalidade da população baiana por IAM à medida que a idade aumenta, porém apresenta-se particularidades dessa situação em relação a cada gênero.

Finalizando, conclui-se através dos indicadores que a Bahia apresenta um cenário preocupante, uma vez que os índices são elevados e crescentes; contudo, percebe-se a necessidade de se investir na Saúde Pública com medidas socioeducativas em prol da população, assim como constantes investimentos na área da saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Infarto; Morbimortalidade; Atendimento; Saúde Pública.

¹Enfermeira do Curso de Pós-graduação em Urgência e Emergência da Faculdade Santíssimo Sacramento. Alagoinhas, 2012.

²Enfermeira do Curso de Pós-graduação em Urgência e Emergência da Faculdade Santíssimo Sacramento. Alagoinhas, 2012.

³Cirurgiã-dentista, Doutora em Saúde Pública, Coordenadora do Curso de Pós Graduação em Urgência e Emergência, da Faculdade Santíssimo Sacramento.

ABSTRACT: Acute myocardial infarction (AMI) is a serious disease that affects thousands of people around the world, with a high rate of cardiac mortality and permanent consequences if not diagnosed and treated in a timely manner. The present study aims to describe the profile of Bahia victimized by AMI mortality, measuring the rates of mortality from AMI population in Bahia periods from 2007 to 2011; classifying the risk factors for AMI, addressing conduct relief against the imminent risk of MI in pre-hospital and in-hospital and highlighting the consequences of this problem before Public Health. This is a bibliographic description with quantitative approach. Were used as a data source articles, books, magazines and statistical data from the Department of Informatics of Health System / Health Ministry DATASUS and the international classification of diseases ICD-10, were selected and interpreted the last five years, putting into focus pathology and selected age group 20-80 years or older for both sexes, to identify the current situation with respect to AMI mortality in the state of Bahia. Obtained as search results indicative of high rates of morbidity and mortality from AMI Bahia population as age increases, but presents particularities of the situation in each genre. Finally, it is concluded through indicators that Bahia presents a worrying scenario, since the rates are high and rising, however, one realizes the need to invest in public health with educational measures in favor of the population, as well as constant investments in health.

KEYWORDS: Myocardial, Morbidity, Service, Public Health.

1. INTRODUÇÃO

O infarto agudo do miocárdio (IAM) é uma patologia bastante agressiva e letal, que requer cuidados e socorro imediatos, com posterior internação hospitalar. Contudo, para um bom prognóstico é fundamental a identificação precoce da sintomatologia, profissionais qualificados e terapêutica/ intervenção adequadas e precisas.

Entretanto, recentes avanços na área da saúde vêm proporcionando aos profissionais da saúde aprimorar suas técnicas e conhecimentos quanto às doenças cardiovasculares, assim como todo um aparato farmacêutico e tecnológico que permite aos usuários/ pacientes, melhores diagnósticos, tratamento, prevenção de complicações e redução da mortalidade.

O Brasil é um país em desenvolvimento e vem apresentando expressiva redução das doenças degenerativas e infecciosas; em contrapartida há a elevação das doenças cardiovasculares, cujo fato, está diretamente aliado

ao aumento da expectativa de vida associado à ingestão de dietas ricas em gorduras saturadas, estilo de vida sedentário e tabagismo (AVEZUM; GUIMARÃES; BERWANGER; PIEGAS, 2005).

Assim, no Brasil e no mundo as doenças cardiovasculares são as principais causas de morbidade, incapacidades e mortes (BRASIL 2011; PADILHA, 2011); representando 30% de todas as causas de morte no mundo e de 65% de indivíduos entre 30 e 69 anos de idade no Brasil (CARREGOZI, 2011). O Infarto Agudo do Miocárdio é hoje uma das mais frequentes causas de morte e a maior de morte súbita, com alta prevalência de morbimortalidade, determinando um significativo impacto socioeconômico no país (DAMASCENO; MUSSA, 2010).

A Bahia apresenta uma situação não muito diferente do Brasil, uma vez que as doenças do aparelho circulatório também são as que mais matam no Estado, estando o IAM entre as principais causas de óbito na população baiana (BRASIL, 2011).

Tentando frear essa estatística no país, o Ministério da Saúde faz um investimento anual de R\$34,9 milhões, disponibilizando através do Sistema Único de Saúde (SUS) um tratamento mais ágil com a introdução do teste enzimático para diagnóstico rápido do infarto e novos medicamentos para o cuidado e prevenção (trombolíticos e anticoagulantes). Os trombolíticos já podem inclusive serem utilizados no pré-hospitalar pelas equipes médicas do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), contribuindo assim para a redução de futuras complicações e da mortalidade precoce (GARCIA, 2011).

De acordo com a Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC, 2009) a grande maioria dos óbitos por IAM ocorre durante as primeiras horas de manifestações da doença, onde 40% - 65% dos casos ocorrem na primeira hora e aproximadamente 80% nas primeiras 24 horas. Sendo assim, a grande maioria dos óbitos por IAM acontece no ambiente extra-hospitalar comumente não assistida pelos médicos.

Estudos evidenciam que os indivíduos em situações socioeconômicas desfavoráveis interpretam os sintomas incorretamente retardando a chegada à emergência, consequentemente apresentando desfechos intra-hospitalares piores. No entanto, para obter um bom prognóstico, é de fundamental

importância que as vítimas de IAM não ultrapassem mais de 45 minutos entre o início dos sintomas e a busca pela assistência em saúde para que se dê início à trombólise, este, crucial para a reperfusão miocárdica (GOUVEIA; VICTOR; LIMA, 2011).

Entretanto, faz-se necessário o engajamento de toda a equipe de saúde, seguindo com presteza e agilidade os protocolos assistenciais ao paciente com suspeita de cardiopatia isquêmica, melhorando assim a qualidade dos serviços de emergências e conseqüentemente seus resultados, diminuindo o período decorrido entre o início do evento e o restabelecimento do fluxo sanguíneo coronariano; logo, com bons prognósticos, há de se elevar a sobrevivência dos pacientes (MULLER; RABELO; MORAIS; AZZOLIN, 2008).

Devido a essa problemática, percebe-se o quanto é fundamental a prevenção desde a infância, mantendo hábitos saudáveis de vida; uma vez que é comprovado por pesquisas que a aterosclerose inicia-se na infância cujo estilo de vida seja bastante inadequado (PELLANDA; ECHENIQUE; BARCELLOS *et al* 2002). Em paralelo, é fundamental medidas socioeducativas em prol dessa causa, ressaltando a manutenção e prevenção da saúde para a população.

Considerando o exposto, levanta-se a seguinte problemática: Qual o perfil epidemiológico da morbimortalidade baiana acometida por Infarto agudo do miocárdio (IAM)?

Logo, de acordo com este contexto, pretende-se com este trabalho descrever o perfil da morbimortalidade baiana vitimada por IAM, além de mensurar os índices de morbimortalidade por IAM da população baiana nos períodos de 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011; classificar os fatores de risco para o IAM, abordar condutas de socorro frente ao risco iminente de IAM no atendimento pré e intra-hospitalar, e, destacar as conseqüências dessa problemática diante da Saúde Pública.

2. INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO (IAM)

O termo infarto agudo do miocárdio significa basicamente a morte de células cardíacas como conseqüência de uma isquemia prolongada. Em geral, essa isquemia é ocasionada por uma trombose e/ ou vasoespasmo sobre a placa de ateroma no interior do vaso coronariano (PESARO JÚNIOR e NICOLAU, 2004).

A morte celular miocárdica começa com 15 minutos de oclusão no vaso e prossegue rapidamente em uma frente de onda do endocárdio para o epicárdio, podendo assim, obter um salvamento miocárdio parcial liberando a oclusão dentro de 3 a 6 horas (GOLDMAN; AUSIELLO, 2005).

2.2 ETIOLOGIA

Acredita-se, que há uma combinação entre os fatores desencadeantes da cardiopatia isquêmica, uma vez que estes, associados promovem o IAM; são eles: hereditariedade, estilo de vida (sedentarismo, alimentação inadequada, dislipidemias, obesidade, tabagismo, estresse), o qual engloba fatores socioeconômicos e ambientais; assim como a hipertensão arterial e o diabetes (PELLANDA; ENCHENIQUE; BARCELLOS *et al*, 2002).

2.3 SINTOMATOLOGIA E QUADRO CLÍNICO

A sintomatologia primordial do infarto caracteriza-se pela dor precordial, geralmente retroesternal, em aperto ou peso, apresentando intensidade variável, prolongada (acima de 30 min.), que não apresenta melhora em repouso. Ainda há sintomas associados como náuseas, vômitos, dispneia, sudorese, palidez e fraqueza; sendo estes comuns, porém inespecíficos (RAMOS; TIMERMAN, 1996).

Os autores ainda abordam que o IAM pode ser assintomáticos ou apresentar quadro clínico atípico, com dor ou desconforto nos braços, pescoço, dorso, mandíbula, síncope, náusea, ortopnéia, insônia, palpitações, como sintomas primários. A descompensação aguda, ou piora de um quadro de insuficiência cardíaca, é uma apresentação relativamente comum.

2.3.1 CARACTERÍSTICAS PECULIARES ENTRE HOMENS E MULHERES

Segundo pesquisa realizada nos Estados Unidos, há diferenças nos sintomas que mulheres e homens apresentam quando sofrem um infarto. Os pesquisadores revelam que através do estudo descobriu-se que o índice de mulheres que chegaram ao hospital sem nenhuma dor no peito é bem maior do que o de homens, e esta diferença acentua-se em mulheres com menos de 55 anos (G1 NOTÍCIAS, 2012).

A pesquisa também relata que ao sofrer um IAM, a rapidez no atendimento faz toda uma diferença entre a vida e a morte para a vítima. A dor no peito sintoma mais frequente entre os homens, faz com que eles sejam levados mais rapidamente à emergência. Entretanto, as mulheres muitas vezes buscam ajuda mais tarde devido a não apresentarem os sintomas do ataque cardíaco.

Logo, Santos (2012) fala que a probabilidade de morte no primeiro infarto de uma mulher é maior que a do homem. A chance dela morrer é de 50%, enquanto que para eles é de 30%. Além disso, após um ano de acompanhamento das pessoas que conseguiram sobreviver, as mulheres que não sobrevivem nesta fase é significativamente maior do que os homens. Os índices ficam em 38% contra 25%. Hoje em dia, a relação entre homens e mulheres que morrem por doença coronária é de 2,45 para 1. Santos (2012) ainda diz que até os 50 anos a incidência de infarto no ano é cinco vezes maior nos homens. Mas estes números mudam violentamente na quinta e sexta década de vida, quando a mulher perde a proteção do estrogênio natural.

2.4 DIAGNÓSTICO

O diagnóstico do IAM é baseado no quadro clínico e nas alterações do eletrocardiograma, assim como os indicadores bioquímicos de lesão celular; uma vez que a sintomatologia é bastante variada (PESARO JÚNIOR e NICOLAU, 2004).

Após uma breve avaliação do paciente e percebendo o risco coronariano agudo; para a confirmação do diagnóstico faz-se necessário o exame eletrocardiográfico (ECG), o qual em situação de IAM apresenta elevação do segmento ST em duas ou mais derivações, sendo o diagnóstico confirmado em 99% dos casos (RAMOS; TIMERMAN, 1996).

Já o diagnóstico laboratorial por indicadores/ marcadores bioquímicos são cruciais para a confirmação do diagnóstico correto. Mas o tratamento não deve ser retardado após se obter anormalidades no eletrocardiograma, não devendo esperar os resultados dos marcadores cardíacos. Os biomarcadores de necrose miocárdica são proteínas liberadas na corrente sanguínea pelo músculo cardíaco lesionado. Atualmente o indicador cardíaco mais

importante é a troponina uma vez que ela é liberada exclusivamente pelo miocárdio. Entretanto, a troponina é a proteína mais importante para o diagnóstico de IAM. Outros indicadores/ marcadores também são utilizados, a CK total, a CK MB ativada, AST e a desidrogenase láctica, porém as mesmas tem baixa especificidade para lesão cardíaca (WILLRICH, 2007).

3. ATENDIMENTO/ TRATAMENTO PRÉ E INTRA- HOSPITALAR

De acordo com a Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC, 2004) há basicamente dois tipos de infarto: aqueles que se manifestam sem ou com supra desnível do segmento ST; sendo este o diferencial para se instituir o tratamento.

O atendimento pré- hospitalar para vítimas de IAM com supra desnível do segmento ST deve ser realizado por equipe capacitada com médico em ambulância equipada, investigando- se a história clínica direcionada às características dos sintomas atuais, não deixando de atentar- se as manifestações atípicas que podem mascarar o quadro de IAM; assim como a realização do eletrocardiograma; uma vez realizado este, há a confirmação do diagnóstico, logo dá se início a terapêutica medicamentosa, sendo a mesma recomendada no ambiente hospitalar (SBC, 2009).

O principal causador da parada cardiorrespiratória nas primeiras horas de IAM é a fibrilação ventricular, a qual só pode ser revertida pela desfibrilação elétrica; se realizada no primeiro minuto após o colapso; se não, deve- se iniciar as compressões torácicas. A terapia recomendada na fase pré- hospitalar é: administração de fibrinolítico (Tecteplase – TNK-tpa); oxigenoterapia; analgesia (Sulfato de morfina, Nitroglicerina); antiinflamatório (Ácido acetilsalicílico- AAS); antiagregante plaquetário (Clopidogrel); anticoagulante (Enoxeparina); betabloqueadores (Propranolol, Metoprolol, Atenolol, Carvedilol); antiarrítmicos (Propranolol, Atenolol) (SBC 2009).

O atendimento na unidade de emergência dá- se início com exame clínico e eletrocardiográfico, após a confirmação do diagnóstico inicia- se o tratamento paralelamente a coleta de sangue para a realização de exames laboratoriais, cujo resultado auxiliará no diagnóstico e terapêutica; neste exame serão observados os marcadores bioquímicos de lesão miocárdica (SBC 2009).

O tratamento na fase intra-hospitalar requer um monitoramento mais eficaz, há o alívio da hipoxemia com suplementação de oxigênio por meio de máscara ou cateter, oxímetro de pulso; analgesia e controle da ansiedade (Sulfato de morfina); porém o uso de nitratos e betabloqueadores também são eficientes no controle da dor; antiplaquetários (Aspirina e derivados tienopiridínicos); antiplaquetários (inibidores da glicoproteína IIb/ IIIa); anti-inflamatório (Ácido acetilsalicílico- AAS); antiagregante plaquetário (Clopidogrel); antitrombínico (Heparina); anticoagulantes orais (Ácido acetilsalicílico- AAS); nitratos (Nitroglicerina); betabloqueadores (Propranolol e Metoprolol); Magnésio; bloqueadores dos canais de cálcio (Nifedipina, Verapamil, Diltiazem); inibidores da enzima conversora da angiotensina (Captopril, Enalapril, Ramipril, Lisinopril, Trandolapril); bloqueadores AT1 (Valsartan); bloqueadores da aldosterona (Espironolactona); antitrombínicos diretos (Hirudina, Bivalirudina e Argatroban); agentes hipolipemiantes; terapias de reperfusão (agentes fibrinolíticos (TNK-Tpa) ou com angioplastia primária com balão, com ou sem implante de stents) entre outros recursos (SBC 2009).

Sobre o IAM sem supradesnível do segmento ST a SBC (2007) traz que a angina instável é a maior responsável por internações nas unidades coronárias, a evolução desse quadro clínico por uma parcela de pacientes desenvolve alterações nos marcadores bioquímicos de lesão miocárdica, configurando o quadro de IAM sem supradesnível do segmento ST.

A SBC (2007) apenas relata o tratamento intra-hospitalar, o qual requer: oxigenoterapia; analgesia e sedação (Sulfato de morfina); hidratos (Nitroglicerina, Mononitrato ou Dinitrato de isossorbida); betabloqueadores adrenérgicos (Metoprolol, Atenolol); antagonistas dos receptores de cálcio (Nifedipina, Anlodipino, Diltiazem, Verapamil); agentes antiplaquetários (ácido acetilsalicílico- AAS, Ticlopidina, Clopidogrel); antagonistas dos receptores glicoproteicos IIb/ IIIa (Abciximab, Tirofiban); inibidores do sistema renina-angiotensina (Ramipril, Perindopril); antitrombínicos (Heparina, Enoxaparina); além destes, são utilizados métodos complementares (exames entre outros procedimentos e monitoração).

4. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo bibliográfico descritivo, com abordagem quantitativa; sendo um levantamento das características do problema de estudo, possibilitando o desenvolvimento de um nível de análise em que se permite identificar as diferentes formas do fenômeno, sua ordenação e classificação, com o objetivo de estudar e descrever o perfil epidemiológico da morbimortalidade baiana vitimada por infarto agudo do miocárdio (IAM), uma vez que trata-se de uma patologia bastante agressiva e letal, que apresenta características bastante peculiares entre homens e mulheres, dificultando assim a identificação da doença na fase aguda. Sendo estes fatores determinantes para a assistência precoce visando a redução de sequelas e mortalidade.

Foram utilizados como fonte de dados artigos, livros, revistas, dados estatísticos do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde/ Ministério da Saúde DATASUS e a classificação internacional de doenças CID-10, sendo selecionados e interpretados os últimos cinco anos que compreende o período de 2007 a 2011, escolhidos por serem atuais; pondo em foco a patologia e a faixa etária selecionada de 20 a 80 anos ou mais para ambos os sexos visando identificar a real situação de morbimortalidade com relação ao IAM no Estado da Bahia.

A Bahia apresenta uma população de aproximadamente 14.016.906 habitantes (IBGE, 2010) é uma das 27 unidades federativas do Brasil, possuindo 417 municípios, sendo o sexto Estado com maior PIB do país. Está situada ao sul da região nordeste do Brasil e é o maior Estado da região (IBGE, 2012).

5. RESULTADOS DA PESQUISA

A tabela 01 refere-se à morbidade hospitalar do SUS por internações decorrentes do IAM. De acordo com os dados apresentados, a faixa etária entre os 60 a 69 anos é a mais acometida pela patologia durante todo período observado. Entre os sexos, houve mais internações entre os homens, apresentando uma grande diferença com relação às mulheres. Ainda há de se observar que no período estabelecido o número de internações vem crescendo significativamente.

TABELA 1: Distribuição da frequência absoluta de Morbidade hospitalar do SUS por internações na Bahia Por Infarto Agudo do Miocárdio, período 2007 – 2011.

FAIXA ETÁRIA	2007		2008		2009		2010		2011	
	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.
20 - 29	27	11	24	10	29	10	40	6	35	13
30 - 39	69	44	67	29	82	34	83	43	121	65
40 - 49	230	153	237	168	267	165	327	204	347	217
50 - 59	374	252	401	291	521	324	590	384	649	410
60 - 69	391	314	458	316	500	363	619	435	717	462
70 - 79	317	255	318	298	385	324	510	393	512	420
80 +	156	158	162	175	216	210	264	280	256	324
TOTAL	1564	1187	1667	1287	2000	1430	2433	1745	2637	1911
	2751		2954		3430		4178		4548	

FONTES: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0203>

A Tabela 02 expõe a mortalidade hospitalar do SUS na Bahia de acordo com óbitos ocasionados por IAM intra-hospitalar. Através dos dados observados percebe-se que a faixa etária de 70 a 79 anos é a que prevalece com maior número de óbitos, durante todo o período analisado. Em aspectos gerais ocorre maior prevalência de óbitos entre o sexo masculino. Observa-se ainda que com o decorrer dos anos estabelecidos há o crescimento do número de óbitos hospitalares pela patologia citada.

TABELA 02: Distribuição da frequência absoluta de Mortalidade hospitalar do SUS na Bahia de acordo com óbitos ocasionados por IAM intra-hospitalar, período 2001 – 2011.

FAIXA ETÁRIA	2007		2008		2009		2010		2011	
	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.
20 - 29	1	2	3	0	1	0	1	1	0	1
30 - 39	4	2	4	2	4	1	4	7	5	6
40 - 49	10	7	15	12	11	16	14	14	29	12
50 - 59	33	17	34	26	39	25	43	27	59	46
60 - 69	39	37	56	42	61	50	75	53	78	62
70 - 79	53	42	45	65	55	59	81	70	93	93
> 80	39	31	35	47	48	49	64	65	63	86
TOTAL	179	138	192	194	219	200	282	237	327	306
	317		386		419		519		633	

FONTES: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0203>

De acordo com a Tabela 03, a qual exibe o número da mortalidade por IAM na Bahia, incluindo, o quantitativo de óbitos extra e intra-hospitalares decorridos na Bahia, no período entre 2007 a 2010 (o ano de 2011 ainda não possui dados disponíveis no sistema de informação de mortalidade), nota-se uma variação entre as faixas etárias que apresentaram mais óbitos por infarto. Porém, os homens ainda são os mais acometidos, apresentando um maior índice de mortalidade; embora o quantitativo referente às mulheres também estejam crescendo ao longo dos anos. Com relação ao total de óbitos por ano analisado, percebe-se que o crescimento desse indicador vem aumentando uma vez que apresenta valores anuais significativamente crescentes em relação aos anos anteriores.

TABELA 03: Distribuição da frequência absoluta de Mortalidade na Bahia por IAM, período 2007 – 2010.

FAIXA ETÁRIA	2007		2008		2009		2010	
	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.
20 - 29	8	9	21	9	20	6	11	7
30 - 39	51	34	55	28	61	31	66	45
40 - 49	180	124	197	119	219	143	189	117
50 - 59	381	232	379	270	346	217	403	276
60 - 69	460	329	522	352	530	385	541	383
70 - 79	496	387	476	418	515	459	613	466
80 +	361	384	433	460	405	518	459	546
TOTAL	1937	1499	2083	1656	2096	1759	2282	1840
	3436		3739		3855		4122	

FONTE: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205>

6. DISCUSSÃO

A Cardiopatia isquêmica é uma patologia grave e requer cuidados imediatos uma vez que apresenta índices alarmantes de morbimortalidade em proporções mundiais.

A situação do infarto na Bahia apresenta características bastante evidentes. Seus indicadores revelam altos índices de morbimortalidade nos dados observados, sendo estes, anualmente crescentes, representando um cenário preocupante frente à população baiana e a Saúde Pública.

No período estabelecido, no quesito morbimortalidade hospitalar e mortalidade por IAM na Bahia, há índices de sobretaxas de ocorrência entre o sexo masculino, cujo quantitativo nas análises estudadas apresenta quase que em totalidade, quando comparado ao quantitativo do sexo feminino. No que se refere à faixa etária, observa-se que há um crescimento bastante significativo na ocorrência de morbimortalidade hospitalar e mortalidade geral entre as mulheres à medida que a idade aumenta, sendo bastante expressivo aos 80 anos ou mais idade. Valendo ressaltar que é a partir dos 60 anos ou mais idade que eleva-se a incidência de IAM entre os baianos.

Devido a grande magnitude que envolve esta patologia, percebe-se que diante desse quadro há a necessidade de intervenções político-assistenciais mais eficazes que atuem diretamente na prevenção dessa problemática e suas consequências. Contudo, vê-se o quanto é fundamental se investir na Saúde Pública com medidas socioeducativas, qualificação de profissionais da saúde, educação continuada em saúde, atualização do protocolo de atendimento em Emergências Cardiológicas e toda uma estrutura tecnológica de suporte às vítimas de infarto no pré e intra-hospitalar, além de rígido sistema de controle de qualidade nas unidades objetivando o déficit de despesas e principalmente a redução da letalidade por infarto agudo do miocárdio (BRASIL, 2007).

7. CONCLUSÃO

Após o término dessa pesquisa, é possível afirmar que os homens ainda são os mais acometidos pelo IAM, apresentando um maior índice de mortalidade; embora o quantitativo referente às mulheres também esteja crescendo ao longo dos anos. Também se verificou que a situação do infarto na Bahia apresenta características bastante evidentes, uma vez que seus indicadores revelam altos índices de morbimortalidade no período observado, sendo estes, anualmente crescentes, representando um cenário preocupante frente à população baiana e a Saúde Pública.

Diante desse contexto, é importante enfatizar que a população deve ter conhecimento sobre as primeiras manifestações do IAM, visto que o mesmo por muitas vezes ocorre em ambientes que não tem assistência médica hospitalar, o que faz com que indivíduos venham a óbito em sua grande maioria; todavia é fundamental a conscientização da população sobre a gravidade da patologia, sua prevenção, sintomatologia e procura por atendimento em tempo hábil.

Nesse sentido, tornar público as estratégias mais eficazes para a prevenção do IAM e suas peculiaridades se fazem necessário a fim de evitar e contro-

lar os fatores de risco, bem como diagnosticar precocemente a aterosclerose, por meio de uma avaliação clínica periódica, que inclua exames primordiais em prol da prevenção, detecção e manutenção das síndromes isquêmicas.

Finalizando é relevante ainda mencionar que deve haver comprometimento por parte dos indivíduos, profissionais da saúde e pelas Políticas Públicas de Saúde assegurando uma assistência de qualidade para que esses altos índices de morbimortalidade sejam minimizados e a população baiana venha a ter uma melhor qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

AVEZUM, A; GUIMARÃES, H. P; BERWANGER, O; PIEGAS L. Aspectos epidemiológicos do infarto agudo do miocárdio no Brasil. *Tópicos em Epidemiologia*, p.93- 96, São Paulo, 2005.

BRASIL, IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estados, Bahia, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ba>> Acesso em: 03 mar. 2012, 09:10:05.

_____. Ministério da Saúde. DATASUS, Departamento de Informática do SUS, Informações de Saúde: Epidemiológicas e Morbidade, 2012. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0203>>. Acesso em: 15 abr. 2012, 10: 18: 27.

_____. Ministério da Saúde. DATASUS, Departamento de Informática do SUS, Informações de Saúde: Estatísticas Vitais, 2012. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205>>. Acesso em: 15 abr. 2012, 10: 18: 27.

_____. PADILHA, A. Trombolíticos: SUS incorpora quatro novos medicamentos para infarto. Agência Brasil. *Portal da Saúde SUS*, 2011. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/noticia/3712/162/sus-incorpora-novos-medicamentos-para-tratamento-ao-infarto.html>> Acesso em: 03 mar. 2012, 11:12:21.

BRASILEIRO, A. L. S. *SAMU/192* e a Abordagem pré- hospitalar do infarto agudo do miocárdio no Brasil: Esperança para o paciente ou mais uma oportunidade perdida? *Arq. Bras. Cardiol.* vol.88 n°.2 São Paulo, fev. 2007.

CARREGOZI, W. Brasileiros descobrem como atenuar efeitos do infarto. O Blog do médico. *Jornal da Unicamp*, 2011. Disponível em: <<http://www.acessemed.com.br/v1/2011/11/19/brasileiros-descobrem-como-atenuar-efeitos-do-infarto/#more-8280>>. Acesso em: 03 mar. 2012, 09:31:20.

DAMASCENO. C. A; MUSSI. F. C. Fatores de retardo pré- hospitalar no infarto do miocárdio: Uma revisão de literatura. *Revista Ciência, Cuidado e Saúde*, Salvador, Out/Dez; 9(4): 815-821, 2010.

G1 NOTÍCIAS. Sintomas de infarto são diferentes em homens e mulheres, diz pesquisa, 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2012/02/sintomas-de-infarto-sao-diferentes-em-homens-e-mulheres-diz-pesquisa.html>>. Acesso em: 23 fev. 2012, 16:30:30.

GARCIA, N. Trombolíticos: SUS incorpora quatro novos medicamentos para infarto. Agência Brasil. Portal da Saúde SUS, 2011. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/noticia/3712/162/sus-incorpora-novos-medicamentos-para-tratamento-ao-infarto.html>> Acesso em: 03 mar. 2012, 11:12:21.

GOLDMAN, L.; AUSIELLO, D. *Cecil: Tratado de Medicina Interna*. 22. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GOUVEIA, V. A; VICTOR, E. G; LIMA, S. G. Atitudes pré- hospitalares adotadas por pacientes frente aos sintomas de infarto agudo do miocárdio. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, Pernambuco, set- out. 2011.

MULLER, L.A; RABELO, E. R; MORAIS, M.A; AZZOLIN K. Fatores que retardam a administração de trombolítico em pacientes com diagnóstico de infarto agudo do miocárdio atendidos em um hospital geral. *Revista Latino- americana de Enfermagem*, Rio Grande do Sul, janeiro-fevereiro; 16(1), 2008.

PELLANDRA, L.C; ECHENIQUE, L; BARCELLOS, L. M. A; MACCARI, J; BORGES, F.K; ZEN, B. L. Doença cardíaca isquêmica: a prevenção inicia durante a infância. *Jornal de Pediatria* - vol. 78, nº2, 2002.

PESARO, A.E. P; JR, C. V. S; NICOLAU, J.C. Infarto agudo do miocárdio- Síndrome coronariana aguda com supradesnível do segmento ST. *Revista de Associação Médica Brasileira*. vol.50 nº.2 São Paulo, Jan. 2004.

SANTOS, E. Infarto é maior em mulheres do que homens. *Site médico: Saúde da mulher*. Disponível em: <www.sitemedico.com.br/site/saude/sausedamulher/6112-infarto-e-maior-em-mulheres-do-que-em-homens>. Acesso em: 05 ago. 20:16:45, 2012.

SBC, Sociedade Brasileira de Cardiologia. III Diretriz da Sociedade Brasileira de Cardiologia sobre Tratamento do Infarto Agudo do Miocárdio. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*. vol. 83, Supl. IV, p. 65, set 2004.

_____. IV Diretriz da Sociedade Brasileira de Cardiologia sobre Tratamento do Infarto Agudo do Miocárdio com Supradesnível do Segmento ST. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*; 93(6 Supl. 2): e179-e264, 2009.

_____. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Cardiologia sobre Angina Instável e Infarto Agudo do Miocárdio sem Supradesnível do Segmento ST. 2° ed. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia* 2007; 89(4): e89-e131.

RAMOS, R. F; TIMERMAN, A. *Urgências Cardiovasculares*. 2ªed. São Paulo- 1996- p. 12.
VIEIRA, C. M. S; MUSSI, F.C. A implantação do projeto de atendimento móvel de urgência em Salvador/BA: panorama e desafios. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 42(4):793-7; 2008.

WILLRICH, M. A. V. Marcadores Cardíacos. Laboratório Verner Willrich: Laboratório de Análises Clínicas, 2007.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS NA REVISTA CIENTÍFICA DA FACULDADE SANTÍSSIMO SACRAMENTO - CIENTÍSSIMO

1. ESCOPO

A Revista Científica da Faculdade Santíssimo Sacramento publica artigos científicos, comunicações e resenhas críticas, resultados de pesquisas originais e inéditas, e revisões monográficas nas áreas da Educação, Ciências Contábeis, Administração, Engenharia de Produção e Saúde. A periodicidade da publicação é anual.

2. SUBMISSÃO DO MANUSCRITO

A submissão de trabalhos deverá ser feita por e-mail para (revistacientissimo@gmail.com.br) e utilizar o processador de texto Microsoft Word for Windows, versão 6.0 ou superior. Também deverão ser apresentadas uma cópia impressa do trabalho para análise dos membros do Comitê Editorial. Ao enviar o trabalho para avaliação, enviar também a carta de autorização (modelo Anexo 1), dirigida aos Editores, assinada por todos os autores do estudo ou pelo autor responsável. O processo de avaliação do manuscrito será interrompido no caso do não recebimento da documentação assinada e enviada via correio postal ou entregue presencialmente. Todo o material deve ser remetido para:

Revista *CIENTÍSSIMO*

A/C Profa. Dra. Gracineide S. Santos de Almeida
Núcleo de Pesquisa – NUPE/FSSS
Faculdade Santíssimo Sacramento
Rua Marechal Deodoro, 118 – Centro
Alagoinhas – Bahia, Brasil
CEP: 48005-020

3. NORMATIZAÇÃO

- Os trabalhos devem ser escritos em português. Os artigos devem ser apresentados como texto corrido, utilizando a fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5, digitados em papel tamanho A4 (210 x 297mm), com margem superior e esquerda 3,0 cm e inferior e direita 2,0 cm. Todas as páginas do texto devem ser numeradas no canto superior direito. Serão aceitos artigos com no máximo 15 laudas.
- **Título:** centralizados, em negrito e em letras maiúsculas. Os subtítulos devem ser digitados apenas com a inicial em maiúsculas e deslocados para a margem esquerda.
- **Autoria:** O(s) nome(s) do(s) autor(es) deve(m) ser apresentado(s) apenas com as iniciais maiúsculas, abaixo do título com deslocamento para a direita, observando o agrupamento e identificação de autores da mesma instituição. As chamadas para o rodapé devem ser feitas por números arábico, como expoente, após o(s) nome(s) do(s) autor(es), indicando endereço completo, dados complementares e informações sobre o trabalho (se parte de monografia ou tese, apresentado em congresso etc.) quando necessário, após o título. A nota de rodapé deverá ser separada do texto por um traço horizontal.
- **Resumo e Abstract:** O resumo deve ser digitado em texto corrido em um único parágrafo e com cerca de 250 palavras, seguida por palavras-chave. Deve ser um texto conciso, observando-se a coesão e a coerência textuais, envolvendo objetivos, material e métodos, resultados e conclusões. Não deve conter citações bibliográficas, tampouco informações que não se encontram no texto do artigo. As mesmas regras se aplicam ao Abstract, em inglês que deverá ser sempre obrigatório.
- **Introdução:** revisão do conhecimento pertinente e objetivos do trabalho.
- **Material e métodos ou abordagem metodológica:** deve conter descrições breves, suficientes à repetição do trabalho: técnicas já publicadas devem ser citadas e não descritas.

- **Resultados:** devem expressar explicitamente os dados e informações coletadas sem tentativas de explicar tendências.
- **Discussão:** Baseando-se no conhecimento anterior, apontado na Introdução e Material e Métodos, bem como nas observações pessoais inéditas do(s) autor(es) no trabalho em consideração, deve-se analisar os resultados apresentados e consubstanciá-los em uma conclusão, sempre que possível, de modo a propiciar o desenvolvimento da área relacionada ao trabalho.
- **Resultado e Discussão** podem ser acompanhados de tabela e de figuras estritamente necessárias à compreensão do texto. As tabelas e as figuras devem ser numeradas em séries independentes umas das outras, em algarismos arábicos e suas legendas devem ser apresentadas em folhas separadas, no fim do texto original e três cópias para as figuras. As figuras devem ter no máximo duas vezes o seu tamanho final de duplicação. A área útil para elas, incluindo legenda é de 12 cm de largura por 18 cm de altura. Poderão ser feitas em aplicativos do Windows, devendo conter escala, número e letras, devem ter tamanho adequado para manter a legibilidade quando reduzidos. As letras devem ser colocadas abaixo e à direita do desenho. As tabelas e figuras devem ser referidas no texto por extenso com a inicial maiúscula. As siglas e abreviaturas, quando utilizadas pela primeira vez devem ser precedidas de seu significado por extenso.
- **Linguagem do artigo:** o artigo científico é um texto condensado, portanto é importante que sejam observados a correção e precisão da linguagem, coerência das idéias apresentadas, inteligibilidade das idéias, objetividade e fidelidade às fontes citadas.
 - a. Impessoalidade: o trabalho é resultado da investigação cientificamente fundamentada do autor sobre determinado assunto, não cabendo um relato pessoal sobre o trabalho, haja vista que o estudo deverá ser acessível à comunidade científica sempre que outro estudioso necessitar explorar o assunto em questão, logo deve ser redigido em terceira pessoa, caracterizando o teor universal da pesquisa desenvolvida;

- b. Objetividade: deve ser direto, preciso, sem expressões que possibilitem interpretações medíocres, sem valor científico. Sendo assim, termos como “eu penso”, “eu acho”, “parece-me”, e outros que denotem dúvida ou desconhecimento de causa devem ser abolidos do texto;
- c. Estilo científico deve ser informativo, racional, baseado em dados concretos, onde podem ser aceitos argumentos de ordem subjetiva, desde que explanados sob um ponto de vista científico;
- d. Vocabulário técnico: a comunicação científica deve ser feita com termos comuns, que garantam a objetividade da comunicação, sendo, porém que cada área científica possui seu vocabulário técnico próprio que deve ser observado;
- e. Ilustrações: a Revista considera gráficos, mapas, fotografias, desenhos e tabelas como elementos ilustrativos devendo ser apresentadas preferencialmente em preto e branco ou em tons de cinza, numeradas consecutivamente contendo o título por extenso no topo da ilustração, apresentadas o mais próximo possível do texto a que se refere, caso não seja possível, devem estar pelo menos, na mesma página.
- f. Tabelas constituem meios adequados para apresentação de dados numéricos principalmente quando tratam de valores comparativos. Devem ser apresentados de modo que o leitor entenda sem que haja necessidade de recorrer ao texto, sendo assim, o título deve encerrar a idéia geral da tabela, explicitando o objetivo da apresentação.
 - ✓ Devem ser apresentada no rodapé da tabela a fonte com os dados utilizados em sua construção, precedido da palavra fonte;
 - ✓ Notas eventuais referentes aos dados da tabela devem ser apresentadas também no rodapé da mesma.
 - ✓ No caso de tabelas grandes que não caiba em uma só folha, esta deve ser continuada na folha seguinte, sendo assim, o fio horizontal de fechamento deve ser colocado somente no final da tabela, ou

seja, na folha seguinte do início da tabela. É importante observar que nessa folha são repetidos o título e o cabeçalho da tabela.

- **Citações bibliográficas:** os autores devem evitar trechos entre aspas. As citações bibliográficas no texto devem incluir o sobrenome do autor e o ano de publicação; dois autores serão unidos pelo símbolo &; para mais de dois autores citar apenas o primeiro seguido de *et al.* Para artigos do mesmo autor, publicados num mesmo ano, colocar letras minúsculas em ordem alfabética após a data, em ordem de citação no texto. Citações não consultadas no original deverão ser referidas usando-se “Citado por”. Exemplo: Barbosa (1820 citado por Peters, 1992). No item Referências bibliográficas, deve-se citar apenas obras consultadas. Aceitam-se apenas citações de trabalhos efetivamente publicados. Excepcionalmente, poderão ser aceitas citações de teses, dissertações e monografias, quando as informações nelas contidas não estiverem ainda publicadas, e trabalhos no prelo, desde que conste a citação da revista ou livro.
- **Referências bibliográficas:** Devem seguir as normas da ABNT “NB 6023, conforme exemplos apresentados a seguir. Devem ser relacionados em ordem alfabética e em ordem cronológica quando forem do mesmo autor.

Exemplos:

✓ Teses e dissertações

PINHEIRO, A. C. 2000. *Os cuidados com a saúde do Idoso*. Campinas, São Paulo: Universidade Federal de São Paulo. 201p. PhD. Tese.

MOREIRA, A. G. *Aspectos demográficos de *Emmotum nitens* (Benth.) Miers (Icacinaceae) em um cerradão distrófico no Distrito Federal*. Campinas: UNICAMP, 1987. 88p. (Dissertação de Mestrado).

✓ **Artigo de periódico**

FRANÇA, F. 2006. Atendimento básico de saúde. *Boletim de saúde pública do Brasil*. Brasília, v.2, p.7-18.

SAKANE, M. & SHEPHERD, G.J. 2007. Gestão de negócios. *Revista Brasileira de Administração*, Rio de Janeiro, v.15(2), p.125-129.

✓ **Livro**

SANO, S.M. & ALMEIDA, S.P. de (ed.). 1998. Cerrado: ambiente e flora. Planaltina: EMBRAPA-CPAC. 556p.

MELO, J.T. de; SILVA, J.A. da; TORRES, R.A. de A.; SILVEIRA, C.E. dos S. da & CALDAS, L.S. 1998. Coleta, propagação e desenvolvimento inicial de espécies do cerrado. In: SANO, S.M.; ALMEIDA, S. P. de (ed.). *Cerrado: ambiente e flora*. Planaltina: EMBRAPA – CPAC. p. 195-210.

✓ **Congressos, conferências encontros e outros eventos científicos**

SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPA, 14, 2007, Salvador. Anais. Salvador: FEBAB, 1980. 350p.

✓ **Leis e decretos**

BRASIL. Lei n.8069, de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e de outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>>. Acesso em 16. abr.2008.

✓ **Trabalhos apresentados em eventos**

RODRIGUES, A. A Psicologia social às vésperas de seu primeiro centenário. 1989. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PESQUISA E INTERCÂMBIO CIENTÍFICO. Gramado. Anais. Gramado: ANPEPP. P.117-136. 1 CD-ROM.

✓ **Resenha**

MACHADO, I.F.; RIBAS, O.T.; OLIVEIRA, T.A. 1986. Cartilha: procedimentos básicos para uma arquitetura no trópico

úmido. São Paulo: Ed. Pini. Resenha de: KATINSKY, Julio Roberto. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v.38, n.12, p. 2075.

4. PROCEDIMENTOS EDITORIAIS

Após a submissão do manuscrito será enviada ao autor, via e-mail, a confirmação do recebimento. Se o texto estiver de acordo com a normatização sugerida pela revista (avaliado pelo editor-chefe), este será encaminhado a dois pareceristas membros do Comitê Científico da revista ou para consultores *ad hoc*, em casos extraordinários. Os pareceristas são escolhidos pelo Editor, entre pesquisadores de reconhecida competência científica.

A autoria do manuscrito não é informada aos Pareceristas ou Consultores, bem como a identidade destes não é informada aos autores. Os pareceristas tem o prazo de 15 dias para procederem a avaliação, após a devida análise do texto, poderão opinar pelo: aceite, aceite com restrições e recusa do manuscrito. Ao final do processo e em caso de recusa o autor receberá cópia dos pareceres dos Pareceristas ou Consultores.

O manuscrito uma vez aceito será encaminhado para elaboração da prova (pdf) e enviado ao autor para que seja conferida e devolvida com possíveis correções (exceto no título e nome dos autores, no prazo máximo de 3 (três) dias. A não devolução, implicará na concordância do autor. Finalizado o processo o autor será informado, via e-mail, o volume, o número e a data prevista para publicação do artigo.

5. Critérios de avaliação

Os manuscritos podem ser submetidos a qualquer tempo (Fluxo contínuo). Os prazos para avaliação variam de 30 a 120 dias, dependendo da natureza do material, sua complexidade e cumprimento das exigências editoriais.

São quesitos observados pelos avaliadores:

- ✓ Adequação ao tipo de artigo proposto (artigo científico, comunicações ou resenhas críticas);
- ✓ Relevância, mérito e originalidade para divulgação científica;
- ✓ Adequação do título ao trabalho;
- ✓ Adequação do resumo;
- ✓ Adequação das abordagens teóricas e metodológicas;
- ✓ Linguagem científica;
- ✓ Relevância das figuras, tabelas e ou outros recursos de imagem utilizados, assim como adequação das legendas;
- ✓ Área de conhecimento do assunto abordado;
- ✓ Pontos positivos, negativos e conseqüentes riscos envolvidos.

ANEXO 1: Carta de Autorização dos autores (MODELO)

CARTA DE AUTORIZAÇÃO

O(s) autor(s) abaixo assinado(s) transfere(m) à Revista Científica da Faculdade Santíssimo Sacramento, com exclusividade e sem ônus, todos os direitos de publicação do artigo.....

Declara(m) e garante(m) que:

1. Os procedimentos éticos referentes a um trabalho científico foram atendidos;
2. O artigo é inédito e não está sendo avaliado por outro periódico;
3. No caso de estudo com humanos, foi conduzido conforme os princípios da Declaração de Helsinki e de suas emendas, com o consentimento informado e aprovado por Comitê de Ética devidamente credenciado e com a Resolução 1595/2000, do CFM*;
4. A responsabilidade pela informação e pelo conteúdo é (são) do(s) autor(es);
5. Não existe Conflito de interesses em relação ao material apresentado.

Nome Completo (autor responsável):

Endereço postal completo:

Endereço para correspondência a ser citado no artigo:

Telefone/fax:

E-mail:

Assinatura de todos os autores:

*Resolução n.1.595, do Conselho Federal de Medicina de 18.05.2000, é obrigatório que os autores de artigos divulgados ou promovendo produtos farmacêuticos ou equipamento para uso em medicina declarem os agentes financiadores que patrocinaram suas pesquisas.

Formato 15 x 21 cm
Fontes: Calibri
Papel Supremo 250 / m² (capa)
Papel Supremo 75 / m² (miolo)
Número de Páginas 168p
Tiragem 100 exemplares

© Copyright
Faculdade Santíssimo Sacramento - Todos Direitos Reservados